

**Demonstrações
Contábeis**
31 de março de 2025



BANCO DO BRASIL



Índice

Índice	2
Demonstrações Contábeis.....	3
Balanço patrimonial.....	3
Demonstração do resultado	4
Demonstração do resultado abrangente	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstração dos fluxos de caixa	8
Demonstração do valor adicionado	9
Notas Explicativas às demonstrações Contábeis.....	10
1 – O Banco e suas operações	10
2 – Apresentação das demonstrações contábeis	11
3 – Resumo das principais práticas contábeis	18
4 – Principais julgamentos e estimativas contábeis	31
5 – Aquisições, vendas e reestruturações societárias	34
6 – Informações por segmento	35
7 – Caixa e equivalentes de caixa	38
8 – Depósitos no Banco Central do Brasil	39
9 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	40
10 – Títulos e Valores Mobiliários	42
11 – Instrumentos financeiros derivativos.....	47
12 – Carteira de crédito	55
13 – Outros ativos.....	70
14 – Investimentos.....	71
15 – Imobilizado	75
16 – Intangível.....	76
17 – Recursos de clientes	78
18 – Recursos de instituições financeiras	80
19 – Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	82
20 – Outros passivos	85
21 – Provisões e passivos contingentes.....	87
22 – Tributos.....	91
23 – Patrimônio líquido	94
24 – Receitas de prestação de serviços	99
25 – Despesas Administrativas	100
26 – Outras receitas e outras despesas	101
27 – Partes relacionadas	102
28 – Benefícios a empregados	105
29 – Valor justo dos instrumentos financeiros	116
30 – Gerenciamento de riscos e de capital.....	120
31 – Transferência de ativos financeiros	135
32 – Resultado recorrente e não recorrente	136
33 – Ativos e passivos circulantes e não circulantes.....	137
34 – Outras informações	138
35 – Eventos subsequentes	140
Relatório dos Auditores Independentes.....	141
Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre as Demonstrações Financeiras	143
Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre o Relatório dos Auditores Independentes.....	144
Membros da Administração	145



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Balanço patrimonial

	Nota	Banco Múltiplo 31/03/2025	Consolidado 31/03/2025
Ativo			
Disponibilidades	7	25.529.489	28.366.355
Ativos financeiros		2.249.440.248	2.306.780.658
Depósitos no Banco Central do Brasil	8	114.515.317	114.515.317
Aplicações interfinanceiras de liquidez	9	361.657.016	363.560.837
Títulos e valores mobiliários	10.a	498.781.863	523.573.584
Instrumentos financeiros derivativos	11	8.376.692	8.376.767
Carteira de crédito	12	1.201.599.228	1.223.818.276
Outros ativos financeiros	13	64.510.132	72.935.877
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(87.399.581)	(88.865.524)
Carteira de crédito	12	(83.020.378)	(83.392.910)
Demais ativos financeiros	9, 10, 13	(4.379.203)	(5.472.614)
Ativos fiscais		84.572.183	88.107.675
Correntes		10.333.062	11.733.215
Diferidos (créditos tributários)	22	74.239.121	76.374.460
Investimentos		43.856.813	18.477.539
Investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto	14	43.745.960	18.340.185
Outros investimentos		145.596	145.596
Perdas por redução ao valor recuperável		(34.743)	(8.242)
Imobilizado	15	12.013.179	12.500.931
Imobilizações de uso		25.699.583	26.235.608
Direito de uso		426.796	711.075
Depreciação acumulada		(14.098.528)	(14.415.365)
Perdas por redução ao valor recuperável		(14.672)	(30.387)
Intangível	16	11.536.563	11.570.865
Ativos intangíveis		20.690.372	21.217.808
Amortização acumulada		(9.028.936)	(9.492.179)
Perdas por redução ao valor recuperável		(124.873)	(154.764)
Outros ativos não financeiros	13	40.107.034	44.053.481
Total do ativo		2.379.655.928	2.420.991.980
Passivo			
Passivos financeiros		2.110.753.622	2.128.580.613
Recursos de clientes	17	825.992.110	864.972.382
Recursos de instituições financeiras	18	772.287.833	749.565.355
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	19	345.024.588	350.032.753
Instrumentos financeiros derivativos	11	5.093.034	5.098.161
Outros passivos financeiros	20	162.356.057	158.911.962
Provisões		31.154.035	32.498.833
Cíveis, fiscais e trabalhistas	21	25.294.473	25.680.706
Outras provisões		5.859.562	6.818.127
Passivos fiscais		14.256.375	16.257.894
Correntes		1.560.714	3.322.868
Diferidos	22	12.695.661	12.935.026
Outros passivos não financeiros	20	48.849.013	59.465.235
Total do passivo		2.205.013.045	2.236.802.575
Patrimônio líquido			
Capital	23.b	120.000.000	120.000.000
Instrumento elegível ao capital principal	23.c	--	5.100.000
Reservas de capital	23.d	1.415.473	1.416.468
Reservas de lucros	23.d	78.861.843	78.325.478
Outros resultados abrangentes	23.h	(20.681.572)	(20.681.572)
Ações em tesouraria	23.l	(257.665)	(258.660)
Lucros ou prejuízos acumulados		(4.695.196)	(4.695.196)
Participação dos não controladores	23.i	--	4.982.887
Total do patrimônio líquido	23	174.642.883	184.189.405
Total do passivo e patrimônio líquido		2.379.655.928	2.420.991.980

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração do resultado

	Nota	Banco Múltiplo	Consolidado
		1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2025
Receitas da intermediação financeira		61.983.104	64.566.016
Carteira de crédito	12.b	35.952.497	36.991.788
Aplicações interfinanceiras de liquidez	9.b	8.218.419	8.222.818
Títulos e valores mobiliários	10.f	13.704.391	15.238.568
Instrumentos financeiros derivativos	11.e	(1.175.717)	(1.199.447)
Aplicações compulsórias	8.b	2.036.017	2.036.017
Outros ativos financeiros		3.247.497	3.276.272
Despesas da intermediação financeira		(39.372.267)	(39.961.582)
Recursos de instituições financeiras	18.e	(16.934.235)	(16.380.056)
Recursos de clientes	17.c	(13.330.832)	(14.386.501)
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	19.d	(8.473.583)	(8.663.989)
Outras despesas de captação	20.b	(633.617)	(531.036)
(Perdas)/reversões esperadas associadas ao risco de crédito		(11.275.937)	(11.486.677)
Carteira de crédito	12.h	(11.474.103)	(11.525.107)
Garantias financeiras prestadas e outros compromissos		152.216	168.800
Demais ativos financeiros	9.b, 10.h, 13.c	45.950	(130.370)
Resultado da intermediação financeira		11.334.900	13.117.757
Outras receitas/despesas operacionais		(2.624.493)	(2.498.012)
Receitas de prestação de serviços	24	4.658.011	8.361.470
Despesas de pessoal	25.a	(5.737.466)	(6.322.175)
Outras despesas administrativas	25.b	(3.719.124)	(3.631.345)
Despesas tributárias	22.c	(1.547.309)	(2.173.423)
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	14.a	3.806.784	1.758.903
Outras receitas/despesas	26	(85.389)	(491.442)
Provisões	21.b	(2.825.246)	(2.838.360)
Cíveis, fiscais e trabalhistas		(2.813.799)	(2.826.913)
Outras		(11.447)	(11.447)
Resultado operacional		5.885.161	7.781.385
Resultado não operacional		(27.893)	39.089
Resultado antes dos tributos e participações		5.857.268	7.820.474
Imposto de renda e contribuição Social	22	1.807.031	590.415
Participação de empregados e administradores no lucro		(865.457)	(869.297)
Participação dos não controladores	23.i	--	(769.527)
Lucro líquido		6.798.842	6.772.065
Lucro líquido atribuível aos acionistas			
Controladores		6.798.842	6.772.065
Não controladores		--	769.527
Lucro por ação	23.e		
Número médio ponderado de ações – básico e diluído		5.709.128.303	
Lucro básico e diluído por ação (R\$)		1,19	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração do resultado abrangente

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2025
Lucro Líquido atribuível aos acionistas controladores	6.798.842	6.772.065
Participação dos acionistas não controladores	--	769.527
Lucro líquido atribuível aos acionistas	6.798.842	7.541.592
Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração do Resultado		
Ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes	1.190.997	1.033.702
Ganhos/(perdas) não realizados sobre ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes	2.085.402	2.056.214
(Ganhos)/perdas realizados sobre ativos financeiros ao valor justo – reclassificados para o resultado	80.203	(122.934)
Efeito tributário	(974.608)	(899.578)
Participação no resultado abrangente de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto	(111.501)	12.663
Ganhos/(perdas) não realizados sobre ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes	(92.212)	86.536
Ganhos/(perdas) não realizados sobre hedge de fluxo de caixa	(28.212)	(28.212)
Ganhos/(perdas) não realizados em outros resultados abrangentes	(20.020)	(25.262)
Efeito tributário	28.943	(20.399)
Hedge de investimento líquido no exterior	74.930	74.930
Ganhos/(perdas) não realizados sobre hedge de investimento líquido no exterior	136.235	136.235
Efeito tributário	(61.305)	(61.305)
Ajustes de conversão de investimentos no exterior	(645.758)	(784.709)
Itens que não podem ser reclassificados para a Demonstração do Resultado		
Ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes	124.937	115.129
Ganhos/(perdas) não realizados sobre ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes	226.549	206.001
Efeito tributário	(101.612)	(90.872)
Outros resultados abrangentes líquidos de efeitos tributários	633.605	451.715
Resultado abrangente do período	7.432.447	7.993.307
Resultado abrangente atribuível aos acionistas controladores	7.432.447	7.405.669
Resultado abrangente atribuível aos acionistas não controladores	--	587.638

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Banco Múltiplo	Nota	Capital	Reservas de capital	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Ações em tesouraria	Lucros ou prejuízos acumulados	Total
				Reserva legal	Reservas estatutárias				
Saldos em 31/12/2024		120.000.000	1.410.594	15.221.388	66.401.024	(21.892.443)	(262.046)	--	180.878.517
Adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021		--	--	--	--	577.266	--	(11.530.338)	(10.953.072)
Saldos em 01/01/2025		120.000.000	1.410.594	15.221.388	66.401.024	(21.315.177)	(262.046)	(11.530.338)	169.925.445
Ajuste de avaliação patrimonial de ativos financeiros ao valor justo, líquidos de tributos	23.h	--	--	--	--	1.239.832	--	--	1.239.832
Variação cambial de investimentos no exterior	23.h	--	--	--	--	(645.758)	--	--	(645.758)
Hedge de fluxo de caixa	23.h	--	--	--	--	(15.516)	--	--	(15.516)
Hedge de Investimento líquido no exterior	23.h	--	--	--	--	74.930	--	--	74.930
Variação de participação no capital de coligadas/controladas	23.h	--	--	--	--	(2.020)	--	--	(2.020)
Outros		--	--	--	--	(17.863)	--	36.300	18.437
Transações com pagamento baseado em ações		--	4.879	--	--	--	4.381	--	9.260
Lucro líquido	23.g	--	--	--	--	--	--	6.798.842	6.798.842
Destinações: - Juros sobre o capital próprio	23.f	--	--	--	(2.760.569)	--	--	--	(2.760.569)
Saldos em 31/03/2025		120.000.000	1.415.473	15.221.388	63.640.455	(20.681.572)	(257.665)	(4.695.196)	174.642.883
Mutações do período		--	4.879	--	(2.760.569)	633.605	4.381	6.835.142	4.717.438

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Consolidado	Nota	Capital	Instrumento elegível ao capital principal	Reservas de capital	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Ações em tesouraria	Lucros ou prejuízos acumulados	Participação dos não controladores	Total
					Reserva legal	Reservas estatutárias					
Saldos em 31/12/2024		120.000.000	5.100.000	1.412.071	15.221.388	65.994.017	(21.892.443)	(263.523)	--	4.501.238	190.072.748
Adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021		--	--	--	--	--	577.266	--	(11.530.338)	(87.858)	(11.040.930)
Saldos em 01/01/2025		120.000.000	5.100.000	1.412.071	15.221.388	65.994.017	(21.315.177)	(263.523)	(11.530.338)	4.413.380	179.031.818
Ajuste de avaliação patrimonial de ativos financeiros ao valor justo, líquidos de tributos	23.h	--	--	--	--	--	1.239.832	--	--	(37.559)	1.202.273
Variação cambial de investimentos no exterior	23.h	--	--	--	--	--	(645.758)	--	--	(138.953)	(784.711)
Hedge de fluxo de caixa	23.h	--	--	--	--	--	(15.516)	--	--	--	(15.516)
Hedge de Investimento líquido no exterior	23.h	--	--	--	--	--	74.930	--	--	--	74.930
Variação de participação no capital de coligadas/controladas	23.h	--	--	--	--	--	(2.020)	--	--	104	(1.916)
Outros		--	--	--	--	--	(17.863)	--	36.300	(5.482)	12.955
Transações com pagamento baseado em ações		--	--	4.397	--	--	--	4.863	--	--	9.260
Variação de participação dos não controladores		--	--	--	--	--	--	--	--	(18.130)	(18.130)
Lucro líquido	23.g	--	--	--	--	--	--	--	6.772.065	769.527	7.541.592
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal		--	--	--	--	--	--	--	(102.581)	--	(102.581)
Resultado não realizado		--	--	--	--	(129.358)	--	--	129.358	--	--
Destinações: - Juros sobre o capital próprio	23.f	--	--	--	--	(2.760.569)	--	--	--	--	(2.760.569)
Saldos em 31/03/2025		120.000.000	5.100.000	1.416.468	15.221.388	63.104.090	(20.681.572)	(258.660)	(4.695.196)	4.982.887	184.189.405
Mutações do período		--	--	4.397	--	(2.889.927)	633.605	4.863	6.835.142	569.507	5.157.587

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração dos fluxos de caixa

	Nota	Banco Múltiplo	Consolidado
		1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2025
Fluxos de Caixa Provenientes das Operações			
Lucro líquido		6.798.842	6.772.065
Ajustes ao lucro líquido		5.877.606	8.821.330
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito		11.275.937	11.486.677
Depreciações e amortizações		1.036.972	1.071.986
(Ganho) Perda cambial na conversão de ativos e passivos em moeda estrangeira		(6.633.734)	(7.112.837)
Resultado de participação em controladas, coligadas e controladas em conjunto	14	(3.806.784)	(1.758.903)
(Lucro) Prejuízo na alienação de valores e bens		(15.741)	(14.242)
Despesas com provisões fiscais, cíveis e trabalhistas e outras provisões	21.d	2.825.246	2.838.360
Atualização de ativos/passivos atuariais e dos fundos de destinação do superávit	29.d.4/f	(1.012.174)	(1.012.174)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		4.470.492	4.902.711
Resultado dos não controladores		--	769.527
Imposto de Renda e Contribuição Social		(1.807.031)	(590.415)
Outros ajustes		(455.577)	(1.759.360)
Lucro líquido ajustado		12.676.448	15.593.395
Variações Patrimoniais		29.900.086	32.073.345
(Aumento) Redução em depósitos no Banco Central do Brasil		3.082.273	3.082.273
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		14.632.220	14.393.679
(Aumento) Redução em ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		(12.077.896)	(15.416.601)
(Aumento) Redução em instrumentos financeiros derivativos		1.085.071	1.101.458
(Aumento) Redução na carteira de créditos, líquida de provisões		(17.265.912)	(16.012.707)
(Aumento) Redução em outros ativos financeiros		2.191.848	(6.400.993)
(Aumento) Redução em outros ativos		(11.329.668)	(5.584.422)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.542.124)	(5.040.874)
(Redução) Aumento em recursos de clientes		(4.529.213)	(5.970.029)
(Redução) Aumento em recursos de instituições financeiras		25.080.445	32.286.717
(Redução) Aumento em recursos de emissões de títulos e valores mobiliários		20.648.334	19.517.316
(Redução) Aumento em outros passivos financeiros		(1.101.245)	4.233.368
(Redução) Aumento em outros passivos		11.025.953	11.884.160
CAIXA GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) OPERAÇÕES		42.576.534	47.666.740
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Investimento			
Compra de ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes		(106.319.649)	(113.002.831)
Venda de ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes		61.760.481	69.421.747
Compra de títulos e valores mobiliários ao custo amortizado		(11.648.340)	(13.097.167)
Resgate de títulos e valores mobiliários ao custo amortizado		168.815	168.815
Dividendos recebidos de coligadas e controladas		7.011.815	3.586.758
Aquisição de imobilizado de uso		(799.701)	(816.685)
Alienação de imobilizado de uso		9.845	6.854
Aquisição de intangíveis		(897.866)	(898.652)
CAIXA GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(50.714.600)	(54.631.161)
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Financiamento			
(Redução) Aumento em obrigações por dívida subordinada		5.607.019	5.607.019
Dividendos pagos aos acionistas não controladores		--	(1.429.575)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(3.584.289)	(3.584.289)
Liquidação de arrendamentos		(382.433)	(382.433)
CAIXA GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		1.640.297	210.722
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Início do período		81.150.329	83.167.243
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(4.470.492)	(4.902.711)
Fim do período		70.182.068	71.510.833
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		(6.497.769)	(6.753.699)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração do valor adicionado

	Nota	Banco Múltiplo		Consolidado	
		1º Trimestre/2025		1º Trimestre/2025	
Receitas		52.426.650		58.150.096	
Receitas da intermediação financeira		61.983.104		64.566.016	
Receitas de prestação de serviços		4.658.011		8.361.470	
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		(11.275.937)		(11.486.677)	
Ganhos de capital		7.831		76.311	
Outras receitas/(despesas)		(2.946.359)		(3.367.024)	
Despesas da intermediação financeira		(39.372.267)		(39.961.582)	
Insumos Adquiridos de Terceiros		(2.202.795)		(2.077.028)	
Materiais, água, energia e gás	25	(122.098)		(132.192)	
Serviços de terceiros	25	(207.521)		(136.970)	
Comunicações	25	(110.225)		(127.389)	
Processamento de dados	25	(535.242)		(409.974)	
Transporte	25	(23.223)		(39.075)	
Serviços de vigilância e segurança	25	(349.934)		(358.150)	
Serviços do sistema financeiro	25	(117.121)		(148.610)	
Propaganda e publicidade	25	(102.117)		(111.159)	
Manutenção e conservação de bens	25	(330.801)		(226.389)	
Outras		(304.513)		(387.120)	
Valor Adicionado Bruto		10.851.588		16.111.486	
Despesas de amortização/depreciação		(1.036.972)		(1.071.986)	
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		9.814.616		15.039.500	
Valor Adicionado Recebido em Transferência		3.806.784		1.758.903	
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto		3.806.784		1.758.903	
Valor Adicionado a Distribuir		13.621.400	100,00%	16.798.403	100,00%
Valor Adicionado Distribuído		13.621.400	100,00%	16.798.403	100,00%
Pessoal		6.072.319	44,58%	6.616.031	39,39%
Salários e honorários		3.477.023		3.882.636	
Participação de empregados e administradores no lucro		865.457		869.297	
Benefícios e treinamentos		1.027.125		1.086.262	
FGTS		206.984		216.775	
Outros encargos		495.730		561.061	
Impostos, Taxas e Contribuições		431.130	3,17%	2.318.697	13,80%
Federais		149.160		1.752.303	
Estaduais		463		463	
Municipais		281.507		565.931	
Remuneração de Capitais de Terceiros		319.109	2,34%	322.083	1,92%
Aluguéis	25	319.109		322.083	
Remuneração de Capitais Próprios		6.798.842	49,91%	7.541.592	44,89%
Juros sobre capital próprio da União		1.380.285		1.380.285	
Juros sobre capital próprio de outros acionistas		1.380.284		1.380.284	
Juros sobre o instrumento elegível ao capital da União		--		102.581	
Lucro retido		4.038.273		3.908.915	
Participação dos não controladores nos lucros retidos		--		769.527	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



1 – O Banco e suas operações

O Banco do Brasil S.A. ("Banco do Brasil" ou "Banco") é uma companhia aberta de direito privado, de economia mista, controlada pelo Governo Federal, que explora atividade econômica, na forma do art. 173 da Constituição Federal, regida, sobretudo, pela legislação aplicável às sociedades por ações e pelas Leis nº 4.595/1964, nº 13.303/2016 e seu respectivo Decreto regulamentador. Sua matriz tem sede e domicílio localizados no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Brasília, Distrito Federal, Brasil.

O Banco tem suas ações negociadas no segmento denominado Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3), sob o código "BBAS3" e suas ADRs (American Depositary Receipts) no mercado de balcão dos Estados Unidos da América sob o código "BDORY". Seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal sujeitam-se às disposições do regulamento do Novo Mercado da B3. Este regulamento prevalecerá sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas no Estatuto Social.

O Banco do Brasil é um banco múltiplo com atuação em todo o território nacional, desenvolvendo também atividades em importantes centros financeiros mundiais. Tem por objeto, em conjunto com suas controladas, a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas, inclusive nas operações de câmbio e nas atividades complementares, destacando-se seguros, previdência privada, capitalização, corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de cartões de crédito/débito, consórcios, fundos de investimentos e carteiras administradas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Como agente de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal, compete ao Banco, de modo a contribuir para o interesse público que justifica sua criação, exercer as seguintes funções atribuídas nas leis brasileiras, especificamente as previstas no art. 19 da Lei nº 4.595/1964: (i) ser o agente financeiro do Tesouro Nacional; (ii) ser o principal executor dos serviços bancários de interesse do Governo Federal, inclusive suas autarquias; (iii) executar os serviços de compensação de cheques e outros papéis; (iv) realizar operações de compra e venda de moeda estrangeira por conta própria e, nas condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), por conta do Bacen; (v) realizar recebimentos ou pagamentos e outros serviços de interesse do Banco Central do Brasil; (vi) financiar a aquisição e instalação da pequena e média propriedade rural; (vii) difundir e orientar o crédito; entre outras atribuições.

Com 216 anos, o Banco atua de forma responsável para promover a inclusão social por meio da geração de emprego e renda.

O Banco financia o custeio da produção e a comercialização de produtos agropecuários, estimula os investimentos rurais como armazenamento, beneficiamento, industrialização de produtos agrícolas e modernização de máquinas e implementos, além da adequação de propriedades rurais à legislação ambiental. Assim, o Banco apoia o agronegócio brasileiro em todas as etapas da cadeia produtiva.

O Banco oferece às Micro e Pequenas Empresas (MPE) soluções de capital de giro, financiamentos de investimentos e comércio exterior, além de várias outras opções relacionadas a fluxo de caixa, seguridade, previdência e serviços. Os vários segmentos de pessoas jurídicas, incluindo Microempreendedores Individuais (MEI), encontram desde alternativas financeiras até modelos de negócios que promovem a transição para uma economia inclusiva.

No financiamento ao comércio exterior, o Banco opera instrumentos de política pública de desenvolvimento produtivo, empreendedorismo, inclusão social e financeira, entre eles o Programa de Geração e Renda – Exportação (Proger) e o Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

O Banco do Brasil também atua como Instituição Operadora de Sistema do Mercado Financeiro (IOSMF) executando os serviços de compensação de cheques por meio da Centralizadora da Compensação de Cheques (Compe), Infraestrutura do Mercado Financeiro (IMF), integrante do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), na forma das Resoluções BCB nº 304 e 314/2023.

Outras informações a respeito das empresas que compõem o Conglomerado Banco do Brasil e a descrição dos segmentos de negócio em que o Banco opera estão relacionadas nas Notas 2 e 6, respectivamente.



2 – Apresentação das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com o padrão contábil das instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif), incluindo diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações contábeis consolidadas, elaboradas e divulgadas no padrão contábil “Cosif”, conforme permitido pelo artigo 77 da Resolução CMN nº 4.966/2021, estão sendo apresentadas “adicionalmente” às demonstrações contábeis consolidadas no padrão contábil internacional – IFRS, as quais foram elaboradas segundo o disposto na Resolução CMN nº 4.818/2020 e estão sendo emitidas e divulgadas simultaneamente.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes aos períodos do ano de 2025, elaboradas conforme o padrão contábil “Cosif”, não apresentam informações comparativas de períodos anteriores, conforme dispensa do artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/2021.

Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração do Banco do Brasil em 15/05/2025.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Banco. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil).

c) Continuidade

A Administração avaliou a capacidade do Banco continuar operando normalmente e está convencida de que ele possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento sobre incerteza material que possa gerar dúvidas significativas a respeito de sua capacidade de continuar operando. Dessa forma, estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

d) Alterações nas políticas contábeis

As políticas e os métodos contábeis utilizados na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas equivalem-se àqueles aplicados às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício encerrado em 31/12/2024, exceto nos casos indicados no item “g” desta Nota.

e) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as operações do Banco do Brasil realizadas por suas agências e subsidiárias no país e no exterior e as operações de suas controladas. Refletem os ativos, passivos, receitas e despesas do Banco do Brasil e de suas entidades controladas, elaboradas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas foram eliminados os valores oriundos de transações entre as empresas, compreendendo as participações acionárias de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas, despesas, bem como os lucros não realizados, líquidos dos efeitos tributários. As participações dos não controladores no patrimônio líquido e no resultado foram destacadas nas demonstrações contábeis consolidadas.

Nas demonstrações contábeis consolidadas, houve a reclassificação do instrumento elegível ao capital principal – IHCD para o patrimônio líquido. Esse procedimento também é adotado para as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – IFRS, com o objetivo de melhorar a qualidade e transparência dessas demonstrações contábeis consolidadas.

As participações de acionistas não controladores são apresentadas no balanço patrimonial como um componente segregado do patrimônio líquido. O resultado atribuível a acionistas não controladores é evidenciado separadamente na demonstração do resultado e na demonstração do resultado abrangente.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Os fundos não exclusivos e abertos, oriundos de aplicação inicial de recursos próprios da BB Asset, são destinados a investidores externos, não tendo a referida entidade a intenção de assumir ou reter substancialmente os riscos e benefícios nesses fundos de investimento, sendo consolidados apenas nos meses em que a BB Asset ainda detém o controle. Deste modo, não estão apresentados no quadro a seguir.

Participações societárias e fundos de investimento incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas, segregadas por segmentos de negócios:

	Atividade	País de constituição	Moeda funcional	31/03/2025
				% de Participação
Segmento bancário				
Banco do Brasil AG	Bancária	Áustria	Real	100,00%
BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	Arrendamento	Brasil	Real	100,00%
Banco do Brasil Securities LLC.	Corretora	Estados Unidos	Real	100,00%
BB Securities Ltd.	Corretora	Inglaterra	Real	100,00%
BB USA Holding Company, Inc.	Holding	Estados Unidos	Real	100,00%
BB Cayman Islands Holding	Holding	Ilhas Cayman	Real	100,00%
Banco do Brasil Americas	Bancária	Estados Unidos	Dólar Americano	100,00%
Banco Patagonia S.A.	Bancária	Argentina	Peso Argentino	80,39%
Segmento investimentos				
BB Banco de Investimento S.A.	Banco de Investimento	Brasil	Real	100,00%
Segmento gestão de recursos				
BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – BB Asset	Administração de Ativos	Brasil	Real	100,00%
Segmento seguros, previdência e capitalização				
BB Seguridade Participações S.A. ¹	Holding	Brasil	Real	68,26%
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. ¹	Corretora	Brasil	Real	68,26%
BB Seguros Participações S.A. ¹	Holding	Brasil	Real	68,26%
Segmento meios de pagamento				
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	Prestação de Serviços	Brasil	Real	100,00%
BB Elo Cartões Participações S.A.	Holding	Brasil	Real	100,00%
Outros segmentos				
Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros	Aquisição de Créditos	Brasil	Real	100,00%
Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	Gestão de Cobrança	Brasil	Real	100,00%
BB Administradora de Consórcios S.A.	Consórcio	Brasil	Real	100,00%
BB Tur Viagens e Turismo Ltda.	Turismo	Brasil	Real	100,00%
BB Tecnologia e Serviços ¹	Tecnologia da informação	Brasil	Real	99,99%
Fundos de investimento				
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Bancos Emissores de Cartão de Crédito V ²	Fundos de Investimento	Brasil	Real	74,80%
BB Impacto ASG I Fundo em Investimento em Multiestratégia Investimento no Exterior ²	Fundos de Investimento	Brasil	Real	100,00%
BB Ventures I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – Investimento no Exterior ²	Fundos de Investimento	Brasil	Real	100,00%
FIP Agventures II Multiestratégias ²	Fundos de Investimento	Brasil	Real	55,08%

¹ - Refere-se ao percentual de participação efetiva, considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria.

² - Fundo de investimento no qual o Banco assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios.



As demonstrações contábeis consolidadas incluem também os veículos de securitização controlados pelo Banco, direta ou indiretamente, descritos a seguir.

Dollar Diversified Payment Rights Finance Company (EPE Dollar)

A Dollar foi constituída sob as leis das Ilhas Cayman com os seguintes propósitos:

- emissão e venda de valores mobiliários no mercado internacional;
- uso dos recursos obtidos com a emissão de valores mobiliários para pagamento da compra, junto ao Banco, dos direitos sobre ordens de pagamento emitidas por banqueiros correspondentes localizados nos EUA e pela própria agência do BB Nova Iorque, em dólares norte-americanos, para qualquer agência do Banco no país ("Direitos sobre Remessa"); e
- realização de pagamentos de principal e juros dos valores mobiliários e demais pagamentos previstos nos contratos de emissão desses títulos.

As obrigações decorrentes dos valores mobiliários emitidos são pagas pela EPE com os recursos acumulados em sua conta. A EPE não possui ativo ou passivo relevantes que não os direitos e deveres provenientes dos contratos de emissão dos valores mobiliários, não possui subsidiárias e não tem empregados.

Loans Finance Company Limited (EPE Loans)

A Loans foi constituída sob as leis das Ilhas Cayman, com os seguintes propósitos:

- captação de recursos por meio da emissão de valores mobiliários no mercado internacional;
- contratação de operações compromissadas com o Banco, por meio da sua agência nas Ilhas Cayman, para utilização dos recursos captados; e
- contratação de proteção contra o risco de crédito do Banco, por meio de um derivativo de crédito denominado de basis swap, que é acionável somente em caso de default de alguma obrigação do Banco nas operações compromissadas.

As condições de moedas, valores, prazos, taxas e fluxos financeiros das operações compromissadas são idênticas àquelas das emissões de valores mobiliários. Portanto, todas as obrigações e despesas decorrentes dos valores mobiliários emitidos são cobertas totalmente pela EPE com os direitos e receitas provenientes das operações compromissadas, de modo que a Loans não gera resultados positivos nem negativos. A EPE não possui outros ativos e passivos que não aqueles provenientes das operações compromissadas e das emissões dos valores mobiliários.

f) Convergência às normas internacionais de contabilidade

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela CVM. O CMN e o Bacen aprovaram os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pelo Banco, quando aplicável:

Pronunciamento CPC	Resoluções
CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 06 (R2) – Arrendamentos	Resolução CMN nº 4.975/2021
CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações	Resolução CMN nº 3.989/2011
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 24 – Evento Subsequente	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Resolução CMN nº 3.823/2009
CPC 28 – Propriedade para Investimento	Resolução CMN nº 4.967/2021
CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados	Resolução CMN nº 4.877/2020
CPC 41 – Resultado por Ação	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 46 – Mensuração do Valor Justo	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente	Resolução CMN nº 4.924/2021



O CMN também editou normas proprietárias que incorporam parcialmente os pronunciamentos emitidos pelo CPC e são aplicáveis às demonstrações contábeis individuais e consolidadas:

Norma CMN	Pronunciamento CPC Equivalente
Res. CMN nº 4.524/2016 – Reconhecimento das operações de hedge de variação cambial de investimentos no exterior.	CPC 48
Res. CMN nº 4.534/2016 – Reconhecimento contábil e mensuração dos componentes do ativo intangível.	CPC 04 (R1)
Res. CMN nº 4.535/2016 – Reconhecimento e registro contábil dos componentes do ativo imobilizado de uso.	CPC 27
Res. CMN nº 4.817/2020 – Mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto.	CPC 18 (R2) e CPC 45
Res. CMN nº 4.966/2021 – Conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para designação e reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge).	CPC 48

O Banco aplicou, ainda, os seguintes pronunciamentos que não são conflitantes com as normas do Bacen, conforme determina o art. 22, § 2º, da Lei nº 6.385/1976:

Pronunciamento CPC
CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado (DVA)
CPC 12 – Ajuste a Valor Presente
CPC 22 – Informações por Segmento
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas

g) Normas recentemente emitidas, aplicáveis ou a serem aplicadas em períodos futuros

Normas aplicáveis a partir de 01/01/2025

g.1) Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021

A Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais.

Os critérios contábeis estabelecidos pela normativa foram aplicados de forma prospectiva e os efeitos dos ajustes decorrentes foram reconhecidos em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados em 1º de janeiro de 2025, líquidos dos respectivos efeitos tributários.

(i) Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

A Resolução CMN nº 4.966/2021 aborda uma nova classificação e mensuração para os ativos financeiros com base nas características contratuais dos fluxos de caixa do ativo, além do modelo de negócios pelo qual os ativos são administrados pela entidade. A norma estabelece três categorias de classificação para ativos financeiros:

Custo amortizado (CA): Quando os fluxos de caixa contratuais possuem características de “somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal” e o objetivo do modelo de negócios é coletar os respectivos fluxos de caixa contratuais.

Valor Justo em outros resultados abrangentes (VJORA): Quando os fluxos de caixa contratuais possuem característica de “somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal” e o objetivo do modelo de negócios é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios.

Valor Justo no resultado (VJR): Ativos que não atendam aos critérios de classificação das categorias anteriores. Estão relacionados, de forma geral, aos ativos financeiros cujos fluxos de caixa contratuais não possuem características de “somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal” ou quando o modelo de negócios possui o objetivo de realizar fluxos de caixa por meio da venda dos ativos.



O Banco analisou as diversas modalidades de produtos financeiros (operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito) que constam no portfólio oferecido aos seus clientes (pessoas físicas e pessoas jurídicas), para identificar as características contratuais dos fluxos de caixa, além do objetivo da Administração (modelo de negócio) diante desses produtos. A Administração pretende manter esses ativos para recebimento dos seus fluxos de caixa contratuais, ou seja, continuarão sendo mensurados ao custo amortizado. Os demais ativos financeiros adquiridos pelo Banco possuem variadas finalidades, mediante as necessidades da atividade bancária. Esses produtos incluem aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos públicos, cotas de fundos de investimento, dentre outros. Esses produtos foram analisados, tanto em relação às características contratuais dos fluxos de caixa, quanto ao objetivo da Administração diante desses ativos. As novas classificações e mensurações foram efetuadas em conformidade com essas análises.

O Banco concluiu que os novos requerimentos não apresentaram impacto significativo na classificação e mensuração de seus ativos financeiros. As categorias que eram mensuradas ao custo amortizado de acordo com as normas anteriores (aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, carteira de crédito e outros ativos financeiros), substancialmente continuam a ser mensuradas desta forma. Igualmente para as categorias que são mensuradas ao valor justo no resultado (títulos para negociação e derivativos) e ao valor justo em outros resultados abrangentes (títulos disponíveis para venda).

O Banco classificou determinadas operações com característica de concessão de crédito (essencialmente títulos e valores mobiliários na forma de debêntures, notas promissórias, cédulas de produto rural, certificados de direitos creditórios do agronegócio e certificados de recebíveis imobiliários) na categoria custo amortizado, em uma classe denominada "Títulos com característica de concessão de crédito", vinculada à carteira de crédito. Em 1º de janeiro de 2025, o montante de R\$ 58.383 milhões anteriormente classificado como "Títulos disponíveis para venda" passou a ser classificado na categoria "Custo amortizado", com consequente reversão dos ajustes de marcação a mercado na ordem de R\$ 114 milhões, líquidos de efeitos tributários.

O Banco optou por designar ao VJORA, de forma irrevogável, alguns instrumentos patrimoniais de outras entidades, dado que para esse grupo de instrumentos financeiros o Banco não atua em um modelo de negócios cujo objetivo seja gerar retorno pela venda do instrumento, contemplando ativos que já compunham a carteira da instituição há um longo período (principalmente cotas de fundos de investimentos e ações).

A Resolução também estabeleceu novos critérios contábeis para a classificação, reconhecimento e mensuração dos contratos de câmbio, os quais passaram a seguir o regramento contábil aplicável aos instrumentos financeiros derivativos. Nesse sentido, os valores anteriormente registrados no ativo e passivo do Banco como direitos e obrigações relacionadas às operações de câmbio (valores nocionais) passaram a compor contas de compensação, e nas posições patrimoniais e de resultado passam a ser apresentados unicamente os ajustes a valor justo da carteira de câmbio.

(ii) Perdas esperadas associadas ao risco de crédito

De acordo com os novos requerimentos, as perdas esperadas associadas ao risco de crédito deverão ser apuradas com base em modelos internos, incluindo fatores prospectivos que considerem a situação econômica atual e futura.

A metodologia para cálculo das perdas esperadas associadas ao risco de crédito no Banco do Brasil engloba a avaliação dos instrumentos financeiros em três estágios:

Estágio 1 – Operações em normalidade – Os ativos enquadrados nesse estágio são considerados operações em situação de normalidade, com atraso inferior ou igual a 30 dias, e que não tenham incorrido em aumento significativo do risco de crédito desde a contratação. A perda esperada é calculada considerando a probabilidade de o instrumento se tornar um ativo com problema de recuperação de crédito nos próximos 12 meses.

Estágio 2 – Operações com aumento significativo do risco de crédito (ASR) – Os ativos enquadrados nesse estágio apresentam atraso superior a 30 dias no pagamento do principal ou de encargos ou outro critério indicativo de aumento significativo no risco de crédito em relação ao apurado na alocação original do instrumento. Neste caso, a perda esperada é calculada considerando a probabilidade de o instrumento se tornar um ativo com problema de recuperação de crédito até o final da vida do ativo.

Estágio 3 – Ativos problemáticos – Os ativos enquadrados nesse estágio são os instrumentos financeiros com problema de recuperação de crédito, enquadrando-se, ou em descumprimento quantitativo (avaliado em função dos dias de atraso – superior a 90 dias) ou qualitativo, caracterizado por indicativos que o cliente não honrará integralmente o instrumento financeiro sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. São incluídas também as operações reestruturadas. Neste caso, a perda esperada é calculada considerando que o instrumento se caracteriza como um ativo com problema de recuperação de crédito.



Os impactos observados sobre as provisões decorrem das diferenças entre a metodologia anterior de cálculo das provisões para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) e a nova metodologia de cálculo da provisão com base em perdas esperadas associadas ao risco de crédito (PEARC). Os principais fatores que contribuem para essa diferença são a ampliação do escopo de instrumentos passíveis de apuração de provisão com base em perdas esperadas e a incorporação da reestruturação como critério de marcação de ativo problemático.

Na adoção inicial da norma, o incremento das perdas esperadas associadas ao risco de crédito sobre os instrumentos financeiros, líquido dos efeitos fiscais, foi de R\$ 8.832 milhões.

(iii) Taxa efetiva de juros

O Banco adotou a metodologia diferenciada para as operações de crédito e para as outras operações com característica de concessão de crédito classificadas como custo amortizado, aplicando-a prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2025, assim, os custos de transação e os valores recebidos passaram a ser incorporados aos instrumentos financeiros somente a partir daquela data.

Não foram adotados conceitos de materialidade nessa temática, assim, todas as receitas e custos vinculados aos ativos financeiros, independente dos valores, serão considerados na taxa efetiva de juros.

(iv) Cessação do reconhecimento de juros (stop accrual)

A Resolução CMN nº 2.682/1999, vigente até 31/12/2024, vedava o reconhecimento, no resultado do período, de receitas e encargos de qualquer natureza relativos a operações de crédito que apresentassem atraso igual ou superior a 60 dias no pagamento de parcela de principal ou encargos. A Resolução CMN nº 4.966/2021 veda o reconhecimento, no resultado do período, de receita de qualquer natureza ainda não recebida relativa a ativos financeiros com problema de recuperação de crédito (estágio 3), ou seja, quando estiver em atraso superior a 90 dias no pagamento de principal ou de encargos, ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

(v) Contabilização de Hedge (hedge accounting)

O Banco aplicará os novos requerimentos de hedge contábil somente a partir de 1º de janeiro de 2027, conforme art. 75 da Resolução CMN nº 4.966/2021.

(vi) Ajuste a valor presente de ativos financeiros reestruturados

O Banco utilizará a taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados até 31 de dezembro de 2026, conforme faculta o art. 71-A da Resolução CMN nº 4.966/2021.

(vii) Conciliação do Patrimônio Líquido – Adoção inicial da Resolução CMN 4.966/2021

Conciliação do Patrimônio Líquido	Banco Múltiplo	Consolidado
Patrimônio líquido em 31/12/2024	180.878.517	190.072.748
Ajustes decorrentes da adoção inicial, líquidos de efeitos fiscais		
Classificação e mensuração de ativos financeiros	114.182	114.182
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(8.832.022)	(8.832.022)
Outros ajustes ⁽¹⁾	(2.235.232)	(2.235.232)
Participação dos não controladores	--	(87.858)
Patrimônio líquido em 01/01/2025	169.925.445	179.031.818

(1) Inclui, principalmente, os ajustes de uniformização de critério contábeis efetuados nos saldos das participações em empresas controladas e controladas em conjunto.

g.2) Resolução CMN nº 4.975, de 16 de dezembro de 2021

A norma estabelece os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil realizadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central na condição de arrendadora e de arrendatária, devendo essas instituições observar o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 06 (R2) – Arrendamentos, no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, conforme regulamentação específica.

O CPC 06 (R2) abandona a classificação de arrendamentos em operacional e financeiro para os arrendatários, passando a ter um único modelo de contabilização, que consiste no reconhecimento dos ativos e passivos decorrentes das operações de arrendamento. A norma não obriga um arrendatário a reconhecer ativos e passivos de arrendamentos de baixos valores e de curto prazo.



Para os arrendadores, haverá mudança na contabilização das operações de arrendamento mercantil financeiro, porém sem alterar a forma de apresentação, uma vez que essas operações já são apresentadas pelo valor presente dos montantes totais a receber previstos em contrato, incluindo a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, em cumprimento à Resolução BCB nº 2/2020.

O Banco optou pela adoção da Resolução CMN Nº 4.975/2021 na abordagem prospectiva. Os contratos firmados ou renovados a partir de 1º de janeiro de 2025 serão reconhecidos de acordo com a nova regulamentação, de forma prospectiva, conforme facultado pelo § 5º do art. 2º da referida Resolução, não gerando impactos materiais nos ativos do Banco.

Como arrendador, o Banco possui contratos de arrendamentos financeiros por meio de sua subsidiária BB Leasing. A nova norma mantém o tratamento contábil dessas operações substancialmente inalterado.

Como arrendatário, o Banco possui acordos de arrendamentos operacionais que se referem essencialmente a contratos de aluguel de imóveis utilizados na prática de suas operações administrativas e bancárias. De maneira geral, esses contratos possuem opções de renovação e cláusulas de reajuste anual do preço de locação.

Os imóveis arrendados são reconhecidos no balanço patrimonial como Ativo imobilizado – De direitos de uso e o valor a ser desembolsado referente às parcelas do arrendamento consta em Outros passivos – Passivos de arrendamento.

No cálculo do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso foram considerados os fatos e as circunstâncias relevantes para exercer ou não as opções de renovação e/ou rescisão antecipada, mensurando-os ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, utilizando como taxas de desconto as taxas incrementais representadas pelo custo das captações institucionais.

g.3) Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022

A Lei 14.467/2022 dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras. A partir de 1º de janeiro de 2025, as instituições poderão deduzir, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações inadimplidas (operações com atraso superior a 90 dias em relação ao pagamento do principal ou de encargos) e operações com pessoa jurídica em processo falimentar ou recuperação judicial.

Em relação aos créditos que se encontravam inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, cujas perdas não foram deduzidas até aquela data e que não tenham sido recuperadas, a referida Lei estabelece que essas perdas somente poderão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um e oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026.

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (Nota 22.f) foi respaldada em estudo técnico elaborado em 31/12/2024 que considerou em suas projeções os novos critérios de dedutibilidade das perdas incorridas segundo os fatores estabelecidos com base no período de inadimplemento. Nesse estudo, foi considerada também a regra de transição descrita no artigo 6º da referida Lei para as perdas apuradas em 1º de janeiro de 2025 relativas aos créditos que se encontravam inadimplidos em 31 de dezembro de 2024.

g.4) Resolução CMN nº 5.185, de 21 de novembro de 2024

A norma altera a Resolução CMN 4.818/2020 que consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen.

Segundo a referida norma, a partir do exercício de 2026, o Banco deverá divulgar o relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, adotando os pronunciamentos CBPS 01 e CBPS 02, como parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas anuais



3 – Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis adotadas pelo Banco do Brasil são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis e de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas.

a) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata die, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Mensuração a valor presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob controle do Banco, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem as disponibilidades e as aplicações financeiras prontamente conversíveis em caixa, com vencimento máximo de três meses a contar da data de aquisição, a serem utilizados em compromissos de curto prazo, e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Foram considerados os saldos das disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas – posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras.

d) Instrumentos financeiros

O Banco classifica seus instrumentos financeiros com base nas características contratuais dos fluxos de caixa do ativo, além do modelo de negócios pelo qual os ativos são administrados pela entidade. Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de sua aquisição, origem ou emissão, isto é, a data em que o Banco se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A classificação dos ativos e dos passivos financeiros é determinada na data do reconhecimento inicial.

Classificação e reclassificação

Modelo de negócios: Refere-se a como a entidade gerencia os fluxos de caixa de seus ativos financeiros. A Administração do Banco avaliou, dentre outros fatores:

- como o desempenho do modelo de negócios e os ativos financeiros são reportados ao pessoal-chave da administração;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios e a forma como esses riscos são gerenciados; e
- como os gestores do negócio são remunerados.

Após observação, o Banco determinou o modelo de negócios para seus ativos financeiros, a fim de verificar se os fluxos de caixa resultam de:

- recebimento de fluxos de caixa contratuais;
- venda de ativos financeiros; ou
- ambos.



Características contratuais dos fluxos de caixa: O Banco analisa as características contratuais dos fluxos de caixa de seus ativos financeiros, a fim de verificar se esses fluxos representam somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Se os termos contratuais expõem o Banco a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa não relacionados a um acordo de empréstimo básico, o fluxo de caixa não representa somente pagamento de principal e juros. Qualquer desenquadramento nessa característica, o instrumento financeiro será mensurado ao valor justo no resultado.

Somente pagamento de principal e juros: Quando os termos contratuais dos instrumentos financeiros são consistentes com um acordo de empréstimo básico, no qual se considera o valor do dinheiro no tempo, o risco de crédito, os custos da operação, a margem de lucro e outros riscos relacionados a empréstimos.

Os ativos financeiros são reclassificados quando há alterações nos modelos de negócios para a gestão dos seus fluxos de caixa, sendo que essa reclassificação deve ocorrer de forma prospectiva, no primeiro dia do período subsequente de apuração do resultado contábil. É vedada a reclassificação de passivos financeiros.

d.1) Ativos financeiros

Reconhecimento e mensuração

De maneira geral, os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos de transação atribuíveis individualmente à operação e deduzidos eventuais valores recebidos na aquisição ou originação do instrumento (com exceção dos ativos mensurados ao valor justo no resultado) e posteriormente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo. As políticas contábeis aplicadas a cada classe de instrumentos financeiros são apresentadas a seguir:

Custo amortizado (CA) – Um ativo será mensurado nessa categoria quando os seus fluxos de caixa contratuais possuírem característica de somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal e a Administração o mantém em um modelo de negócios cujo objetivo seja receber os respectivos fluxos de caixa contratuais.

Os ativos mensurados nessa categoria são inicialmente reconhecidos pelo valor justo adicionado aos custos de transação e avaliados, subsequentemente, pelo custo amortizado utilizando a taxa efetiva de juros. As receitas e os encargos financeiros são registrados de acordo com o regime de competência e adicionados ao montante de principal em cada período, sendo o valor do ativo reduzido pelas amortizações de principal, além das perdas esperadas associadas ao risco de crédito. As receitas financeiras auferidas são registradas na demonstração do resultado do exercício em receitas da intermediação financeira.

Para fins de aplicação do conceito de taxa efetiva de juros às operações de crédito e demais operações com característica de concessão de crédito classificadas nessa categoria, o Banco utiliza metodologia diferenciada para fins do reconhecimento de receitas e despesas relativas aos custos de transação e aos valores recebidos na originação do instrumento, sem incorporação de critérios de materialidade.

A metodologia diferenciada consiste na:

- apropriação de receitas no resultado do período, pro rata temporis, considerando a taxa de juros contratual original; e
- apropriação de receitas e despesas relativas aos custos de transação e demais valores recebidos na originação do instrumento financeiro de forma linear, conforme as características do contrato.

Os principais ativos mensurados nessa categoria são:

Aplicações interfinanceiras de liquidez – São constituídas por aplicações no mercado aberto (aplicações em operações compromissadas) e aplicações em depósitos interfinanceiros. Esses ativos são apresentados pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, incluindo juros, diminuído pela perda esperada, quando aplicável.

Aplicações no mercado aberto (operações compromissadas): O Banco realiza aplicações em títulos e valores mobiliários com compromisso de revenda, compreendendo principalmente títulos públicos federais. Os compromissos de revenda são considerados operações financeiras com garantia. O ativo de operações compromissadas encontra-se subdividido em:

- revendas a liquidar – posição bancada, a qual é formada pelos títulos adquiridos com compromisso de revenda e não repassados, ou seja, não vendidos com compromisso de recompra; e
- revendas a liquidar – posição financiada, a qual compreende os títulos adquiridos com compromisso de revenda e repassados, isto é, vendidos com compromisso de recompra.



Operações de crédito – São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis.

O valor contábil da carteira de crédito é reduzido por uma conta redutora de perda esperada, sendo esse valor reconhecido no resultado como “Perdas esperadas associadas ao risco de crédito”, que representa a estimativa da Administração quanto a perdas esperadas na carteira.

O Banco não reconhece receita de qualquer natureza ainda não recebida relativas a operações de crédito com problema de recuperação de crédito, ou seja, vencidas há mais de 90 dias ou caracterizadas dessa forma por critérios qualitativos, são apropriadas ao resultado somente quando do seu efetivo recebimento.

O reconhecimento de receitas é retomado a partir do período em que a operação de crédito deixa de ser caracterizada como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito.

Valor justo em outros resultados abrangentes (VJORA)– Um ativo será classificado nessa categoria quando os seus fluxos de caixa contratuais possuírem característica de somente pagamento de principal e juros e a Administração o mantém em um modelo de negócios cujo objetivo seja gerar retorno tanto pelo recebimento de seus fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios. Esses ativos são inicialmente e subsequentemente reconhecidos a valor justo adicionados os custos de transação sendo que os ganhos e perdas não realizados são reconhecidos em contrapartida aos outros resultados abrangentes, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Os principais ativos mensurados nessa categoria são:

Instrumentos de dívida – Instrumentos que conferem a seu titular, o direito de receber dinheiro ou outro ativo financeiro de outra entidade, conforme prazos e taxas contratualmente definidos. Incluem títulos públicos federais, títulos de governos estrangeiros dentre outros.

Instrumentos patrimoniais – Qualquer contrato que comprova uma participação residual nos ativos de uma entidade ou de um fundo de investimento, após a dedução de todos os seus passivos.

São incluídos nessa categoria os instrumentos patrimoniais de outras entidades que, no reconhecimento inicial, o Banco opta por designar de forma irrevogável, ao valor justo em outros resultados abrangentes, desde que os ativos não sejam geridos com o objetivo principal de gerar retorno pela venda do instrumento.

Valor justo no resultado (VJR)– Serão classificados nessa categoria os ativos financeiros que não atendam aos critérios de classificação das categorias anteriores. De forma geral são mensurados nessa categoria quando os seus fluxos de caixa contratuais não possuírem característica de somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal ou quando a Administração o mantém com o objetivo de realizar fluxos de caixa por meio da venda dos ativos.

Os principais ativos mensurados nessa categoria são:

Instrumentos de dívida – Instrumentos que conferem a seu titular, o direito de receber dinheiro ou outro ativo financeiro de outra entidade, conforme prazos e taxas contratualmente definidos. Incluem títulos públicos federais, títulos de governos estrangeiros dentre outros.

Instrumentos patrimoniais – Qualquer contrato que comprova uma participação residual nos ativos de uma entidade ou de um fundo de investimento, após a dedução de todos os seus passivos.

Instrumentos financeiros derivativos – Derivativos tais como:

- (i) swaps, contratos futuros, contratos a termo, opções e outros tipos de derivativos similares baseados na taxa de juros, na taxa de câmbio, no preço de ações e commodities e no risco de crédito. Os derivativos são registrados ao valor justo e mantidos como ativos quando o valor justo é positivo e como passivo quando o valor justo é negativo;
- (ii) derivativos não qualificados para hedge accounting, mas que são utilizados para administrar exposição a riscos de mercado, principalmente taxa de juros, moedas e crédito; e
- (iii) derivativos contratados por solicitação de seus clientes, com o único objetivo de proteção contra os riscos inerentes às suas atividades econômicas.



d.2) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente de sua forma legal. Devem ser classificados na categoria custo amortizado, exceto os derivativos que sejam passivos, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado.

Constituem-se também em exceção para classificação como ao custo amortizado os passivos financeiros gerados em operações que envolvam empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado; passivos financeiros gerados pela transferência de ativo financeiro; e compromissos de crédito e créditos a liberar, os quais devem ser reconhecidos e mensurados conforme disposições específicas.

Os principais passivos mensurados na categoria ao custo amortizado são:

Recursos de clientes – Formados pelos depósitos à vista, depósitos de poupança e os depósitos a prazo voluntários, que se caracterizam em sua maior parte, em produtos sem maturidade definida.

Recursos de instituições financeiras (captações no mercado aberto) – O Banco realiza captações de recursos mediante venda de títulos e valores mobiliários com compromisso de recompra, compreendendo principalmente títulos públicos federais. Os compromissos de recompra são considerados operações financeiras com garantia e são contabilizados pelo seu valor de venda, acrescido dos juros incorridos.

Títulos vendidos com contrato de recompra não são baixados, já que o Banco retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade. O correspondente caixa recebido, incluindo os juros apropriados, é reconhecido como um passivo mensurado ao custo amortizado, refletindo a substância econômica da transação como uma dívida do Banco. As captações no mercado aberto se encontram subdivididas em:

- (i) carteira própria, a qual é composta pelos títulos com compromisso de recompra não vinculados a revendas, ou seja, os títulos da carteira própria do Banco vinculados ao mercado aberto e;
- (ii) carteira de terceiros, que compreende os títulos adquiridos com compromisso de revenda e repassados, isto é, vendidos com compromisso de recompra.

O Banco presta garantia financeira a clientes perante terceiros em contratos de empréstimos. Contratos de garantia financeira são os que requerem pagamentos a um credor em nome de um terceiro devedor quando este não os fizer de acordo com os termos do instrumento de dívida.

Após o reconhecimento inicial, as garantias financeiras prestadas são mensuradas pelo maior valor entre:

- (i) a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e
- (ii) o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida

e) Baixa de instrumentos financeiros

Ativos financeiros – São baixados quando:

- (i) os direitos contratuais relativos aos respectivos fluxos de caixa expirarem; ou
- (ii) o ativo for transferido e a transferência se qualificar para baixa.

Os direitos e obrigações retidos na transferência são reconhecidos separadamente como ativos e como passivos, quando apropriado. Se o controle sobre o ativo é retido, o Banco continua a reconhecê-lo na extensão do seu envolvimento contínuo, que é determinado pela extensão em que ele permanece exposto a mudanças no valor do ativo transferido.

O ativo financeiro é baixado em virtude de perdas esperadas associadas ao risco de crédito quando não é provável que o Banco recupere o seu valor.

Passivos financeiros – São baixados quando a obrigação especificada no contrato expirar, for liquidada, cancelada ou extinta.



f) Instrumentos financeiros para proteção (hedge)

O Banco utiliza instrumentos derivativos para administrar exposições aos riscos de taxa de juros, de variação cambial e de crédito, inclusive exposição gerada de transações futuras e compromissos firmes. Para administrar um risco específico, o Banco aplica hedge accounting para transações que se enquadram nos critérios específicos.

No início do relacionamento de hedge, o Banco formaliza o processo por meio de documentação do relacionamento entre o item objeto de hedge e o instrumento de hedge, incluindo a natureza do risco, o objetivo, e a estratégia de designar o hedge e se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para essa finalidade. Além disso, o banco determina, avalia e acompanha, de forma contínua, a metodologia e as estratégias a serem utilizadas para apurar sua efetividade e garantir que sejam altamente efetivas, ou seja, os instrumentos de hedge compensem, nas mesmas proporções, as variações no valor justo atribuídos aos respectivos itens objeto de hedge durante o período estabelecido para o relacionamento de hedge, com o objetivo de mitigar os fatores de risco.

A avaliação de efetividade das estruturas de hedge é feita de forma prospectiva e retrospectiva (no decorrer das operações). Para tanto, algumas metodologias são empregadas, tais como:

- Método Dollar Offset (ou Ratio Analysis), baseado na comparação da variação no valor justo do instrumento de hedge com a variação no valor justo do item objeto de hedge;
- Coeficiente de correlação entre a variação do valor presente do instrumento de hedge e as variações do valor presente do objeto hedge;
- Coeficiente beta da regressão entre o regressor (representada pela variação de valor presente do instrumento de hedge) e o regressando (representada pela variação do valor presente do objeto de hedge).

No gerenciamento de risco é esperado que os instrumentos de hedge e os objetos de hedge se movam em sentidos contrários e nas mesmas proporções, com o objetivo de mitigar os fatores de riscos. Atualmente, o índice de cobertura designado é 100% do fator de risco que seja elegível a cobertura. As fontes de inefetividade, em geral, estão relacionadas ao risco de crédito da contraparte, risco de liquidação antecipada do objeto de hedge e possíveis descasamentos de prazos entre o instrumento de hedge e o objeto de hedge.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é apurada com base em modelos internos, incluindo fatores prospectivos que considerem a situação econômica atual e futura. O Banco utiliza a metodologia completa, com parâmetros de risco, para apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para a maioria dos seus instrumentos financeiros.

O Banco observa ainda os níveis de provisão estabelecidos pela regulamentação vigente para perdas incorridas associadas ao risco de crédito para os ativos financeiros inadimplidos (ativo com atraso superior a 90 dias), sem prejuízo pela constituição de provisão em montantes suficientes para fazer face à totalidade da perda esperada na realização desses ativos. Os níveis de provisão dessas operações corresponderão ao valor resultante da aplicação dos percentuais definidos na regulamentação, observados os períodos de atraso e as carteiras definidas, sobre o valor contábil bruto do ativo.

O modelo para cálculo da perda esperada, no Banco, engloba a avaliação dos ativos financeiros em três estágios:

Estágio 1 – Operações em normalidade – Os ativos enquadrados nesse estágio são considerados operações em situação de normalidade, com atraso inferior ou igual a 30 dias, e que não tenham incorrido em aumento significativo do risco de crédito desde a contratação. Neste caso, é calculada a perda esperada considerando a probabilidade de o ativo financeiro se caracterizar como ativo financeiros com problema de recuperação de crédito nos próximos 12 meses.

Estágio 2 – Operações com aumento significativo de risco de crédito (ASR) – Os ativos enquadrados nesse estágio apresentam atraso superior a 30 dias ou outro critério indicativo de aumento significativo no risco de crédito em relação ao apurado na alocação original do instrumento. Neste caso, a perda esperada é calculada considerando a probabilidade de o instrumento se tornar um ativo com problema de recuperação de crédito durante todo o prazo esperado do instrumento financeiro.



Estágio 3 – Ativos problemáticos – Os ativos enquadrados nesse estágio são os instrumentos financeiros com problema de recuperação, enquadrando-se, ou em descumprimento quantitativo (avaliado em função dos dias de atraso – superior a 90 dias) ou qualitativo, caracterizado por indicativos que o cliente não honrará integralmente a operação de crédito, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. São incluídas também as operações reestruturadas. Neste caso, é calculada a perda esperada considerando que o instrumento se caracteriza como um ativo com problema de recuperação de crédito.

Os instrumentos financeiros da mesma contraparte (carteira não varejo) são realocados para o estágio 3 e quando um instrumento financeiro dessa contraparte é caracterizado como ativo problemático, na mesma data-base do balancete em que ocorreu essa alocação, exceto quando o instrumento financeiro, em virtude de sua natureza ou de sua finalidade, apresente risco de crédito significativamente inferior ao instrumento da mesma contraparte caracterizado como ativo problemático.

O estágio de enquadramento dos ativos é revisto periodicamente considerando os processos de sensoriamento de risco do Banco, a fim de capturar eventuais alterações na capacidade financeira do cliente. Poderão ocorrer migrações de operações entre os estágios, quando a análise apontar melhora ou agravamento do risco de crédito da operação.

O Banco utiliza modelos econométricos, informações qualitativas e cenários macroeconômicos prospectivos, elaborados internamente, para estimativa da perda esperada de crédito. As principais variáveis macroeconômicas usadas como insumos para projeção são o Produto Interno Bruto (PIB), taxa Selic real, taxa de câmbio e o Indicador de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br). Os valores finais projetados para perda esperada de crédito consideram o conjunto de premissas, diferentes análises econométricas, análise qualitativa e julgamental.

Determinação de aumento significativo no risco de crédito – A migração do estágio 1 para o estágio 2 ocorre quando há um aumento significativo do risco (ASR) de crédito de um instrumento financeiro desde o reconhecimento inicial. O ASR compreende atrasos superiores a 30 dias, agravação acentuada dos parâmetros de risco e existência de reestruturação de outras obrigações da contraparte.

Operações renegociadas – Instrumentos provenientes de acordos que impliquem alteração das condições originalmente pactuadas do instrumento ou a substituição do instrumento financeiro original por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da respectiva obrigação original.

Operações reestruturadas – Instrumentos decorrentes de renegociações que, de maneira geral impliquem concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração, dentre outros casos que indiquem renegociações com risco agravado.

Descumprimento dos pagamentos contratuais – A migração para o estágio 3 ocorre quando o ativo possui atraso em seus pagamentos contratuais há mais de 90 dias, se enquadra em uma reestruturação, ou algum outro critério qualitativo (ex.: falência, insolvência civil ou recuperação judicial). Essa classificação somente se altera quando o ativo é baixado ou quando atinge o critério de cura da operação.

Cálculo da perda esperada – O cálculo da perda esperada realizado pelo Banco é uma estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito e, para alcançar esse resultado, é utilizado uma combinação de três parâmetros:

- Probabilidade de descumprimento;
- Perda dado o descumprimento; e
- Exposição no momento de descumprimento.

O cálculo da perda esperada utiliza-se de técnica de mensuração compatível com a natureza e a complexidade dos instrumentos financeiros, o porte, o perfil de risco e o modelo de negócios da instituição, considerando a ponderação de cenários prospectivos, de modo a antecipar potencial aumento no nível de perdas nos piores momentos do ciclo econômico, fornecendo os insumos necessários para uma gestão proativa dos riscos e negócios. A estimativa de perda esperada considera, entre outras informações:

- as características do cliente refletidas nas informações cadastrais, históricos de atrasos, situação do limite de crédito do cliente, prazo da operação (visão Lifetime), segmento do cliente e cenário macroeconômico (visão prospectiva);
- aspectos financeiros (valor do dinheiro no tempo) e a probabilidade de diferentes cenários macroeconômicos.



A apuração do risco de crédito e da perda esperada associada ao risco de crédito pode ser realizada de forma coletiva, mediante utilização de modelo adequado ao tratamento de risco de crédito por carteira. Os instrumentos financeiros podem ser agrupados por grupos homogêneos de risco, ou seja, com características semelhantes e que permitam a avaliação e a quantificação do risco de crédito de forma coletiva, considerando no mínimo:

- as características de risco de crédito da contraparte;
- as características de risco de crédito do instrumento, considerando a modalidade do instrumento e o tipo de garantias ou colaterais relacionados com o instrumento, quando existente;
- o estágio em que o instrumento está alocado;
- o atraso no pagamento de principal ou de encargos;
- o risco de crédito e a alocação em estágios de outros instrumentos da mesma contraparte; e
- os demais aspectos relevantes, a exemplo do segmento econômico e da localização geográfica da contraparte e do período de aquisição ou de originação e do prazo do instrumento, que sejam definidos na política de crédito e nos procedimentos de gestão de crédito da instituição como operações de varejo, considerando, no mínimo: o valor do instrumento; a exposição total da instituição à contraparte; e cujo gerenciamento seja realizado de forma massificada.

Probabilidade de descumprimento (“PD” – Probability of Default) – É a probabilidade de o instrumento não ser honrado pela contraparte (descumprimento) no horizonte de tempo observado. Para instrumentos financeiros que não tiverem um aumento significativo de risco de crédito, é observado o descumprimento ao longo de 12 meses (PD 12 meses). Para aqueles que tiverem aumento significativo de risco de crédito, caracterizados pela alocação nos estágios 2 e 3, a PD é ajustada para considerar o comportamento do descumprimento pelo período contratual máximo do ativo (PD lifetime). Além disso, as PD são ajustadas, a partir de ponderações de cenários econômicos, para melhor refletir o comportamento de descumprimentos no período do exercício subsequente, levando em conta a situação econômica e de mercado que afetem o risco de crédito do instrumento (visão prospectiva “Forward Looking”).

Perda dado o descumprimento (“LGD” – Loss Given Default) – A perda, dado o descumprimento, é uma estimativa baseada no histórico de perdas contábeis observadas ponderadas pelas respectivas taxas de descumprimento dos diferentes portfólios. Representa a proporção do valor não recuperado pelo credor frente ao valor exposto ao risco no momento do descumprimento.

A LGD é construída com base nas informações estatísticas e características das operações, entre outras, os custos de recuperação do instrumento, eventuais garantias ou colaterais, as taxas históricas de recuperação em instrumentos financeiros com características e risco de crédito similares e a concessão de vantagens à contraparte.

Exposição no momento de descumprimento (“EAD” – Exposure at Default) – É a estimativa de exposição da operação (saldo base) no caso de o cliente entrar em situação de descumprimento. Para os créditos a liberar, essa exposição pode ser efetiva (parte do limite já utilizada) e/ou contingente (parte do limite disponível, mas ainda não utilizada). No caso de limites não canceláveis unilateralmente, o Banco utiliza a metodologia de Fator de Conversão em Crédito (FCC), que corresponde a uma estimativa com base em observação histórica da utilização dos limites até o momento do eventual descumprimento, como forma de obter uma projeção do saldo que será utilizado pelo cliente quando o descumprimento ocorrer.

A provisão para perda esperada de crédito é determinada com base na expectativa de risco dos contratos com características semelhantes (agrupamentos de risco e produtos, setor econômico e eventuais garantias envolvidas) e a estimativa de perda futura. A visão do Banco sobre as condições econômicas atuais e futuras é incorporada na estimativa de perdas de crédito, mediante a aplicação de cenários macroeconômicos ponderados.

Níveis de provisão para perdas associadas ao risco de crédito – O Banco observa os níveis de provisões estabelecidos pela regulamentação vigente para perdas incorridas associadas ao risco de crédito para ativos financeiros inadimplidos (ativo com atraso superior a 90 dias), sem prejuízo da responsabilidade da Instituição pela constituição de provisão em montantes suficientes para fazer face à totalidade da perda esperada na realização desses ativos. Os registros de provisão para perda incorrida (PI) e de provisão para perda esperada (PE) são realizados de forma segregada.



O Banco utiliza pontualmente análises individualizadas para avaliar o risco de crédito em certas exposições monitoradas pela Administração, que consideram aspectos relevantes do conhecimento de especialistas, com base em indicadores financeiros e aspectos qualitativos das empresas, do ambiente de negócios e dos instrumentos financeiros.

O Banco possui cálculo de perda esperada para exposições off-balance, como compromissos de empréstimos, saldos a liberar, prestação de garantias e exposições contingentes. Nesses casos, o Banco avalia a expectativa de utilização desses saldos pelo tomador. Uma conta de provisão é criada no passivo, sendo a contrapartida reconhecida no resultado do período.

h) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda (15,00% + adicional de 10,00%)	25,00%
Contribuição Social sobre o Lucro líquido – CSLL ¹	20,00%
PIS/Pasep ²	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins ²	4,00%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5,00%

1 - Alíquota aplicada aos bancos, sendo que, para as demais empresas financeiras e as não financeiras dos ramos de seguros, previdência e capitalização a alíquota é de 15%. Para as demais empresas não financeiras, a alíquota de CSLL corresponde a 9%.

2 - Para as empresas não financeiras optantes do regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS/Pasep é de 1,65% e da Cofins é de 7,6%.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos, são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020, suportados por estudo de capacidade de realização.

Conforme art. 6º da Lei nº 14.467/2022, as perdas apuradas em 1º de janeiro de 2025 relativas aos créditos que se encontravam inadimplidos em 31 de dezembro de 2024 e que não tinham sido deduzidas até essa data e que não tenham sido recuperadas somente poderão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026, sendo permitida a opção, até 31 de dezembro de 2025, de forma irrevogável e irretratável, por efetuar as referidas deduções, à razão de 1/120 (um cento e vinte avos) para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026.

As perdas incorridas de que trata o art. 2º da Lei nº 14.467/2022 relativas ao exercício de 2025 não poderão ser deduzidas em montante superior ao lucro real do exercício, antes de computada essa dedução. Tais perdas não deduzidas deverão ser adicionadas ao saldo das perdas apuradas em 1º de janeiro de 2025, mencionadas no parágrafo anterior, e excluídas do lucro líquido à mesma razão e no mesmo prazo da dedução desse saldo, observada a opção permitida pela Lei e citada no parágrafo anterior.

i) Investimentos, imobilizado de uso e intangível

Investimentos: os investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas com influência significativa ou com participação de 20% ou mais no capital votante e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliados por equivalência patrimonial com base no valor do patrimônio líquido da controlada, controlada em conjunto ou coligada.

Os fluxos de caixa referentes aos dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos são apresentados separadamente na demonstração dos fluxos de caixa, sendo classificados de maneira consistente, de período a período, como decorrentes de atividades de investimento.

Nas demonstrações contábeis consolidadas, as empresas controladas são consolidadas integralmente e as empresas coligadas e controladas em conjunto são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial.

Imobilizado de uso: o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável de ativos e da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear pelo prazo de vida útil do ativo. A depreciação do imobilizado de uso é contabilizada em Outras Despesas Administrativas.



Intangível: o ativo intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pelo Banco, destinados à manutenção ou exercidos com essa finalidade.

Um ativo satisfaz o critério de identificação de um ativo intangível quando: for separável, ou seja, puder ser separado da empresa e vendido, transferido ou licenciado, alugado ou trocado individualmente ou junto a um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da empresa ou de outros direitos e obrigações.

Os ágios por expectativa de rentabilidade futura são amortizados, em contrapartida ao resultado do período, de acordo com as projeções de resultado anual constantes nos estudos econômico-financeiros que fundamentaram o preço de compra dos negócios, e são submetidos anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos.

Os demais ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos desembolsos para aquisição de direitos para prestação de serviços bancários (direitos de gestão de folhas de pagamento), amortizados de acordo com os prazos dos contratos; e softwares, amortizados pelo método linear pelo prazo de vida útil a partir da data da sua disponibilidade para uso. Os ativos intangíveis são ajustados por perda por desvalorização (impairment), quando aplicável. A amortização dos ativos intangíveis é contabilizada em Outras despesas administrativas.

j) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros são revisados para verificar se há alguma indicação de que possam ter sofrido desvalorização, sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Havendo indicação de desvalorização, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior valor entre o seu valor justo, menos os custos para vendê-lo, e o seu valor em uso.

Se o valor contábil do ativo for maior que o seu valor recuperável, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável pelo registro de perda por desvalorização (impairment), reconhecida na Demonstração do resultado.

Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros:

Imobilizado de uso

Terrenos e edificações – na apuração do valor recuperável de terrenos e edificações, são utilizados dados de índices de mercado, testes estatísticos com base em dados de vendas de imóveis próprios e avaliações técnicas em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Equipamentos de processamento de dados – na apuração do valor recuperável dos equipamentos de processamento de dados relevantes, são considerados os valores praticados no mercado para bens semelhantes, substitutos ou análogos, valendo-se de fontes internas ou externas. Na impossibilidade de obtenção de dados confiáveis para estimação do preço de mercado, o Banco avalia se os benefícios futuros esperados pelo uso desses ativos ainda justificam a sua ativação pelo valor recuperável, qualificando as informações que justificam essa análise.

Outros itens do imobilizado – embora sejam sujeitos à análise de indicativo de perda, os demais bens do imobilizado de uso são individualmente de pequeno valor ou estão integralmente depreciados e, em face da relação custo-benefício, o Banco não avalia o valor recuperável desses itens individualmente. No entanto, o Banco controla esses bens por meio de cadastro sistematizado e realiza inventário anualmente, onde os bens perdidos ou deteriorados são baixados na contabilidade.

Intangível

Direitos de gestão de folhas de pagamento – o modelo de avaliação do valor recuperável dos direitos de gestão de folhas de pagamento está relacionado ao acompanhamento da performance dos contratos, calculada a partir das margens de contribuição de relacionamento dos clientes vinculados a cada contrato, de forma a verificar se as projeções que justificaram a aquisição do ativo correspondem à performance observada. Para os contratos que não atingem a performance esperada, é reconhecida uma provisão para perda por redução ao valor recuperável.



Softwares – os softwares, substancialmente desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Banco, são constantemente objeto de investimentos para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos softwares consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um software entra em desuso, seu valor é baixado na contabilidade.

As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas notas explicativas.

Investimentos e ágio na aquisição de investimentos

A metodologia de apuração do valor recuperável dos investimentos e dos ágios por expectativa de rentabilidade futura consiste em mensurar o resultado esperado do investimento por meio de fluxo de caixa descontado. Para mensurar esse resultado, as premissas adotadas são baseadas em (i) projeções das operações, resultados e planos de investimentos das empresas; (ii) cenários macroeconômicos desenvolvidos pelo Banco; e (iii) metodologia interna de apuração do custo do capital baseado no modelo Capital Asset Pricing Model – CAPM.

k) Operações de arrendamento mercantil

Banco como arrendatário – O Banco possui acordos de arrendamentos operacionais que, de acordo com regulação vigente, são assim considerados:

Ativos de direito de uso – Referem-se essencialmente a contratos de aluguel de imóveis utilizados na prática das operações administrativas e bancárias decorrentes de acordos de arrendamentos operacionais. De maneira geral, esses contratos são elaborados em condições e termos usuais de mercado, incluindo opções de renovação e cláusulas de reajuste anual do preço de locação se utilizando, como principais parâmetros de reajuste, os índices oficiais de inflação do País.

Passivos de arrendamento – Decorrem do direito de uso dos ativos mencionados acima e representam o valor a ser desembolsado referente às parcelas do arrendamento, descontadas por uma taxa de juros equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado os recursos necessários para obter um ativo similar ao de direito de uso, considerando um ambiente econômico, prazo e garantia semelhantes. O Banco utilizou a taxa incremental que representa o custo de suas captações institucionais equivalente a uma Letra Financeira Subordinada. Foram utilizadas taxas de descontos unificadas, considerando uma carteira de prazos e contratos semelhantes.

As parcelas contratualmente definidas são projetadas até os seus términos. Os pagamentos variáveis, atrelados a índices são remensurados quando da alteração do valor da parcela, por ocasião dos reajustes anuais nas datas de aniversário dos contratos. As cláusulas não impõem ao Banco nenhuma restrição para pagamento de dividendos, contratação de dívidas ou celebração de contratos de arrendamentos adicionais.

As despesas de juros sobre os passivos de arrendamento estão evidenciadas na Nota 26. A Nota 15 evidencia a movimentação do ativo de direito de uso. As saídas de caixa totais para arrendamentos estão informadas na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Os demais itens arrendados, além dos imóveis mencionados acima, são essencialmente equipamentos, cujos contratos possuem duração de até 12 meses. Para esses itens, foi adotado o expediente prático, sendo reconhecidos como despesa numa base linear ao longo do prazo do arrendamento. As despesas decorrentes desses arrendamentos de curto prazos estão evidenciadas na Nota 26.

**l) Benefícios a empregados**

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade do Banco relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CVM nº 110/2022 e pela Resolução CMN nº 4.877/2020. As avaliações são realizadas no mínimo semestralmente, podendo ser em periodicidade inferior quando aplicável.

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco. Consequentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa e não existe ganho ou perda atuarial.

Nos planos de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem substancialmente na entidade patrocinadora. Assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, ou de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

O Banco reconhece os componentes de custo de benefício definido no próprio período em que foi realizado o cálculo atuarial, de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1), sendo que:

- o custo do serviço corrente e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos no resultado do período; e
- as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes, no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. E, conforme previsão normativa, esses efeitos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido não devem ser reclassificados para o resultado em períodos subsequentes.

As contribuições devidas pelo Banco aos planos de assistência médica, em alguns casos, permanecem após a aposentadoria do empregado. Sendo assim, as obrigações do Banco são avaliadas pelo valor presente atuarial das contribuições que serão realizadas durante o período esperado de vinculação dos associados e beneficiários ao plano. Tais obrigações são avaliadas e reconhecidas utilizando-se os mesmos critérios dos planos de benefício definido.

m) Provisões, ativos e passivos contingentes

O Banco constitui provisões quando as condições mostram que:

- (i) o Banco possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de eventos passados;
- (ii) for provável que uma saída de benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; e
- (iii) o valor da obrigação pode ser apurado com segurança.

As provisões são constituídas com base na melhor estimativa de perdas prováveis.

O Banco monitora de forma contínua os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas:

- (i) sua natureza e complexidade;
- (ii) o andamento dos processos;
- (iii) a opinião dos advogados do Banco; e
- (iv) a experiência do Banco com processos similares.

Ao determinar se uma perda é provável, o Banco considera:

- (i) a probabilidade de perda decorrente de reclamações que ocorreram antes ou na data do balanço, mas que foram identificadas após aquela data, porém antes da divulgação das demonstrações contábeis; e
- (ii) a necessidade de divulgar as reclamações ou eventos que ocorrem após a data do balanço, porém antes da divulgação das demonstrações contábeis.



Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

n) Ativos mantidos para venda

Investimentos mantidos para venda

Referem-se aos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto que o Banco espera realizá-los pela sua venda, estejam disponíveis para venda imediata e sua alienação seja altamente provável. A partir do momento em que o Banco decide vendê-los, esses ativos são mensurados pelo menor valor entre:

- (i) o valor contábil líquido, deduzidas as provisões para perdas por redução ao valor recuperável; e
- (ii) o valor justo, avaliado conforme regulamentação específica, líquido de despesas de venda.

A eventual diferença entre o valor contábil líquido do ativo e o valor justo líquido de despesas de venda é reconhecida no resultado do período.

Ativos não financeiros mantidos para venda

São aqueles não abrangidos no conceito de ativo financeiro, conforme regulamentação específica. Referem-se principalmente aos imóveis não de uso recebidos em liquidação de operações de créditos de difícil ou duvidosa solução.

São reconhecidos inicialmente nas adequadas rubricas contábeis, conforme o prazo esperado de venda, na data do seu recebimento pelo Banco, sendo avaliados pelo menor valor entre:

- (i) o valor contábil bruto da respectiva operação de crédito de difícil ou duvidosa solução; e
- (ii) o valor justo do bem, avaliado conforme regulamentação específica, líquido de despesas de venda.

A eventual diferença entre o valor contábil do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução, líquido de provisões, e o valor justo é reconhecida no resultado do período

o) Outros ativos e passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base pro rata die e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base pro rata die.

p) Lucro por ação

O cálculo do lucro por ação é realizado de duas formas: (i) lucro por ação básico e (ii) lucro por ação diluído. O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação em cada um dos períodos apresentados.

O cálculo do lucro por ação diluído é efetuado mediante divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada das ações ordinárias em circulação, ajustada para refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras.

**q) Conversão de operações em moeda estrangeira**

Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Banco. A moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera, é o Real para todas as entidades do Grupo (exceto para o Banco do Brasil Americas e o Banco Patagonia).

As demonstrações contábeis das agências e controladas no exterior seguem os critérios contábeis vigentes no Brasil e são convertidas para o Real, preliminarmente à aplicação do método de equivalência patrimonial, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.817/2020.

As investidas no exterior que possuem o Real como a moeda funcional tem suas demonstrações contábeis convertidas com base nos saldos diários de cada subtítulo contábil, considerando a variação diária da taxa de câmbio, e seus efeitos são reconhecidos em contrapartida ao resultado da investida.

Para as investidas no exterior que possuem moeda funcional diferente do Real, os ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do respectivo balancete ou balanço e as receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média do período, e seus efeitos são reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, no Patrimônio Líquido da investidora.

r) Resultados não recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros. As informações do resultado recorrente e não recorrente constam da Nota 32.



4 – Principais julgamentos e estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis exige a aplicação de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto material sobre essas demonstrações. Desse modo, requer que a Administração faça julgamentos e estimativas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e pressupostos adotados são analisados em uma base contínua, sendo as revisões realizadas reconhecidas no período em que a estimativa é reavaliada, com efeitos prospectivos. Ressalta-se que os resultados realizados podem ser diferentes das estimativas.

Considerando que existem alternativas ao tratamento contábil, os resultados divulgados pelo Banco poderiam ser distintos, caso um tratamento diferente fosse escolhido. A Administração considera que as escolhas são apropriadas e que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentam, de forma adequada, a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os ativos e os passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas abrangem itens, principalmente, para os quais é necessária uma avaliação a valor justo. As aplicações mais relevantes do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem em:

a) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

Periodicamente, o Banco revisa a composição da carteira de instrumentos financeiros de forma a avaliar se perdas esperadas devem ser reconhecidas. O processo de avaliação da carteira envolve diversas estimativas e julgamentos. Esse processo inclui a observância de fatores que evidenciem uma alteração do perfil de risco do cliente, do instrumento de crédito e da qualidade das garantias que resultem em redução da estimativa de recebimento dos fluxos de caixa futuros.

Para suportar perdas decorrentes da eventual necessidade de honrar obrigações oriundas da prestação de garantias de contratos não registrados no balanço patrimonial (off-balance), além de compromissos de crédito firmados (limites concedidos e ainda não utilizados pelos clientes), o Banco constitui provisão para perdas esperadas, apenas para os compromissos de crédito e créditos a liberar não canceláveis, sendo este valor reconhecido como passivo em contrapartida com o resultado do período.

A perda esperada busca identificar as perdas que acontecerão nos próximos 12 meses ou que ocorrerão durante a vida da operação, considerando visão prospectiva, englobando a avaliação dos instrumentos financeiros em 3 estágios, sendo sujeitos a análises quantitativas e qualitativas para o devido enquadramento.

O estágio de enquadramento é revisto sistematicamente considerando os processos de sensoramento de risco do Banco, a fim de capturar mudanças das características dos instrumentos e suas garantias e das informações comportamentais do cliente, que resultem em agravamento ou atenuação do risco de crédito, realizado por meio de cenários econômicos prospectivos. Essas estimativas são baseadas em pressupostos de uma série de fatores e, por essa razão, os resultados reais podem variar, gerando futuros reforços ou reversões de perdas.

Outras informações sobre a metodologia de cálculo e premissas utilizadas pelo Banco para avaliação de perdas associadas ao risco de crédito, assim como os valores quantitativos registrados a título de perda esperada associada ao risco de crédito, podem ser obtidas nas Notas 3.g, 9, 10, 12, 13 e 20.

b) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Ao final de cada período de reporte, o Banco avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: (i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e (ii) o seu valor em uso.

Independentemente de haver indicação de desvalorização, o Banco testa o valor recuperável dos ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso e dos ágios na aquisição de investimentos, no mínimo anualmente, sempre na mesma época.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável pelo registro de perda por desvalorização.

A determinação do valor recuperável na avaliação de redução ao valor recuperável de ativos não financeiros requer que a Administração exerça julgamentos e adote premissas. Essas estimativas são baseadas em preços cotados no mercado, cálculos de valor presente ou outras técnicas de precificação, ou uma combinação de várias técnicas.

**c) Impostos sobre os lucros**

As receitas geradas pelo Banco estão sujeitas ao pagamento de impostos nas diversas jurisdições onde são desenvolvidas suas atividades operacionais. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas podem resultar num valor diferente de impostos sobre os lucros reconhecidos no período.

As autoridades fiscais podem rever os procedimentos adotados pelo Banco e pelas suas subsidiárias no prazo de cinco anos, contados a partir da data em que os tributos são considerados devidos. Desta forma, há a possibilidade dessas autoridades fiscais questionarem procedimentos adotados pelo Banco, principalmente aqueles decorrentes de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, a Administração acredita que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registrados nestas demonstrações contábeis.

d) Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) são calculados sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar, sendo reconhecidos contabilmente quando o Banco possuir expectativa de que gerará lucro tributável nos exercícios subsequentes, em montantes suficientes para compensar referidos valores. A realização esperada do crédito tributário do Banco é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos, em linha com a legislação fiscal atual.

As estimativas consideradas pelo Banco para o reconhecimento e avaliação de impostos diferidos são obtidas em função das expectativas atuais e das projeções de eventos e tendências futuras. As principais premissas identificadas pelo Banco que podem afetar essas estimativas estão relacionadas a fatores, como:

- (i) variações nos valores depositados, na inadimplência e na base de clientes;
- (ii) mudanças na regulamentação governamental que afetem questões fiscais;
- (iii) alterações nas taxas de juros;
- (iv) mudanças nos índices de inflação;
- (v) processos ou disputas judiciais adversas;
- (vi) riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de crédito e de investimento;
- (vii) mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro; e
- (viii) mudanças nas condições econômicas internas e externas.

e) Pensões e outros benefícios a empregados

O Banco patrocina planos de previdência na forma de planos de contribuição definida e planos de benefício definido, contabilizados de acordo com o CPC 33 (R1). A avaliação atuarial depende de uma série de premissas, entre as quais se destacam:

- (i) taxas de juros assumidas;
- (ii) tábuas de mortalidade;
- (iii) índice anual aplicado à revisão de aposentadorias;
- (iv) índice de inflação de preços;
- (v) índice anual de reajustes salariais; e
- (vi) método usado para calcular os compromissos relativos a direitos adquiridos dos funcionários ativos.

Alterações nesses pressupostos podem ter um impacto significativo sobre os valores determinados.

**f) Provisões, ativos e passivos contingentes**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Uma provisão para os passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

Método massificado: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, e cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Abrange os processos do tipo judicial de natureza cível ou trabalhista (exceto processos de natureza trabalhista movidos por sindicatos da categoria e todos os processos classificados como estratégicos) com valor provável de condenação, estimado pelos assessores jurídicos, de até R\$ 1 milhão. O método massificado contempla todos os processos, independentemente da avaliação realizada pelos assessores jurídicos.

Método individualizado: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes de mensuração individualizada classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.



5 – Aquisições, vendas e reestruturações societárias

Não houve aquisições, vendas e reestruturações societárias ocorridas no período.



6 – Informações por segmento

As informações por segmento foram elaboradas considerando os critérios utilizados pelo Conselho Diretor na avaliação de desempenho, na tomada de decisões quanto à alocação de recursos para investimento e outros fins, considerando-se ainda o ambiente regulatório e as semelhanças entre produtos e serviços. Essas informações são preparadas com base em relatórios internos de gestão (Consolidado Gerencial), os quais são revisados regularmente pela Administração.

As operações do Banco são substancialmente realizadas no país e estão divididas basicamente em cinco segmentos: bancário, investimentos, gestão de recursos, seguridade (seguros, previdência e capitalização) e meios de pagamento. Além desses, o Banco participa de atividades econômicas tais como consórcios e outros serviços, que foram agregadas em Outros segmentos.

A mensuração do resultado gerencial e do patrimônio gerencial por segmentos leva em conta todas as receitas e despesas bem como todos os ativos e passivos apurados pelas empresas controladas (Nota 2). Não há receitas ou despesas nem ativos ou passivos comuns alocados entre os segmentos por qualquer critério de distribuição.

As transações entre segmentos são eliminadas na coluna Eliminações intersegmentos e são realizadas em condições e taxas compatíveis com os praticados com terceiros quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

O Banco não possui cliente que seja responsável por mais de 10% da receita líquida total da instituição.

a) Segmento bancário

Resultado obtido preponderantemente no Brasil em grande diversidade de produtos e serviços, tais como depósitos, operações de crédito e prestação de serviços, que são disponibilizados aos clientes por meio dos mais variados canais de distribuição situados no país e no exterior.

As operações do segmento bancário abrangem os negócios com os mercados de varejo, atacado e governo, realizados por meio de rede e equipes de atendimento, e os negócios com microempreendedores e o setor informal, realizados por intermédio de correspondentes bancários.

b) Segmento de investimentos

Nesse segmento, são realizados negócios no mercado de capitais doméstico, com atuação na intermediação e distribuição de dívidas no mercado primário e secundário, além de participações societárias e da prestação de serviços financeiros.

O resultado da intermediação financeira do segmento é obtido por meio de receitas auferidas nas aplicações em títulos e valores mobiliários deduzidas das despesas de captação de recursos junto a terceiros. As participações acionárias existentes estão concentradas nas empresas coligadas e controladas em conjunto. As receitas de prestação de serviços financeiros resultam de assessorias econômico-financeiras, de underwriting de renda fixa e variável.

c) Segmento de gestão de recursos

Composto essencialmente pelas operações inerentes à compra, venda, e custódia de títulos e valores mobiliários, administração de carteiras e administração de fundos e clubes de investimento. As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos investidores pela prestação desses serviços.

d) Segmento de seguros, previdência e capitalização

Nesse segmento, são oferecidos produtos e serviços relacionados a seguros de vida, patrimonial e automóvel, planos de previdência complementar e títulos de capitalização.

O resultado advém principalmente das receitas com prêmios de seguros emitidos, contribuições de planos de previdência, títulos de capitalização e aplicações em títulos e valores mobiliários, deduzidas das despesas de comercialização, provisões técnicas e despesas com benefícios e resgates.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Segmento de meios de pagamento

Composto pela prestação dos serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações em meio eletrônico.

As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos estabelecimentos comerciais e bancários pela prestação dos serviços descritos no parágrafo anterior, além das rendas de aluguel, instalação e manutenção de terminais eletrônicos.

f) Outros segmentos

Compreende os segmentos de consórcios e outros serviços, que foram agregados por não serem individualmente representativos.

Suas receitas são oriundas principalmente da prestação de serviços não contemplados nos segmentos anteriores, tais como: recuperação de créditos, administração de consórcios, desenvolvimento, fabricação, comercialização, aluguel e integração de equipamentos e sistemas de eletrônica digital, periféricos, programas, insumos e suprimentos de informática.

g) Informações sobre clientes externos por região geográfica

	1º Trimestre/2025	
	Brasil	Exterior
Receitas com clientes externos	75.667.717	2.468.035
Receitas da intermediação financeira	62.686.905	1.879.111
Resultado da carteira de crédito	37.167.906	(176.118)
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	7.660.799	562.019
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	13.574.531	1.664.037
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	(1.144.831)	(54.616)
Resultado das aplicações compulsórias	2.036.017	--
Resultado de outros ativos financeiros	3.392.483	(116.211)
Outras receitas	12.980.812	588.924
Receitas de prestação de serviços	7.949.618	411.852
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	1.758.903	--
Demais receitas	3.272.291	177.072
Ativo não-circulante¹	42.282.517	266.818

1 - Exceto instrumentos financeiros, impostos diferidos ativos e ativos de benefício pós-emprego.

As receitas auferidas no exterior foram originadas principalmente em operações realizadas pelas dependências localizadas na América do Sul nos períodos de 1º Trimestre/2025.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

h) Informações gerenciais por segmento reconciliadas com o contábil

	1º Trimestre/2025							
	Informações Gerenciais por Segmento							
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros segmentos	Eliminações Intersegmentos	Consolidado
Receitas da intermediação financeira	64.391.474	171.415	87.311	54.178	129.750	190.003	(458.115)	64.566.016
Carteira de crédito	36.995.098	--	--	--	--	--	(3.310)	36.991.788
Aplicações interfinanceiras de liquidez	8.274.596	159	80.600	--	129.546	192.722	(454.805)	8.222.818
Títulos e valores mobiliários	15.003.149	176.789	6.967	54.178	204	(2.719)	--	15.238.568
Instrumentos financeiros derivativos	(1.193.914)	(5.533)	--	--	--	--	--	(1.199.447)
Aplicações compulsórias	2.036.017	--	--	--	--	--	--	2.036.017
Outros ativos financeiros	3.276.528	--	(256)	--	--	--	--	3.276.272
Despesas da intermediação financeira	(40.378.606)	(51.798)	--	--	--	(185.121)	653.943	(39.961.582)
Recursos de instituições financeiras	(16.982.201)	(51.798)	--	--	--	--	653.943	(16.380.056)
Recursos de clientes	(14.386.501)	--	--	--	--	--	--	(14.386.501)
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	(8.478.868)	--	--	--	--	(185.121)	--	(8.663.989)
Outras despesas de captação	(531.036)	--	--	--	--	--	--	(531.036)
(Perdas)/Reversões esperadas associadas ao risco de crédito	(11.424.386)	(23.582)	--	--	--	(38.709)	--	(11.486.677)
Outras receitas	8.609.722	152.639	978.696	2.718.469	452.830	1.693.688	(1.036.308)	13.569.736
Receitas de prestação de serviços	5.029.438	103.869	975.670	1.400.921	11.131	1.297.393	(456.952)	8.361.470
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	266.412	(7.538)	--	1.109.080	390.949	--	--	1.758.903
Demais receitas	3.313.872	56.308	3.026	208.468	50.750	396.295	(579.356)	3.449.363
Outras despesas	(15.340.787)	(49.980)	(160.832)	(358.397)	(63.085)	(896.058)	840.480	(16.028.659)
Despesas de pessoal	(6.093.596)	(9.741)	(39.080)	(22.204)	(1.199)	(157.994)	1.639	(6.322.175)
Outras despesas administrativas	(2.829.754)	(12.242)	(21.281)	(36.483)	(269)	(125.214)	465.884	(2.559.359)
Amortização	(636.759)	--	--	(29)	--	(1.083)	--	(637.871)
Depreciação	(412.969)	--	--	--	--	(21.146)	--	(434.115)
Despesas tributárias	(1.719.149)	(16.072)	(69.083)	(177.695)	(11.269)	(180.155)	--	(2.173.423)
Demais despesas	(3.648.560)	(11.925)	(31.388)	(121.986)	(50.348)	(410.466)	372.957	(3.901.716)
Provisões	(2.829.245)	(4.100)	(661)	(1.241)	(5)	(3.108)	--	(2.838.360)
Cíveis, fiscais e trabalhistas	(2.817.798)	(4.100)	(661)	(1.241)	(5)	(3.108)	--	(2.826.913)
Outras	(11.447)	--	--	--	--	--	--	(11.447)
Resultado antes dos tributos e participações	3.028.172	194.594	904.514	2.413.009	519.490	760.695	--	7.820.474
Imposto de renda e contribuição social	1.767.398	(88.574)	(360.985)	(443.880)	(41.798)	(241.746)	--	590.415
Participação de empregados e administradores no lucro	(865.457)	--	(848)	(582)	--	(2.410)	--	(869.297)
Participação dos não controladores	(142.731)	--	--	(624.884)	--	(1.912)	--	(769.527)
Lucro líquido	3.787.382	106.020	542.681	1.343.663	477.692	514.627	--	6.772.065
Saldos patrimoniais								
Aplicações interfinanceiras de liquidez	365.504.728	--	1.781.598	4.906.047	2.808.847	8.135.181	(19.575.564)	363.560.837
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	519.795.738	1.375.661	514.786	1.840.732	713	820.628	(774.674)	523.573.584
Carteira de crédito líquida de provisões	1.140.614.951	--	--	--	--	--	(189.585)	1.140.425.366
Investimentos	26.814.010	1.093.228	--	7.738.923	3.664.201	--	(20.832.823)	18.477.539
Demais Ativos	363.415.245	1.389.978	488.033	3.387.140	3.986.494	9.011.798	(6.724.034)	374.954.654
Total do ativo	2.416.144.672	3.858.867	2.784.417	17.872.842	10.460.255	17.967.607	(48.096.680)	2.420.991.980
Passivo	2.237.971.279	2.940.138	811.902	6.789.131	199.270	13.860.156	(25.769.301)	2.236.802.575
Recursos de clientes	865.051.201	--	--	--	--	--	(78.819)	864.972.382
Recursos de instituições financeiras	766.817.455	2.323.464	--	--	--	189.585	(19.765.149)	749.565.355
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	339.975.340	--	--	--	--	10.057.413	--	350.032.753
Provisões	31.851.292	121.117	33.404	54.088	339	440.440	(1.847)	32.498.833
Demais Passivos	234.275.991	495.557	778.498	6.735.043	198.931	3.172.718	(5.923.486)	239.733.252
Patrimônio líquido	178.173.393	918.729	1.972.515	11.083.711	10.260.985	4.107.451	(22.327.379)	184.189.405
Total do passivo e patrimônio líquido	2.416.144.672	3.858.867	2.784.417	17.872.842	10.460.255	17.967.607	(48.096.680)	2.420.991.980



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

7 – Caixa e equivalentes de caixa

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Disponibilidades	25.529.489	28.366.355
Disponibilidades em moeda nacional	15.092.054	15.095.410
Disponibilidades em moeda estrangeira	10.437.435	13.270.945
Depósitos no Banco Central do Brasil	1.900.000	1.900.000
Aplicações voluntárias no Banco Central	1.900.000	1.900.000
Aplicações interfinanceiras de liquidez ¹	42.752.579	41.244.478
Aplicações no mercado aberto - revendas a liquidar - posição bancada	--	341.957
Aplicações em depósitos interfinanceiros	42.060.721	40.892.145
Aplicações em moeda estrangeira	691.858	10.376
Total	70.182.068	71.510.833

1 - Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

8 – Depósitos no Banco Central do Brasil

a) Composição

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Depósitos de poupança	42.587.362	42.587.362
Depósitos à vista	20.535.154	20.535.154
Depósitos a prazo	43.056.047	43.056.047
Conta de pagamento instantâneo	6.250.449	6.250.449
Depósitos de moeda eletrônica	186.305	186.305
Aplicações voluntárias no Banco Central	1.900.000	1.900.000
Total	114.515.317	114.515.317

b) Resultado das aplicações compulsórias

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2025
Depósitos de poupança	809.943	809.943
Exigibilidade sobre recursos a prazo	1.226.074	1.226.074
Total	2.036.017	2.036.017



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

9 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

a) Composição

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Aplicações no mercado aberto	312.246.146	312.527.976
Re vendas a liquidar – posição bancada	1.111.968	1.743.798
Títulos públicos federais – no país	--	349.999
Títulos de responsabilidade da União no exterior	1.111.968	1.206.212
Outros títulos no exterior	--	187.587
Re vendas a liquidar – posição financiada	311.134.178	310.784.178
Títulos públicos federais – no país	311.134.178	310.784.178
Aplicações em depósitos interfinanceiros ¹	49.410.870	51.032.861
Total das aplicações interfinanceiras de liquidez	361.657.016	363.560.837
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	(17.712)	(34.181)
Perda esperada em aplicações em depósitos interfinanceiros	(16.688)	(16.719)
Perda esperada em aplicações no mercado aberto	(1.024)	(17.462)
Total das aplicações interfinanceiras de liquidez líquidas de perdas esperadas	361.639.304	363.526.656

1 - Inclui no Consolidado, o montante de R\$ 4.451.125 mil referente a aplicações no exterior determinadas pelas autoridades monetárias locais.

b) Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2025
Rendas de aplicações no mercado aberto	9.820.877	9.825.144
Posição financiada	9.820.664	9.820.664
Posição bancada	213	4.480
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	856.312	856.444
Variação cambial	(2.458.770)	(2.458.770)
Receita de aplicações interfinanceiras de liquidez	8.218.419	8.222.818
Perdas esperadas em aplicações interfinanceiras de liquidez	(1.265)	(6.205)
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	8.217.154	8.216.613



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Composição por estágios

31/03/2025	Banco Múltiplo			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Aplicações no mercado aberto	312.246.146	--	--	312.246.146
Aplicações em depósitos interfinanceiros	49.410.870	--	--	49.410.870
Total	361.657.016	--	--	361.657.016
Perdas esperadas em aplicações interfinanceiras de liquidez	(17.712)	--	--	(17.712)
Saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez	361.639.304	--	--	361.639.304

31/03/2025	Consolidado			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Aplicações no mercado aberto	312.527.976	--	--	312.527.976
Aplicações em depósitos interfinanceiros	51.032.861	--	--	51.032.861
Total	363.560.837	--	--	363.560.837
Perdas esperadas em aplicações interfinanceiras de liquidez	(34.181)	--	--	(34.181)
Saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez	363.526.656	--	--	363.526.656



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

10 – Títulos e Valores Mobiliários

a) Classificação contábil dos títulos e valores mobiliários

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Valor justo no resultado	3.705.423	7.076.042
Valor justo em outros resultados abrangentes	464.376.268	474.963.067
Custo amortizado	30.700.172	41.534.475
Total	498.781.863	523.573.584

b) Valor justo no resultado (VJR)

Banco Múltiplo	31/03/2025			
	Custo	Ganhos/(perdas)	Perdas esperadas	Valor Justo
Instrumentos de dívida	3.677.382	27.900	(3.771)	3.701.511
Títulos públicos federais	3.146.413	(1.930)	--	3.144.483
Títulos privados de entidades não financeiras	530.969	29.830	(3.771)	557.028
Instrumentos de patrimônio	1	140	--	141
Cotas de fundos de investimento	1	140	--	141
Total	3.677.383	28.040	(3.771)	3.701.652

Consolidado	31/03/2025			
	Custo	Ganhos/(perdas)	Perdas esperadas	Valor Justo
Instrumentos de dívida	5.805.205	256.838	(35.669)	6.026.374
Títulos públicos federais	3.403.984	(1.428)	--	3.402.556
Títulos soberanos de outros países	503.656	204.265	--	707.921
Títulos privados de instituições financeiras	51.895	81	--	51.976
Títulos privados de entidades não financeiras	1.845.670	53.920	(35.669)	1.863.921
Instrumentos de patrimônio	911.775	102.224	--	1.013.999
Ações	81.175	97	--	81.272
Cotas de fundos de investimento e outros títulos	830.600	102.127	--	932.727
Total	6.716.980	359.062	(35.669)	7.040.373



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Valor justo em outros resultados abrangentes (VJORA)

Banco Múltiplo	31/03/2025			
	Custo	Ganhos/(perdas)	Perdas esperadas	Valor Justo
Instrumentos de dívida	468.990.929	(6.164.584)	(10.001)	462.816.344
Títulos públicos federais	459.744.926	(5.885.461)	--	453.859.465
Títulos soberanos de outros países	4.108.488	(97.862)	(3.919)	4.006.707
Títulos privados de instituições financeiras	1.711.885	5.294	(5.539)	1.711.640
Títulos privados de entidades não financeiras	3.425.630	(186.555)	(543)	3.238.532
Instrumentos de patrimônio ¹	1.305.203	244.720	--	1.549.923
Ações	109.543	111.918	--	221.461
Cotas de fundos de investimento	1.195.660	132.802	--	1.328.462
Total	470.296.132	(5.919.864)	(10.001)	464.366.267

1 – Inclui instrumentos financeiros para os quais o Banco adotou a opção irrevogável de mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, não sendo permitida a reclassificação subsequente de ganhos ou perdas ao resultado por ocasião da liquidação do ativo.

Consolidado	31/03/2025			
	Custo	Ganhos/(perdas)	Perdas esperadas	Valor Justo
Instrumentos de dívida	480.137.298	(6.180.330)	(285.930)	473.671.038
Títulos públicos federais	459.959.172	(5.917.233)	--	454.041.939
Títulos soberanos de outros países	8.573.394	(29.319)	(240.830)	8.303.245
Títulos privados de instituições financeiras	1.712.948	5.294	(5.539)	1.712.703
Títulos privados de entidades não financeiras	9.891.784	(239.072)	(39.561)	9.613.151
Instrumentos de patrimônio ¹	728.626	277.473	--	1.006.099
Ações	143.015	96.192	--	239.207
Cotas de fundos de investimento	585.611	181.281	--	766.892
Total	480.865.924	(5.902.857)	(285.930)	474.677.137

1 – Inclui instrumentos financeiros para os quais o Banco adotou a opção irrevogável de mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, não sendo permitida a reclassificação subsequente de ganhos ou perdas ao resultado por ocasião da liquidação do ativo.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Custo amortizado

Banco Múltiplo	31/03/2025				
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Instrumentos de dívida	--	30.700.172	--	--	30.700.172
Títulos públicos federais	--	2.850.247	--	--	2.850.247
Títulos soberanos de outros países	--	27.849.925	--	--	27.849.925
Perdas esperadas em títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	--	(58.058)	--	--	(58.058)
Total	--	30.642.114	--	--	30.642.114

Consolidado	31/03/2025				
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Instrumentos de dívida	2.572.001	38.962.474	--	--	41.534.475
Títulos públicos federais	1.545.507	3.604.995	--	--	5.150.502
Títulos soberanos de outros países	1.023.540	35.357.479	--	--	36.381.019
Títulos privados de instituições financeiras	2.954	--	--	--	2.954
Perdas esperadas em títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	(35.174)	(600.778)	--	--	(635.952)
Total	2.536.827	38.361.696	--	--	40.898.523

e) Composição da carteira de títulos e valores mobiliários, líquida de perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Carteira própria	147.335.706	182.912.986
Vinculados a compromissos de recompra	335.830.210	323.989.675
Vinculados a prestação de garantia	15.544.117	15.713.372
Total	498.710.033	522.616.033

f) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Títulos de renda fixa	12.654.461	12.809.960
Títulos de renda variável	--	1.395
Títulos e valores mobiliários no exterior	948.579	2.236.130
Aplicações em fundos de investimentos	10	2.557
Ajuste a valor justo de títulos e valores mobiliários	79.041	166.444
Variação cambial	22.300	22.082
Resultado com títulos e valores mobiliários	13.704.391	15.238.568
(Perdas)/reversões esperadas com títulos e valores mobiliários	431.296	298.708
Resultado líquido com títulos e valores mobiliários	14.135.687	15.537.276



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

g) Títulos e valores mobiliários classificados por estágios

Banco Múltiplo	31/03/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Valor justo no resultado	3.672.190	--	5.192	3.677.382
Títulos públicos federais	3.146.413	--	--	3.146.413
Títulos privados de entidades não financeiras	525.777	--	5.192	530.969
Valor justo em outros resultados abrangentes	467.401.278	1.589.497	154	468.990.929
Títulos públicos federais	459.744.926	--	--	459.744.926
Títulos soberanos de outros países	2.518.991	1.589.497	--	4.108.488
Títulos privados de instituições financeiras	1.711.885	--	--	1.711.885
Títulos privados de entidades não financeiras	3.425.476	--	154	3.425.630
Custo amortizado	30.700.172	--	--	30.700.172
Títulos públicos federais	2.850.247	--	--	2.850.247
Títulos soberanos de outros países	27.849.925	--	--	27.849.925
Perdas esperadas	(64.740)	(3.905)	(3.185)	(71.830)
Total	501.708.900	1.585.592	2.161	503.296.653

Consolidado	31/03/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Valor justo no resultado	5.248.654	455.366	101.185	5.805.205
Títulos públicos federais	3.403.984	--	--	3.403.984
Títulos soberanos de outros países	48.296	455.360	--	503.656
Títulos privados de instituições financeiras	51.895	--	--	51.895
Títulos privados de entidades não financeiras	1.744.479	6	101.185	1.845.670
Valor justo em outros resultados abrangentes	474.446.622	5.678.565	12.111	480.137.298
Títulos públicos federais	459.959.172	--	--	459.959.172
Títulos soberanos de outros países	2.894.829	5.678.565	--	8.573.394
Títulos privados de instituições financeiras	1.712.948	--	--	1.712.948
Títulos privados de entidades não financeiras	9.879.673	--	12.111	9.891.784
Custo amortizado	33.218.947	8.315.528	--	41.534.475
Títulos públicos federais	5.150.502	--	--	5.150.502
Títulos soberanos de outros países	28.065.491	8.315.528	--	36.381.019
Títulos privados de instituições financeiras	2.954	--	--	2.954
Perdas esperadas	(100.847)	(818.587)	(38.118)	(957.552)
Total	512.813.376	13.630.872	75.178	526.519.426



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

h) Movimentação das perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Banco Múltiplo	31/03/2025				
	Saldo em 01/01/2025 ¹	(Constituição)/ Reversão	Baixas	Variação cambial	Saldo em 31/03/2025
Valor justo no resultado	(3.813)	42	--	--	(3.771)
Valor justo em outros resultados abrangentes	(274.087)	245.248	--	18.838	(10.001)
Custo amortizado	(22.116)	186.006	(221.948)	--	(58.058)
Total	(300.016)	431.296	(221.948)	18.838	(71.830)

1 – Saldo inicial em 01/01/2025 ajustado para refletir os impactos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

Consolidado	31/03/2025				
	Saldo em 01/01/2025 ¹	(Constituição)/ Reversão	Baixas	Variação cambial	Saldo em 31/03/2025
Valor justo no resultado	(12.130)	(23.538)	--	--	(35.668)
Valor justo em outros resultados abrangentes	(518.070)	209.565	--	22.574	(285.931)
Custo amortizado	(652.353)	112.681	(221.948)	125.667	(635.953)
Total	(1.182.553)	298.708	(221.948)	148.241	(957.552)

1 – Saldo inicial em 01/01/2025 ajustado para refletir os impactos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

11 – Instrumentos financeiros derivativos

	Banco Múltiplo			Consolidado		
	31/03/2025			31/03/2025		
	Custo	Ganhos/ (perdas)	Valor justo	Custo	Ganhos/ (perdas)	Valor Justo
Ativo						
Operações a termo ¹	4.882.553	(32.395)	4.850.158	4.887.305	(32.395)	4.854.910
Opções	949.393	448.846	1.398.239	949.393	448.846	1.398.239
Swaps	1.353.855	595.968	1.949.823	1.353.855	595.968	1.949.823
Outros ²	204.283	(25.811)	178.472	199.043	(25.248)	173.795
Total	7.390.084	986.608	8.376.692	7.389.596	987.171	8.376.767
Passivo						
Operações a termo ¹	(3.186.673)	1.100.730	(2.085.943)	(3.191.796)	1.100.731	(2.091.065)
Opções	(1.165.081)	349.517	(815.564)	(1.165.081)	349.517	(815.564)
Swaps	(1.917.624)	(38.042)	(1.955.666)	(1.917.624)	(38.042)	(1.955.666)
Outros ²	(247.899)	12.038	(235.861)	(247.899)	12.033	(235.866)
Total	(6.517.277)	1.424.243	(5.093.034)	(6.522.400)	1.424.239	(5.098.161)

1 – Inclui os contratos de câmbio, por se tratarem de operações a termo de moedas.

2 - Referem-se, essencialmente, a contratos a termo de moeda sem entrega física, apenas com liquidação financeira (non deliverable forward).

Os derivativos são instrumentos financeiros que atendem cumulativamente às seguintes características:

- (i) seus valores se alteram em decorrência das mudanças de uma variável subjacente (taxa de câmbio, taxa de juros, índices de preços, preço de uma commodity etc.);
- (ii) não é necessário qualquer desembolso inicial ou o desembolso inicial é menor do que seria exigido para outros tipos de contratos onde seria esperada uma resposta semelhante às mudanças nos fatores de mercado; e
- (iii) o instrumento financeiro é liquidado numa data futura.



Os instrumentos financeiros derivativos detidos ou mantidos pelo Banco são, essencialmente, transacionados com o propósito de negociação, sendo essas transações associadas, em sua maior parte, a acordos com seus clientes. O Banco pode também tomar posições com a expectativa de lucro, levando-se em consideração variações favoráveis em preços, taxas ou índices.

Dessa forma, o Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições, administrar risco de crédito e atender às necessidades dos seus clientes, classificando as posições próprias em destinadas a hedge (de valor justo e de investimento no exterior) e negociação, ambas com limites e alçadas no Banco. A estratégia de hedge das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pelo Conselho Diretor.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados pelo Banco são compatíveis com os objetivos definidos, observando a melhor relação risco e retorno e considerando o cenário econômico. São consideradas, na gestão dos riscos dos instrumentos financeiros derivativos, as diversas categorias de riscos e adotada a visão consolidada dos diferentes fatores de riscos.

O Banco avalia a liquidez dos instrumentos financeiros derivativos e identifica, previamente, meios de reversão das posições. Utilizam-se sistemas e processos que permitem o registro, o acompanhamento e o controle das operações com instrumentos financeiros derivativos. No mercado de opções, as posições ativas ou compradas têm o Banco como titular, enquanto as posições passivas ou vendidas têm o Banco como lançador.

Os principais riscos inerentes aos instrumentos financeiros derivativos, decorrentes dos negócios do Banco e de suas controladas são os de crédito, mercado, liquidez e operacional, sendo o processo de gestão apresentado na Nota 30. As operações de hedge contábil se propõem a mitigar riscos de mercado, tais como variações em taxas de juros e variações em taxas de câmbio.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos. O Banco conta com ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco.

As estratégias de posicionamento respeitam os limites de alçada e exposição a risco estabelecidos. Os posicionamentos são reavaliados diariamente e no início de cada dia é realizada uma avaliação das estratégias e desempenhos. As estratégias são elaboradas com base em: análise de cenários econômicos; análise técnica (gráfica) e análise fundamentalista; simulação de resultados esperados; simulação de valor em risco (VaR, EVE, Estresse).

O Banco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para hedge de posições próprias, para atendimento às necessidades dos clientes e para tomada de posições intencionais, segundo limites, alçadas e procedimentos previamente estabelecidos.

Os objetivos a serem alcançados com as operações de hedge são definidos de forma consolidada, garantida a efetividade de cada operação e observadas as regulamentações de cada jurisdição. Utilizam-se mecanismos de avaliação e acompanhamento da efetividade das operações de hedge com vistas a compensar efeitos da variação no valor de mercado, no fluxo de caixa ou na variação cambial do item objeto de hedge.

A avaliação do risco das controladas é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada. O Banco utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco (VaR), de sensibilidade e análise de estresse.

O VaR é utilizado para estimar a perda potencial sob condições rotineiras no mercado, dimensionada diariamente em valores monetários, considerando um intervalo de confiança de 99,21%, horizonte temporal de 10 dias e série histórica de 252 dias úteis.

Para cálculo do VaR, o Banco utiliza a metodologia de Simulação Histórica, que assume a hipótese de que o comportamento retrospectivo dos retornos observados (histórico) dos fatores de risco constitui-se em informação relevante para a mensuração dos riscos de mercado.

Os quadros a seguir demonstram a composição da carteira de derivativos por tipo de risco com seus valores de referência, assim como os seus respectivos valores de mercado, e a composição da carteira de derivativos por prazos de vencimento de seus valores de referência.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a) Composição da carteira de derivativos por indexador

Por Indexador	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/03/2025		31/03/2025	
	Valor de referência	Valor Justo	Valor de referência	Valor justo
Contratos de Futuros				
Compromissos de Compra	61.702.636	--	61.702.636	--
Risco de moedas	39.078.666	--	39.078.666	--
Risco de taxa de juros	22.334.797	--	22.334.797	--
Outros riscos	289.173	--	289.173	--
Compromissos de Venda	24.498.910	--	24.498.910	--
Risco de taxa de juros	14.812.380	--	14.812.380	--
Risco de moedas	3.925.593	--	3.925.593	--
Outros riscos	5.760.937	--	5.760.937	--
Contratos de operações a termo ¹				
Posição Ativa	37.226.671	4.850.158	37.402.538	4.854.910
Risco de taxa de juros	364.831	24.283	364.831	24.283
Risco de moedas	32.066.134	1.922.525	32.242.001	1.927.277
Outros riscos	4.795.706	2.903.350	4.795.706	2.903.350
Posição Passiva	36.719.845	(2.085.943)	36.776.579	(2.091.065)
Risco de taxa de juros	238.792	(9.261)	238.792	(9.261)
Risco de moedas	34.921.691	(959.474)	34.978.425	(964.596)
Outros riscos	1.559.362	(1.117.208)	1.559.362	(1.117.208)
Contratos de opções				
Posição comprada	29.827.930	1.398.239	29.827.930	1.398.239
Risco de moedas	29.816.230	1.397.975	29.816.230	1.397.975
Outros riscos	11.700	264	11.700	264
Posição vendida	28.969.482	(815.564)	28.969.482	(815.564)
Risco de moedas	234	(3)	234	(3)
Risco de taxa de juros	28.523.617	(815.287)	28.523.617	(815.287)
Outros riscos	445.631	(274)	445.631	(274)
Contratos de swap				
Posição ativa	46.270.376	1.949.823	46.270.376	1.949.823
Risco de taxa de juros	25.506.202	814.400	25.506.202	814.400
Risco de moedas	20.764.174	1.135.423	20.764.174	1.135.423
Posição passiva	23.698.734	(1.955.666)	23.698.734	(1.955.666)
Risco de taxa de juros	13.917.204	(918.959)	13.917.204	(918.959)
Risco de moedas	9.781.530	(1.036.707)	9.781.530	(1.036.707)
Outros contratos de derivativos				
Posição ativa	6.485.366	178.472	6.006.808	173.795
Risco de moedas	6.485.366	178.472	6.006.808	173.795
Posição passiva	5.855.008	(235.861)	5.855.008	(235.866)
Risco de moedas	5.855.008	(235.861)	5.855.008	(235.866)

¹ – Inclui os contratos de câmbio, por se tratarem de operações a termo de moedas.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Composição da carteira de derivativos por vencimento (valor nominal)

Valor de referência – Posição ativa	Banco Múltiplo					Consolidado				
Vencimento em Dias	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	31/03/2025	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	31/03/2025
Contratos de futuros	24.176.598	18.468.000	6.050.788	13.007.250	61.702.636	24.176.598	18.468.000	6.050.788	13.007.250	61.702.636
Contratos de operações a termo	13.164.984	13.846.864	8.378.035	1.836.788	37.226.671	13.340.851	13.846.864	8.378.035	1.836.788	37.402.538
Contratos de opções	1.290.767	5.154.535	10.477.577	12.905.051	29.827.930	1.290.767	5.154.535	10.477.577	12.905.051	29.827.930
Contratos de swap	7.253.715	15.183.979	4.793.027	19.039.655	46.270.376	7.253.715	15.183.979	4.793.027	19.039.655	46.270.376
Outros contratos de derivativos	1.335.855	3.009.258	2.140.253	--	6.485.366	1.093.608	2.772.947	2.140.253	--	6.006.808

Valor de referência – Posição passiva	Banco Múltiplo					Consolidado				
Vencimento em Dias	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	31/03/2025	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	31/03/2025
Contratos de futuros	5.719.370	6.094.107	2.419.726	10.265.707	24.498.910	5.719.370	6.094.107	2.419.726	10.265.707	24.498.910
Contratos de operações a termo	7.224.664	12.585.231	6.998.444	9.911.506	36.719.845	7.281.398	12.585.231	6.998.444	9.911.506	36.776.579
Contratos de opções	1.337.252	5.322.988	10.938.285	11.370.957	28.969.482	1.337.252	5.322.988	10.938.285	11.370.957	28.969.482
Contratos de swap	2.912.359	5.660.207	1.767.780	13.358.388	23.698.734	2.912.359	5.660.207	1.767.780	13.358.388	23.698.734
Outros contratos de derivativos	722.858	1.849.994	3.282.156	--	5.855.008	722.858	1.849.994	3.282.156	--	5.855.008



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Composição da carteira de derivativos por local de negociação e contraparte (valor nocional)

	Banco Múltiplo					Consolidado				
	Futuros	Termo	Opções	Swap	Outros	Futuros	Termo	Opções	Swap	Outros
Bolsa										
B3	82.289.852	--	15.938.376	--	--	82.289.852	--	15.938.376	--	--
Exterior	3.911.694	--	--	--	--	3.911.694	--	--	--	--
Balcão										
Instituições financeiras	--	2.177.844	--	42.329.977	12.340.374	--	2.410.445	--	42.329.977	11.861.816
Clientes	--	71.768.672	42.859.036	27.639.133	--	--	71.768.672	42.859.036	27.639.133	--



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Composição da margem dada em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2025
Letras Financeiras do Tesouro	13.853.159	13.853.159

e) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2025
Contratos de futuro	(4.366.840)	(4.363.513)
Contratos a termo	4.657.031	4.657.293
Contratos de opções	(974.025)	(974.025)
Contratos de swap	6.383.119	6.383.119
Outros derivativos	(6.875.002)	(6.902.321)
Total	(1.175.717)	(1.199.447)

f) Composição da carteira de derivativos designados para hedge

O Banco realiza estruturas de Hedge de valor de mercado e de Hedge de investimento líquido no exterior com o objetivo de gerenciar o risco de taxa de juros e o risco cambial apresentados por operações próprias. O Banco documenta a identificação do item objeto de hedge, do instrumento de hedge e a metodologia a ser utilizada para avaliar a sua efetividade desde a concepção da estrutura de hedge contábil.

A estrutura de limites de risco estende-se em nível de fator de risco, com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão, bem como evitar a concentração desses riscos.

As estruturas designadas para as categorias de risco de taxa de juros e risco cambial são realizadas considerando os riscos em sua totalidade, quando existem instrumentos de hedge compatíveis. Por decisão da Administração, em alguns casos, os riscos são protegidos pelo prazo e limite de fator de risco do instrumento de hedge.

Para proteger o valor justo e o risco cambial dos instrumentos designados como objeto de hedge, o Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos (Contratos futuros e swaps).

No início do relacionamento de hedge e de forma contínua, o Banco avalia e acompanha as estratégias para garantir que sejam altamente efetivas, ou seja, os instrumentos de hedge compensem as variações no valor justo atribuídos aos respectivos itens objeto de hedge durante o período estabelecido para o relacionamento de hedge.

A avaliação de efetividade das estruturas de hedge é feita de forma prospectiva e retrospectiva (no decorrer das operações). Para tanto, algumas metodologias são empregadas, tais como:

- Método Dollar Offset (ou Ratio Analysis), baseado na comparação da variação no valor justo do instrumento de hedge com a variação no valor justo do item objeto de hedge;
- Coeficiente de correlação entre a variação do valor presente do instrumento de hedge e as variações do valor presente do objeto de hedge; e
- Coeficiente beta da regressão entre o regressor (representada pela variação de valor presente do instrumento de hedge) e o regressando (representada pela variação do valor presente do objeto de hedge).

No gerenciamento de risco é esperado que os instrumentos de hedge e os objetos de hedge se movam em sentidos contrários e nas mesmas proporções, com o objetivo de mitigar os fatores de riscos. Atualmente, o índice de cobertura designado é 100% do fator de risco que seja elegível a cobertura. As fontes de inefetividade, em geral, estão relacionadas ao risco de crédito da contraparte, risco de liquidação antecipada do objeto de hedge e possíveis descasamentos de prazos entre o instrumento de hedge e o objeto de hedge.



f.1) Hedge de valor de mercado

A estratégia de hedge de valor de mercado do Banco consiste em proteger a exposição à variação no valor justo em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.

A metodologia de gestão de valor justo adotada pelo Banco segregava as transações pelo fator de risco (ex.: risco cambial, risco de taxa de juros, risco de inflação etc.). As transações geram exposições que são consolidadas por fator de risco e comparadas com limites internos pré-estabelecidos.

Para proteger a variação do valor justo no recebimento e pagamento de juros, o Banco utiliza contratos de swap de taxa de juros, relativos a ativos e passivos pré-fixados.

O Banco aplica o hedge de valor de mercado como segue:

- O Banco possui uma carteira ativa de crédito na modalidade de Crédito Direto ao Consumidor (CDC) pré-fixada. Para gerenciar este risco, são contratadas operações de futuros de juros (DI) e designadas como hedge de valor mercado dos créditos correspondentes, trocando a exposição de taxa de juros pré-fixada para pós-fixada;
- O Banco possui risco de taxas de juros e exposição de moeda estrangeira gerada por emissões de títulos e aplicações interfinanceiras realizadas em dependência no exterior. Para gerenciar este risco, designa operações de swap (cross currency interest rate swap) como instrumento de proteção em estrutura de hedge contábil, trocando exposição entre moedas estrangeiras e taxas de juros; e
- O Banco possui risco de taxa de juros pré-fixada gerada por operações de emissões de títulos. Para gerenciar esse risco, contrata swap de juros e os designa como instrumento de hedge em uma estrutura de hedge contábil, trocando a exposição de taxa de juros pré-fixada para pós-fixada.

Composição da carteira de derivativos designados para hedge de valor de mercado

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/03/2025	31/03/2023
Instrumentos de hedge ¹		
Ativo	2.277.237	2.277.237
Contratos de swap	2.277.237	2.277.237
Passivo	(780.306)	(780.306)
Contratos de swap	(731.998)	(731.998)
Contratos de futuro	(48.308)	(48.308)
Itens objeto de hedge		
Ativo	2.905.625	2.905.625
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.857.136	2.857.136
Operações de crédito	48.489	48.489
Passivo	(4.386.080)	(4.386.080)
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	(4.386.080)	(4.386.080)

¹ – Refere-se ao valor de referência dos instrumentos financeiros derivativos.

Em estruturas de proteção de valor de mercado, os ganhos ou perdas, tanto sobre instrumentos de hedge quanto sobre os itens objeto de hedge (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente no resultado.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Ganhos e perdas dos instrumentos de hedge e dos objetos de hedge

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2025
Ganhos/(perdas) dos itens objeto de hedge	(131.966)	(131.966)
(Perdas)/ganhos dos instrumentos de hedge	129.190	129.190
Efeito líquido	(2.776)	(2.776)

f.2) Hedge de investimento líquido no exterior

A estratégia de hedge de investimento líquido no exterior consiste em proteger a exposição à variação cambial do dólar norte-americano frente ao real devido ao investimento do Banco no BB Américas, cuja moeda funcional é diferente do real. O instrumento de hedge utilizado é o contrato futuro de dólar norte-americano. Essas operações são renovadas mensalmente e o montante designado é atualizado no máximo a cada seis meses tendo em vista a alteração do montante do investimento considerado na estrutura de hedge.

Carteira de derivativos designados para hedge de investimento líquido no exterior

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Instrumentos de hedge		
Passivo	(1.667.131)	(1.667.131)
Contrato de futuro	(1.667.131)	(1.667.131)
Itens objeto de hedge		
Ativo	1.667.342	1.667.342
Investimento líquido no exterior	1.667.342	1.667.342

Em estruturas de proteção de investimento líquido no exterior, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida em conta destacada do patrimônio líquido sob a rubrica de "Outros resultados abrangentes – Hedge de investimento líquido no exterior" (Nota 23.h). A parcela não efetiva é reconhecida diretamente no resultado.

Ganhos e perdas dos instrumentos de hedge e dos objetos de hedge

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2025
Ganhos/(perdas) dos itens objeto de hedge	(136.235)	(136.235)
(Perdas)/ganhos dos instrumentos de hedge	136.235	136.235
Efeito líquido ¹	--	--

1 – No 1º trimestre/2025 foi reconhecido um ganho de R\$ 6.989 mil no resultado de instrumentos financeiros derivativos devido à parcela não efetiva da estrutura de hedge contábil.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

12 – Carteira de crédito

a) Carteira de crédito por modalidade

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Operações de crédito	978.942.397	998.125.404
Empréstimos e direitos creditórios descontados	373.656.431	382.179.763
Financiamentos	188.795.682	189.732.838
Financiamentos rurais	364.513.095	364.513.095
Financiamentos imobiliários	51.875.164	61.597.683
Operações de crédito vinculadas a cessão ¹	102.025	102.025
Outros créditos com características de concessão de crédito	222.656.831	224.820.952
Títulos com características de concessão de crédito	125.856.303	125.856.303
Operações com cartão de crédito	53.542.442	55.706.563
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	24.371.732	24.371.732
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ²	8.113.201	8.113.201
Diversos	10.773.153	10.773.153
Operações de arrendamento mercantil	--	871.920
Total da carteira de crédito	1.201.599.228	1.223.818.276
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(83.020.378)	(83.392.910)
Perdas esperadas com operações de crédito	(75.819.376)	(76.130.410)
Perdas esperadas com outros créditos com características de concessão de crédito	(7.201.002)	(7.247.835)
Perdas esperadas com arrendamento mercantil	--	(14.665)
Total da carteira de crédito líquido de perdas	1.118.578.850	1.140.425.366

1 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

2 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Resultado da carteira de crédito

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2025
Resultado de operações de crédito	42.334.724	43.333.209
Empréstimos e direitos creditórios descontados	20.258.148	21.130.413
Financiamentos rurais	8.003.674	8.003.674
Financiamentos	5.385.150	5.400.345
Títulos com características de concessão de crédito	3.926.867	3.926.867
Equalização de taxas – safra agrícola – Lei n.º 8.427/1992	1.532.835	1.532.835
Recuperação de créditos baixados como prejuízo ¹	1.353.383	1.288.602
Financiamentos imobiliários	1.071.653	1.247.487
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	581.288	581.288
Diversos	221.726	221.698
Resultado de arrendamento mercantil	--	39.747
Resultado de venda ou transferência de ativos financeiros ²	150.665	150.665
Ajuste de hedge de valor justo da carteira de crédito	1.256	1.256
Variação cambial da carteira de crédito	(6.534.148)	(6.533.089)
Total	35.952.497	36.991.788

1 - Foram recuperadas, por meio de cessões de crédito sem coobrigação a entidades não integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme Resolução CMN n.º 2.836/2001, operações baixadas em prejuízo no montante de R\$ 107.770 mil no 1º trimestre/2025 (com impacto no resultado de R\$ 59.273 mil, líquido de tributos). O valor da carteira cedida era de R\$ 198.193 mil.

2 - Inclui despesas no montante de R\$ 128.393 mil (R\$ 70.616 mil, líquido de tributos) no 1º trimestre/2025, oriundas de cessões de crédito sem coobrigação a entidades não integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme Resolução CMN n.º 2.836/2001. As referidas cessões geraram impacto positivo de R\$ 24.140 mil no 1º trimestre/2025, líquido de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. O valor contábil bruto dessas operações era de R\$ 175.486 mil.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Carteira de crédito por setores de atividade econômica

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/03/2025	%	31/03/2025	%
Setor público	92.912.032	7,7	92.912.032	7,7
Administração pública	74.504.894	6,1	74.504.894	6,1
Petroleiro	15.476.859	1,3	15.476.859	1,3
Serviços	674.725	0,1	674.725	0,1
Energia Elétrica	17.909	--	17.909	--
Demais atividades	2.237.645	0,2	2.237.645	0,2
Setor privado	1.108.687.196	92,3	1.130.906.244	92,3
Pessoa física	707.704.624	58,9	715.342.309	58,4
Pessoa jurídica	400.982.572	33,4	415.563.935	33,9
Serviços	52.662.144	4,4	55.745.832	4,6
Agronegócio de origem vegetal	54.373.686	4,5	54.657.497	4,5
Energia Elétrica	28.532.456	2,3	28.545.079	2,3
Automotivo	22.986.681	1,9	25.067.016	2,0
Mineração e metalurgia	23.959.903	2,0	24.641.656	2,0
Transportes	23.541.660	2,0	23.990.410	2,0
Agronegócio de origem animal	20.164.408	1,7	20.613.814	1,7
Combustíveis	19.103.945	1,6	19.477.329	1,6
Comércio varejista	18.951.107	1,6	19.377.194	1,6
Químico	16.866.033	1,4	17.337.898	1,4
Insumos agrícolas	17.090.370	1,4	17.098.568	1,4
Atividades específicas da construção	15.438.695	1,3	15.473.210	1,3
Eletroeletrônico	14.701.461	1,2	14.763.091	1,2
Instituições e serviços financeiros	12.765.523	1,1	14.021.798	1,1
Imobiliário	11.448.924	1,0	13.460.803	1,1
Comércio atacadista e indústrias diversas	10.006.479	0,8	11.251.347	0,9
Têxtil e confecções	9.593.897	0,8	9.659.999	0,8
Madeireiro e moveleiro	6.652.410	0,5	6.677.392	0,5
Construção pesada	5.817.548	0,5	6.389.074	0,5
Telecomunicações	5.848.599	0,5	6.352.755	0,5
Papel e celulose	5.961.248	0,5	6.212.826	0,5
Demais atividades	4.515.395	0,4	4.749.347	0,4
Total	1.201.599.228	100,0	1.223.818.276	100,0



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Classificação por carteiras de provisão e prazos de vencimento

	Banco Múltiplo					
	C1	C2	C3	C4	C5	31/03/2025
Operações em curso normal						
Parcelas vincendas						
01 a 30	469.215	2.167.957	27.623.124	1.817.899	45.684.829	77.763.024
31 a 60	856.720	2.411.520	26.652.533	1.110.373	15.062.438	46.093.584
61 a 90	1.123.406	2.311.641	24.396.674	463.053	13.137.901	41.432.675
91 a 180	2.170.434	9.018.638	79.591.505	2.562.597	31.067.693	124.410.867
181 a 360	4.963.252	13.499.451	92.381.488	2.466.437	43.575.058	156.885.686
Acima de 360	104.205.714	97.395.060	249.731.700	42.132.221	189.552.090	683.016.785
Parcelas vencidas						
Até 14 dias	207.563	102.959	1.744.237	83.237	577.513	2.715.509
Subtotal	113.996.304	126.907.226	502.121.261	50.635.817	338.657.522	1.132.318.130
Operações em curso anormal						
Parcelas vincendas						
01 a 30	13.084	86.613	393.618	867	340.721	834.903
31 a 60	12.794	87.777	398.035	309	322.404	821.319
61 a 90	12.713	77.287	453.624	380	309.829	853.833
91 a 180	38.833	325.022	1.003.358	978	912.634	2.280.825
181 a 360	83.594	767.204	2.224.075	3.212	1.711.144	4.789.229
Acima de 360	4.208.483	3.566.932	9.422.426	8.126	11.863.470	29.069.437
Parcelas vencidas						
01 a 14	6.928	38.861	227.603	193	108.185	381.770
15 a 30	186.648	188.351	1.178.836	2.488	646.523	2.202.846
31 a 60	138.801	213.516	2.000.592	1.180	1.271.313	3.625.402
61 a 90	108.908	161.920	1.746.751	1.252	967.454	2.986.285
91 a 180	137.380	402.781	6.208.976	9.844	2.057.656	8.816.637
181 a 360	65.670	558.489	5.463.749	21.260	3.580.393	9.689.561
Acima de 360	35.749	335.643	1.377.682	7.948	1.172.029	2.929.051
Subtotal	5.049.585	6.810.396	32.099.325	58.037	25.263.755	69.281.098
Total	119.045.889	133.717.622	534.220.586	50.693.854	363.921.277	1.201.599.228



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Consolidado					
	C1	C2	C3	C4	C5	31/03/2025
Operações em curso normal						
Parcelas vencidas						
01 a 30	469.216	2.227.235	28.164.153	1.817.899	51.692.285	84.370.788
31 a 60	856.719	2.472.093	26.673.311	1.110.373	15.261.553	46.374.049
61 a 90	1.123.406	2.353.168	24.405.336	463.053	13.264.920	41.609.883
91 a 180	2.170.434	9.156.894	79.610.322	2.562.597	31.866.846	125.367.093
181 a 360	4.963.252	13.701.918	92.558.758	2.466.437	44.554.561	158.244.926
Acima de 360	104.205.714	98.652.617	258.696.916	42.132.221	191.525.257	695.212.725
Parcelas vencidas						
Até 14 dias	207.564	103.429	1.994.607	83.237	600.280	2.989.117
Subtotal	113.996.305	128.667.354	512.103.403	50.635.817	348.765.702	1.154.168.581
Operações em curso anormal						
Parcelas vencidas						
01 a 30	13.084	86.954	393.618	867	340.531	835.054
31 a 60	12.795	88.081	398.035	309	322.224	821.444
61 a 90	12.713	77.587	453.624	380	309.656	853.960
91 a 180	38.832	325.898	1.003.358	978	912.126	2.281.192
181 a 360	83.594	768.848	2.224.075	3.212	1.710.190	4.789.919
Acima de 360	4.208.483	3.570.316	9.422.427	8.126	11.856.860	29.066.212
Parcelas vencidas						
01 a 14	6.928	39.118	227.603	193	108.125	381.967
15 a 30	186.648	188.602	1.307.873	2.488	709.310	2.394.921
31 a 60	138.801	213.961	2.022.458	1.180	1.308.469	3.684.869
61 a 90	108.908	162.292	1.755.063	1.252	984.015	3.011.530
91 a 180	137.380	403.813	6.231.702	9.844	2.081.128	8.863.867
181 a 360	65.670	560.219	5.481.956	21.260	3.601.294	9.730.399
Acima de 360	35.749	335.664	1.380.982	7.948	1.174.018	2.934.361
Subtotal	5.049.585	6.821.353	32.302.774	58.037	25.417.946	69.649.695
Total	119.045.890	135.488.707	544.406.177	50.693.854	374.183.648	1.223.818.276



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Carteira de crédito e perdas esperadas por estágios

31/03/2025	Banco Múltiplo							
	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada
Operações de crédito	856.315.362	(5.924.266)	38.862.772	(9.327.467)	83.764.263	(60.567.643)	978.942.397	(75.819.376)
Empréstimos e direitos creditórios descontados	310.294.085	(3.195.212)	16.079.390	(4.725.057)	47.282.956	(36.187.943)	373.656.431	(44.108.212)
Financiamentos	179.303.906	(275.262)	1.980.088	(309.905)	7.511.688	(6.168.874)	188.795.682	(6.754.041)
Financiamentos rurais	322.911.017	(2.440.893)	17.179.356	(4.268.862)	24.422.722	(17.077.462)	364.513.095	(23.787.217)
Financiamentos imobiliários	43.705.491	(12.897)	3.622.850	(23.643)	4.546.823	(1.133.364)	51.875.164	(1.169.904)
Operações de crédito vinculadas a cessão ¹	100.863	(2)	1.088	--	74	--	102.025	(2)
Outros créditos com características de concessão de crédito	208.200.729	(653.329)	2.939.351	(412.170)	11.516.751	(6.135.503)	222.656.831	(7.201.002)
Títulos com características de concessão de crédito	115.861.488	(229.978)	757.467	(148.217)	9.237.348	(4.279.412)	125.856.303	(4.657.607)
Operações com cartão de crédito	51.286.617	(340.327)	1.936.342	(234.451)	319.483	(220.581)	53.542.442	(795.359)
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	22.408.054	(44.157)	197.448	(19.290)	1.766.230	(1.478.394)	24.371.732	(1.541.841)
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ²	8.113.201	(26.017)	--	--	--	--	8.113.201	(26.017)
Diversos	10.531.369	(12.850)	48.094	(10.212)	193.690	(157.116)	10.773.153	(180.178)
Total da carteira de crédito	1.064.516.091	(6.577.595)	41.802.123	(9.739.637)	95.281.014	(66.703.146)	1.201.599.228	(83.020.378)

1 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

2 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

31/03/2025	Consolidado							
	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada
Operações de crédito	875.197.050	(6.121.967)	39.055.380	(9.345.049)	83.872.974	(60.663.394)	998.125.404	(76.130.410)
Empréstimos e direitos creditórios descontados	318.675.057	(3.223.650)	16.160.499	(4.738.065)	47.344.207	(36.255.892)	382.179.763	(44.217.607)
Financiamentos	180.208.360	(277.634)	2.000.954	(312.241)	7.523.524	(6.178.157)	189.732.838	(6.768.032)
Financiamentos rurais	322.911.017	(2.440.893)	17.179.356	(4.268.862)	24.422.722	(17.077.462)	364.513.095	(23.787.217)
Financiamentos imobiliários	53.301.753	(179.788)	3.713.483	(25.881)	4.582.447	(1.151.883)	61.597.683	(1.357.552)
Operações de crédito vinculadas a cessão ¹	100.863	(2)	1.088	--	74	--	102.025	(2)
Outros créditos com características de concessão de crédito	210.276.128	(679.428)	3.022.396	(429.034)	11.522.428	(6.139.373)	224.820.952	(7.247.835)
Títulos com características de concessão de crédito	115.861.488	(229.978)	757.467	(148.217)	9.237.348	(4.279.412)	125.856.303	(4.657.607)
Operações com cartão de crédito	53.362.016	(366.426)	2.019.387	(251.315)	325.160	(224.451)	55.706.563	(842.192)
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	22.408.054	(44.157)	197.448	(19.290)	1.766.230	(1.478.394)	24.371.732	(1.541.841)
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ²	8.113.201	(26.017)	--	--	--	--	8.113.201	(26.017)
Diversos	10.531.369	(12.850)	48.094	(10.212)	193.690	(157.116)	10.773.153	(180.178)
Operações de arrendamento mercantil	851.089	(3.083)	9.537	(669)	11.294	(10.913)	871.920	(14.665)
Total da carteira de crédito	1.086.324.267	(6.804.478)	42.087.313	(9.774.752)	95.406.696	(66.813.680)	1.223.818.276	(83.392.910)

1 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

2 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

f) Movimentação entre os estágios da carteira de crédito por modalidades**Estágio 1**

Banco Múltiplo	01/01/2025 ¹	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 2	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	31/03/2025
Operações de crédito	851.291.251	16.250.000	(10.232.394)	(993.495)	--	856.315.362
Empréstimos e direitos creditórios descontados	306.906.792	8.135.700	(5.456.289)	707.882	--	310.294.085
Financiamentos	180.345.260	(296.204)	(780.201)	35.051	--	179.303.906
Financiamentos rurais	320.344.031	8.392.890	(3.990.527)	(1.835.377)	--	322.911.017
Financiamentos imobiliários	43.588.835	23.084	(5.377)	98.949	--	43.705.491
Operações de crédito vinculadas a cessão ²	106.333	(5.470)	--	--	--	100.863
Outros créditos com características de concessão de crédito	212.802.824	(4.000.845)	(1.462.810)	861.560	--	208.200.729
Títulos com características de concessão de crédito	105.393.112	9.856.791	(348.064)	959.649	--	115.861.488
Operações com cartão de crédito	53.424.254	(1.024.292)	(1.039.492)	(73.853)	--	51.286.617
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	31.123.116	(8.617.458)	(75.061)	(22.543)	--	22.408.054
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ³	9.455.006	(1.341.805)	--	--	--	8.113.201
Diversos	13.407.336	(2.874.081)	(193)	(1.693)	--	10.531.369
Total da carteira de crédito	1.064.094.075	12.249.155	(11.695.204)	(131.935)	--	1.064.516.091

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

Estágio 2

Banco Múltiplo	01/01/2025 ¹	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	31/03/2025
Operações de crédito	35.775.315	1.849.151	10.232.394	(8.994.088)	--	38.862.772
Empréstimos e direitos creditórios descontados	14.585.212	1.142.384	5.456.289	(5.104.495)	--	16.079.390
Financiamentos	1.555.775	(60.506)	780.201	(295.382)	--	1.980.088
Financiamentos rurais	15.843.531	675.014	3.990.527	(3.329.716)	--	17.179.356
Financiamentos imobiliários	3.789.685	92.283	5.377	(264.495)	--	3.622.850
Operações de crédito vinculadas a cessão ²	1.112	(24)	--	--	--	1.088
Outros créditos com características de concessão de crédito	2.365.614	(544.584)	1.462.810	(344.489)	--	2.939.351
Títulos com características de concessão de crédito	509.277	(55.415)	348.064	(44.459)	--	757.467
Operações com cartão de crédito	1.676.945	(494.682)	1.039.492	(285.413)	--	1.936.342
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	146.398	(18.441)	75.061	(5.570)	--	197.448
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ³	--	--	--	--	--	--
Diversos	32.994	23.954	193	(9.047)	--	48.094
Total da carteira de crédito	38.140.929	1.304.567	11.695.204	(9.338.577)	--	41.802.123

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Estágio 3

Banco Múltiplo	01/01/2025 ¹	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 2	Baixas	31/03/2025
Operações de crédito	80.112.628	2.109.561	993.495	8.994.088	(8.445.509)	83.764.263
Empréstimos e direitos creditórios descontados	47.832.232	1.274.273	(707.882)	5.104.495	(6.220.162)	47.282.956
Financiamentos	7.623.720	(65.024)	(35.051)	295.382	(307.339)	7.511.688
Financiamentos rurais	20.427.844	745.023	1.835.377	3.329.716	(1.915.238)	24.422.722
Financiamentos imobiliários	4.228.675	155.372	(98.949)	264.495	(2.770)	4.546.823
Operações de crédito vinculadas a cessão ²	157	(83)	--	--	--	74
Outros créditos com características de concessão de crédito	14.261.855	(2.188.303)	(861.560)	344.489	(39.730)	11.516.751
Títulos com características de concessão de crédito	9.210.390	946.432	(959.649)	44.459	(4.284)	9.237.348
Operações com cartão de crédito	308.160	(347.943)	73.853	285.413	--	319.483
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	1.971.557	(233.440)	22.543	5.570	--	1.766.230
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ³	--	--	--	--	--	--
Diversos	2.771.748	(2.553.352)	1.693	9.047	(35.446)	193.690
Total da carteira de crédito	94.374.483	(78.742)	131.935	9.338.577	(8.485.239)	95.281.014

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

Estágio 1

Consolidado	01/01/2025 ¹	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 2	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	31/03/2025
Operações de crédito	870.685.079	15.919.087	(10.397.970)	(1.009.146)	--	875.197.050
Empréstimos e direitos creditórios descontados	315.597.669	7.896.394	(5.515.591)	696.585	--	318.675.057
Financiamentos	181.258.492	(287.584)	(794.823)	32.275	--	180.208.360
Financiamentos rurais	320.344.031	8.392.890	(3.990.527)	(1.835.377)	--	322.911.017
Financiamentos imobiliários	53.378.554	(77.143)	(97.029)	97.371	--	53.301.753
Operações de crédito vinculadas a cessão ²	106.333	(5.470)	--	--	--	100.863
Outros créditos com características de concessão de crédito	215.093.116	(4.156.268)	(1.518.668)	857.948	--	210.276.128
Títulos com características de concessão de crédito	105.393.112	9.856.791	(348.064)	959.649	--	115.861.488
Operações com cartão de crédito	55.714.546	(1.179.715)	(1.095.350)	(77.465)	--	53.362.016
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	31.123.116	(8.617.458)	(75.061)	(22.543)	--	22.408.054
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ³	9.455.006	(1.341.805)	--	--	--	8.113.201
Diversos	13.407.336	(2.874.081)	(193)	(1.693)	--	10.531.369
Operações de arrendamento mercantil	654.239	207.737	(10.866)	(21)	--	851.089
Total da carteira de crédito	1.086.432.434	11.970.556	(11.927.504)	(151.219)	--	1.086.324.267

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Estágio 2

Consolidado	01/01/2025 ¹	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	31/03/2025
Operações de crédito	35.984.052	1.690.923	10.397.970	(9.017.565)	--	39.055.380
Empréstimos e direitos creditórios descontados	14.684.903	1.077.761	5.515.591	(5.117.756)	--	16.160.499
Financiamentos	1.568.358	(61.650)	794.823	(300.577)	--	2.000.954
Financiamentos rurais	15.843.531	675.014	3.990.527	(3.329.716)	--	17.179.356
Financiamentos imobiliários	3.886.148	(178)	97.029	(269.516)	--	3.713.483
Operações de crédito vinculadas a cessão ²	1.112	(24)	--	--	--	1.088
Outros créditos com características de concessão de crédito	2.422.460	(572.437)	1.518.668	(346.295)	--	3.022.396
Títulos com características de concessão de crédito	509.277	(55.415)	348.064	(44.459)	--	757.467
Operações com cartão de crédito	1.733.791	(522.535)	1.095.350	(287.219)	--	2.019.387
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	146.398	(18.441)	75.061	(5.570)	--	197.448
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ³	--	--	--	--	--	--
Diversos	32.994	23.954	193	(9.047)	--	48.094
Operações de arrendamento mercantil	1.611	(1.750)	10.866	(1.190)	--	9.537
Total da carteira de crédito	38.408.123	1.116.736	11.927.504	(9.365.050)	--	42.087.313

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

Estágio 3

Consolidado	01/01/2025 ¹	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 2	Baixas	31/03/2025
Operações de crédito	80.208.186	2.089.658	1.009.146	9.017.565	(8.451.581)	83.872.974
Empréstimos e direitos creditórios descontados	47.874.972	1.273.434	(696.585)	5.117.756	(6.225.370)	47.344.207
Financiamentos	7.625.210	(61.863)	(32.275)	300.577	(308.125)	7.523.524
Financiamentos rurais	20.427.844	745.023	1.835.377	3.329.716	(1.915.238)	24.422.722
Financiamentos imobiliários	4.280.003	133.147	(97.371)	269.516	(2.848)	4.582.447
Operações de crédito vinculadas a cessão ²	157	(83)	--	--	--	74
Outros créditos com características de concessão de crédito	14.269.585	(2.192.154)	(857.948)	346.295	(43.350)	11.522.428
Títulos com características de concessão de crédito	9.210.390	946.432	(959.649)	44.459	(4.284)	9.237.348
Operações com cartão de crédito	315.890	(351.794)	77.465	287.219	(3.620)	325.160
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	1.971.557	(233.440)	22.543	5.570	--	1.766.230
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ³	--	--	--	--	--	--
Diversos	2.771.748	(2.553.352)	1.693	9.047	(35.446)	193.690
Operações de arrendamento mercantil	9.992	93	21	1.190	(2)	11.294
Total da carteira de crédito	94.487.763	(102.403)	151.219	9.365.050	(8.494.933)	95.406.696

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

g) Movimentação entre os estágios das perdas esperadas associadas ao risco de crédito**Estágio 1**

Banco Múltiplo	01/01/2025 ¹	Constituição/ (reversão)/ variação	Transferência do/(para) estágio 2	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	31/03/2025
Operações de crédito	4.583.365	262.342	(81.503)	1.160.062	--	5.924.266
Empréstimos e direitos creditórios descontados	2.592.867	(297.465)	(62.775)	962.585	--	3.195.212
Financiamentos	324.007	(142.864)	(9.238)	103.357	--	275.262
Financiamentos rurais	1.579.702	819.179	(20.992)	63.004	--	2.440.893
Financiamentos imobiliários	86.784	(116.505)	11.502	31.116	--	12.897
Operações de crédito vinculadas a cessão ²	5	(3)	--	--	--	2
Outros créditos com características de concessão de crédito	632.191	(328.935)	(33.549)	383.622	--	653.329
Títulos com características de concessão de crédito	218.625	(345.735)	(12.421)	369.509	--	229.978
Operações com cartão de crédito	327.500	30.507	(21.330)	3.650	--	340.327
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	38.285	(4.926)	203	10.595	--	44.157
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ³	28.324	(2.307)	--	--	--	26.017
Diversos	19.457	(6.474)	(1)	(132)	--	12.850
Total da carteira de crédito	5.215.556	(66.593)	(115.052)	1.543.684	--	6.577.595

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

Estágio 2

Banco Múltiplo	01/01/2025 ¹	Constituição/ (reversão)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	31/03/2025
Operações de crédito	7.914.198	4.252.260	81.503	(2.920.494)	--	9.327.467
Empréstimos e direitos creditórios descontados	3.707.310	2.723.535	62.775	(1.768.563)	--	4.725.057
Financiamentos	295.414	85.659	9.238	(80.406)	--	309.905
Financiamentos rurais	3.606.449	1.697.734	20.992	(1.056.313)	--	4.268.862
Financiamentos imobiliários	305.022	(254.665)	(11.502)	(15.212)	--	23.643
Operações de crédito vinculadas a cessão ²	3	(3)	--	--	--	--
Outros créditos com características de concessão de crédito	368.609	91.361	33.549	(81.349)	--	412.170
Títulos com características de concessão de crédito	137.243	11.621	12.421	(13.068)	--	148.217
Operações com cartão de crédito	206.016	80.406	21.330	(73.301)	--	234.451
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	19.636	(8.383)	(203)	8.240	--	19.290
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ³	--	--	--	--	--	--
Diversos	5.714	7.717	1	(3.220)	--	10.212
Total da carteira de crédito	8.282.807	4.343.621	115.052	(3.001.843)	--	9.739.637

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Estágio 3

Banco Múltiplo	01/01/2025 ¹	Constituição/ (reversão)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 2	Baixas	31/03/2025
Operações de crédito	59.812.834	7.439.886	(1.160.062)	2.920.494	(8.445.509)	60.567.643
Empréstimos e direitos creditórios descontados	36.409.230	5.192.897	(962.585)	1.768.563	(6.220.162)	36.187.943
Financiamentos	5.899.670	599.494	(103.357)	80.406	(307.339)	6.168.874
Financiamentos rurais	14.768.507	3.230.884	(63.004)	1.056.313	(1.915.238)	17.077.462
Financiamentos imobiliários	2.735.427	(1.583.389)	(31.116)	15.212	(2.770)	1.133.364
Operações de crédito vinculadas a cessão ²	--	--	--	--	--	--
Outros créditos com características de concessão de crédito	6.806.810	(329.304)	(383.622)	81.349	(39.730)	6.135.503
Títulos com características de concessão de crédito	4.290.454	349.683	(369.509)	13.068	(4.284)	4.279.412
Operações com cartão de crédito	227.807	(76.877)	(3.650)	73.301	--	220.581
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	1.508.642	(11.413)	(10.595)	(8.240)	--	1.478.394
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ³	--	--	--	--	--	--
Diversos	779.907	(590.697)	132	3.220	(35.446)	157.116
Total da carteira de crédito	66.619.644	7.110.582	(1.543.684)	3.001.843	(8.485.239)	66.703.146

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

Estágio 1

Consolidado	01/01/2025 ¹	Constituição/ (reversão)/ variação	Transferência do/(para) estágio 2	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	31/03/2025
Operações de crédito	4.871.363	172.265	(81.499)	1.159.838	--	6.121.967
Empréstimos e direitos creditórios descontados	2.611.245	(285.882)	(64.082)	962.369	--	3.223.650
Financiamentos	324.733	(141.173)	(9.275)	103.349	--	277.634
Financiamentos rurais	1.579.702	819.179	(20.992)	63.004	--	2.440.893
Financiamentos imobiliários	355.678	(219.856)	12.850	31.116	--	179.788
Operações de crédito vinculadas a cessão ²	5	(3)	--	--	--	2
Outros créditos com características de concessão de crédito	660.459	(329.257)	(35.263)	383.489	--	679.428
Títulos com características de concessão de crédito	218.625	(345.735)	(12.421)	369.509	--	229.978
Operações com cartão de crédito	355.768	30.185	(23.044)	3.517	--	366.426
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	38.285	(4.926)	203	10.595	--	44.157
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ³	28.324	(2.307)	--	--	--	26.017
Diversos	19.457	(6.474)	(1)	(132)	--	12.850
Operações de arrendamento mercantil	3.108	(31)	6	--	--	3.083
Total da carteira de crédito	5.534.930	(157.023)	(116.756)	1.543.327	--	6.804.478

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Estágio 2

Consolidado	01/01/2025 ¹	Constituição/ (reversão)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	31/03/2025
Operações de crédito	7.914.728	4.274.516	81.499	(2.925.694)	--	9.345.049
Empréstimos e direitos creditórios descontados	3.709.207	2.735.706	64.082	(1.770.930)	--	4.738.065
Financiamentos	296.463	87.499	9.275	(80.996)	--	312.241
Financiamentos rurais	3.606.449	1.697.734	20.992	(1.056.313)	--	4.268.862
Financiamentos imobiliários	302.606	(246.420)	(12.850)	(17.455)	--	25.881
Operações de crédito vinculadas a cessão ²	3	(3)	--	--	--	--
Outros créditos com características de concessão de crédito	380.460	95.091	35.263	(81.780)	--	429.034
Títulos com características de concessão de crédito	137.243	11.621	12.421	(13.068)	--	148.217
Operações com cartão de crédito	217.867	84.136	23.044	(73.732)	--	251.315
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	19.636	(8.383)	(203)	8.240	--	19.290
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ³	--	--	--	--	--	--
Diversos	5.714	7.717	1	(3.220)	--	10.212
Operações de arrendamento mercantil	230	635	(6)	(190)	--	669
Total da carteira de crédito	8.295.418	4.370.242	116.756	(3.007.664)	--	9.774.752

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

Estágio 3

Consolidado	01/01/2025 ¹	Constituição/ (reversão)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 2	Baixas	31/03/2025
Operações de crédito	59.769.569	7.579.550	(1.159.838)	2.925.694	(8.451.581)	60.663.394
Empréstimos e direitos creditórios descontados	36.388.955	5.283.746	(962.369)	1.770.930	(6.225.370)	36.255.892
Financiamentos	5.897.896	610.739	(103.349)	80.996	(308.125)	6.178.157
Financiamentos rurais	14.768.507	3.230.884	(63.004)	1.056.313	(1.915.238)	17.077.462
Financiamentos imobiliários	2.714.211	(1.545.819)	(31.116)	17.455	(2.848)	1.151.883
Operações de crédito vinculadas a cessão ²	--	--	--	--	--	--
Outros créditos com características de concessão de crédito	6.810.303	(325.871)	(383.489)	81.780	(43.350)	6.139.373
Títulos com características de concessão de crédito	4.290.454	349.683	(369.509)	13.068	(4.284)	4.279.412
Operações com cartão de crédito	231.300	(73.444)	(3.517)	73.732	(3.620)	224.451
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	1.508.642	(11.413)	(10.595)	(8.240)	--	1.478.394
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ³	--	--	--	--	--	--
Diversos	779.907	(590.697)	132	3.220	(35.446)	157.116
Operações de arrendamento mercantil	9.829	896	--	190	(2)	10.913
Total da carteira de crédito	66.589.701	7.254.575	(1.543.327)	3.007.664	(8.494.933)	66.813.680

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

2 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

3 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

h) Síntese da movimentação das perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2025
Saldo inicial ¹	(80.118.007)	(80.420.049)
(Constituição)/reversão de perdas esperadas ¹	(11.474.103)	(11.525.107)
Variação cambial - provisões no exterior	86.493	57.313
Baixas para prejuízo	8.485.239	8.494.933
Saldo final	(83.020.378)	(83.392.910)

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

i) Créditos renegociados

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2025
Saldo inicial	70.539.842	70.539.842
Renegociações	4.731.378	4.731.378
Reestruturações	4.757.616	4.757.616
(Recebimento) e apropriação de juros	(4.136.765)	(4.136.765)
Baixas para prejuízo	(3.929.534)	(3.929.534)
Saldo final ¹	71.962.537	71.962.537
(%) Reestruturados em relação ao saldo final da carteira renegociada	47,2%	47,2%

1 - Inclui o valor de R\$ 153 mil referente a créditos rurais renegociados. Não está incluído o valor de R\$ 50.801.652 mil dos créditos prorrogados da carteira rural com amparo em legislação específica.

j) Concentração das operações de crédito

	31/03/2025	% da Carteira
Maior Devedor	15.473.161	1,3
10 Maiores devedores	69.484.185	5,8
20 Maiores devedores	92.365.417	7,7
50 Maiores devedores	127.243.810	10,6
100 Maiores devedores	151.417.188	12,6



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

k) Exposição máxima dos instrumentos financeiros segregados por tipo de carteiras e pela classificação de risco de crédito

Banco Múltiplo	31/03/2025															
	Estágio 1				Estágio 2				Estágio 3				Total			
	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total
Pessoas físicas	612.017.124	113.630.021	88.304	725.735.449	32.438.821	829.299	--	33.268.120	55.155.125	81.064	--	55.236.189	699.611.070	114.540.384	88.304	814.239.758
Varejo PF	280.693.671	111.285.751	88.304	392.067.726	15.373.020	818.454	--	16.191.474	35.240.766	63.784	--	35.304.550	331.307.457	112.167.989	88.304	443.563.750
Produtor rural	331.323.453	2.344.270	--	333.667.723	17.065.801	10.845	--	17.076.646	19.914.359	17.280	--	19.931.639	368.303.613	2.372.395	--	370.676.008
Pessoas jurídicas	452.498.967	86.593.363	12.218.472	551.310.802	9.363.302	871.024	8.665	10.242.991	40.125.889	3.748.162	542.567	44.416.618	501.988.158	91.212.549	12.769.704	605.970.411
Atacado	319.627.076	62.286.850	11.056.103	392.970.029	1.964.692	90.506	1.673	2.056.871	24.937.987	2.904.185	541.234	28.383.406	346.529.755	65.281.541	11.599.010	423.410.306
Varejo MPE	95.654.836	24.306.513	1.162.369	121.123.718	7.173.002	780.518	6.992	7.960.512	14.736.574	843.977	1.333	15.581.884	117.564.412	25.931.008	1.170.694	144.666.114
Produtor rural	37.217.055	--	--	37.217.055	225.608	--	--	225.608	451.328	--	--	451.328	37.893.991	--	--	37.893.991
Total	1.064.516.091	200.223.384	12.306.776	1.277.046.251	41.802.123	1.700.323	8.665	43.511.111	95.281.014	3.829.226	542.567	99.652.807	1.201.599.228	205.752.933	12.858.008	1.420.210.169
%	83,36%	15,68%	0,96%	100,00%	96,07%	3,91%	0,02%	100,00%	95,61%	3,84%	0,55%	100,00%	84,61%	14,49%	0,90%	100,00%

Consolidado	31/03/2025															
	Estágio 1				Estágio 2				Estágio 3				Total			
	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total
Pessoas físicas	622.469.481	113.630.021	89.114	736.188.616	32.550.583	829.299	--	33.379.882	55.301.323	81.064	--	55.382.387	710.321.387	114.540.384	89.114	824.950.885
Varejo PF	291.146.028	111.285.751	89.114	402.520.893	15.484.782	818.454	--	16.303.236	35.386.964	63.784	--	35.450.748	342.017.774	112.167.989	89.114	454.274.877
Produtor rural	331.323.453	2.344.270	--	333.667.723	17.065.801	10.845	--	17.076.646	19.914.359	17.280	--	19.931.639	368.303.613	2.372.395	--	370.676.008
Pessoas jurídicas	463.854.786	89.241.558	12.240.141	565.336.485	9.536.730	871.024	8.665	10.416.419	40.105.373	3.748.162	542.567	44.396.102	513.496.889	93.860.744	12.791.373	620.149.006
Atacado	320.158.899	64.935.045	11.385.340	396.479.284	1.959.644	90.506	1.673	2.051.823	24.835.687	2.904.185	541.234	28.281.106	346.954.230	67.929.736	11.928.247	426.812.213
Varejo MPE	106.478.832	24.306.513	854.801	131.640.146	7.351.478	780.518	6.992	8.138.988	14.818.358	843.977	1.333	15.663.668	128.648.668	25.931.008	863.126	155.442.802
Produtor rural	37.217.055	--	--	37.217.055	225.608	--	--	225.608	451.328	--	--	451.328	37.893.991	--	--	37.893.991
Total	1.086.324.267	202.871.579	12.329.255	1.301.525.101	42.087.313	1.700.323	8.665	43.796.301	95.406.696	3.829.226	542.567	99.778.489	1.223.818.276	208.401.128	12.880.487	1.445.099.891
%	83,46%	15,59%	0,95%	100,00%	96,10%	3,88%	0,02%	100,00%	95,62%	3,84%	0,54%	100,00%	84,69%	14,42%	0,89%	100,00%



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

13 – Outros ativos

a) Composição

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Financeiros	64.510.132	72.935.877
Devedores por depósitos em garantia	37.953.334	38.936.865
Fundos de Destinação do Superávit - Previ (Nota 28.f)	12.244.956	12.244.956
Rendas a receber	4.428.516	10.782.462
Títulos e créditos a receber ¹	2.293.907	3.382.175
Fundo de Compensação de Variações Salariais	3.404.026	3.404.026
Demais	4.185.393	4.185.393
Não financeiros	40.107.034	44.053.481
Ativos atuariais (Nota 28.e)	28.494.185	28.494.185
Devedores diversos	6.383.883	7.548.768
Mantidos para venda - Recebidos	206.989	207.338
Despesas Antecipadas	1.571.988	1.703.368
Mantidos para venda - Próprios	18.880	53.926
Bens não de uso próprio e materiais em estoque	5.563	47.633
Negociação e intermediação de valores	2.247.996	3.326.193
Demais	1.177.550	2.672.070

1 - Inclui títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional, no montante de R\$ 354.409 mil, provenientes de subvenções em operações com recursos do MCR 6-2, MCR 6-4 (Manual de Crédito Rural) e amparadas por legislação específica, a exemplo de Resoluções do CMN, do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Resolução CMN nº 2.960/2002) e dos Fundos de Desenvolvimento Regionais (FDNE e FDCO). Também estão incluídos recursos do Tesouro Nacional, referentes a equalização de taxas da safra agrícola Lei nº 8.427/1992, no montante de R\$ 860.639 mil.

b) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Rendas a receber	(2.782.350)	(2.782.350)
Títulos e créditos a receber	(785.733)	(976.948)
Devedores diversos	(712.674)	(712.679)
Demais	(8.904)	(8.905)
Total	(4.289.661)	(4.480.882)

c) Movimentação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2025
Saldo em 01/01/2025 ¹	(3.915.265)	(4.095.408)
(Constituição)/reversão	(384.081)	(422.873)
Variação cambial - provisões no exterior	--	27.543
Baixas para prejuízo/outros ajustes	9.685	9.856
Saldo em 31/03/2025	(4.289.661)	(4.480.882)

1 - Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

14 – Investimentos

a) Movimentações nas participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto

Banco Múltiplo	Capital social	Patrimônio líquido ajustado ¹	Lucro/(Prejuízo) líquido ¹	Quantidade de ações (em milhares)		Participação do capital social %	Saldo contábil	Movimentações – 1º Trimestre/2025			Saldo contábil
			1º Trimestre/2025	Ordinárias	Preferenciais		01/01/2025	Dividendos/JCP	Outros eventos ²	Resultado de equivalência	31/03/2025
No país							31.058.302	(107.469)	48.760	3.265.126	34.264.719
BB Elo Cartões Participações S.A.	7.734.513	10.228.667	469.707	17.703	--	100,00%	9.766.442	--	(7.616)	469.841	10.228.667
BB Seguridade Participações S.A. ^{3 4}	6.269.692	11.085.313	1.968.846	1.325.000	--	68,25%	6.220.033	--	1.612	1.343.663	7.565.308
BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	3.261.860	4.910.115	79.819	3.000	--	100,00%	4.830.296	--	--	79.819	4.910.115
Banco Votorantim S.A.	8.480.372	12.367.351	477.595	1.096.653	600.952	50,00%	6.025.787	(100.000)	19.090	238.798	6.183.675
BB Banco de Investimento S.A.	417.788	964.386	151.677	3.790	--	100,00%	810.909	--	1.800	151.677	964.386
BB Tecnologia e Serviços ⁴	300.040	550.045	24.378	248.458	248.586	99,99%	501.637	(7.469)	31.429	24.375	549.972
BB Administradora de Consórcios S.A.	727.543	1.458.748	384.358	14	--	100,00%	1.074.390	--	--	384.358	1.458.748
BB Gestão de Recursos – DTVM S.A. – BB Asset	1.191.207	1.971.889	542.055	100.000	--	100,00%	1.429.795	--	39	542.055	1.971.889
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	9.300	32.318	7.985	398.158	--	100,00%	24.333	--	--	7.985	32.318
Outras participações							374.680	--	2.406	22.555	399.641
No exterior ⁵							9.791.313	--	(851.730)	541.658	9.481.241
Banco Patagonia S.A.	3.849	6.293.976	727.822	578.117	--	80,39%	5.222.866	--	(748.269)	585.092	5.059.689
BB Cayman Islands Holding	1.187.451	1.378.362	16.466	211.023	--	100,00%	1.463.450	--	(101.554)	16.466	1.378.362
Banco do Brasil AG	403.143	864.586	17.124	638	--	100,00%	891.762	--	(44.300)	17.124	864.586
Banco do Brasil Securities LLC	27.903	439.606	(515)	5.000	--	100,00%	467.512	--	(27.391)	(515)	439.606
Banco do Brasil Americas	1.099.631	1.690.027	63.685	36.250	--	100,00%	1.694.154	--	(67.812)	63.685	1.690.027
BB USA Holding Company	--	798	--	--	--	100,00%	861	--	(63)	--	798
Ágio na aquisição de investimentos no exterior							50.708	--	(2.535)	--	48.173
Ganhos/(perdas) cambiais nas coligadas e controladas ⁵							--	--	140.194	(140.194)	--
Total das participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto							40.849.615	(107.469)	(802.970)	3.806.784	43.745.960
(Provisão para perdas)							(34.743)		--		(34.743)

1 - Inclui ajustes de harmonização de práticas contábeis e considera os resultados não realizados decorrentes de transações com o Banco Múltiplo.

2 - Referem-se basicamente a variação cambial sobre investimentos no exterior e a ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários classificados na categoria valor justo em outros resultados abrangentes.

3 - O valor do investimento considerando o preço de mercado cotado é de R\$ 53.397.500 mil.

4 - Refere-se ao percentual de participação efetiva, considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria.

5 - O lucro líquido e o resultado de equivalência das subsidiárias no exterior estão evidenciados sem os efeitos da variação cambial. Esses investimentos são objeto de hedge estrutural e seus impactos cambiais são reclassificados para as despesas com recursos de instituições financeiras no processo de consolidação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Consolidado	Capital social	Patrimônio líquido ajustado ¹	Lucro/(Prejuízo) líquido ¹	Quantidade de ações (em milhares)		Participação do capital social %	Saldo contábil	Movimentações – 1º Trimestre/2025			Saldo contábil
			1º Trimestre/2025	Ordinárias	Preferenciais		01/01/2025	Dividendos/JCP	Outros eventos ²	Resultado de equivalência	31/03/2025
Coligadas ³ e controladas em conjunto ⁴											
Banco Votorantim S.A.	8.480.372	12.367.351	477.595	1.096.653	600.952	50,00%	6.025.787	(100.000)	19.090	238.798	6.183.675
Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. ⁵	414.000	9.134.673	232.863	88.000	2.613.402	30,00%	2.719.319	(48.507)	(269)	69.859	2.740.402
Cielo S.A. ⁶	5.700.000	9.616.267	394.797	778.320	--	29,17%	2.691.534	--	(1.576)	115.165	2.805.123
Brasilprev Seguros e Previdência S.A. ^{4,7}	3.529.257	6.548.906	320.555	879	1.759	74,99%	5.203.321	(530.202)	(2.229)	240.397	4.911.287
BB Mapfre Participações S.A. ⁷	1.469.848	2.970.183	1.099.415	944.858	1.889.339	74,99%	2.214.645	(815.891)	4.135	824.451	2.227.340
Brasilcap Capitalização S.A. ⁷	354.398	857.859	54.007	107.989	159.308	66,77%	536.641	--	72	36.059	572.772
Elo Participações Ltda. ⁸	347.309	850.473	411.934	173.620	--	49,99%	2.254.069	(2.026.237)	(8.606)	205.925	425.151
UBS BB Serviços de Assessoria Financeira e Participações S.A.	1.425.605	1.516.273	(25.163)	1.954.245	--	49,99%	768.615	(1.908)	(1.164)	(7.558)	757.985
Outras Participações							472.962	(4.727)	(1.809)	35.807	502.233
Resultado não realizado ⁹							(2.826.147)	--	40.364	--	(2.785.783)
Total das participações em coligadas e controladas em conjunto							20.060.746	(3.527.472)	48.008	1.758.903	18.340.185
(Provisão para perdas)							(10.488)	--	2.246	--	(8.242)

1 - Inclui ajustes de harmonização de práticas contábeis e considera os resultados não realizados decorrentes de transações com o Banco Múltiplo.

2 - Referem-se basicamente a ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários classificados na categoria valor justo em outros resultados abrangentes.

3 - O Banco possui influência significativa por meio da participação na gestão ou pela indicação de membros que compõe a Diretoria Executiva.

4 - O Banco possui controle compartilhado nas decisões sobre as atividades relevantes das empresas mediante acordos contratuais.

5 - Participação indireta do Banco na Cateno, por meio de sua controlada BB Elo Cartões Participações S.A. A participação total do Banco é de 64,49%, em virtude da Cielo S.A. deter 70,00% de participação direta na Cateno.

6 - Participação indireta do Banco na Cielo, por meio de sua controlada BB Elo Cartões Participações S.A, considerando ainda as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria, bem como as participações indiretas detidas pela Livel e pela Elo Participações Ltda.

7 - Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. Inclui ajustes de harmonização de práticas contábeis.

8 - A equivalência patrimonial da Elo Participações Ltda. é calculada na proporção da contribuição mensal da BB Elo Cartões nos negócios da empresa, conforme acordo de 01/11/2017, entre a BB Elo Cartões e a Bradescard.

9 - Contempla o resultado não realizado proveniente da parceria estratégica entre a BB Elo Cartões e a Cielo, constituindo a Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A, e o resultado não realizado decorrente da parceria estratégica entre o BB-BI e o UBS A.G.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Informações qualitativas das principais coligadas e controladas em conjunto

Empresa	Localização		Descrição	Segmento	Participação estratégica ¹
	País de constituição	Sede			
Banco Votorantim S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Desenvolve atividades bancárias em modalidades variadas, tais como crédito ao consumidor, arrendamento mercantil e administração de fundos de investimento.	Bancário	Sim
Brasileprev Seguros e Previdência S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Comercializa seguros de vida com cobertura de sobrevivência e planos de aposentadoria e benefícios complementares.	Seguridade	Sim
Cielo S.A.	Brasil	Barueri (SP)	Prestadora de serviços relacionados a cartões de crédito e débito e meios de pagamento.	Meios de pagamento	Sim
Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A.	Brasil	Barueri (SP)	Prestadora de serviços responsável pela gestão das transações oriundas das operações de cartões de crédito e débito.	Meios de pagamento	Sim
BB Mapfre Participações S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Holding de outras sociedades dedicadas à comercialização de seguros de pessoas, imobiliário e agrícola.	Seguridade	Sim
Elo Participações Ltda.	Brasil	Barueri (SP)	Holding que consolida negócios conjuntos relacionados a meios eletrônicos de pagamento.	Meios de pagamento	Sim
UBS BB Serviços de Assessoria Financeira e Participações S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Atua em atividades de banco de investimentos e de corretora de valores no segmento institucional no Brasil e em determinados países da América do Sul.	Investimentos	Sim
Brasilcap Capitalização S.A.	Brasil	Rio de Janeiro (RJ)	Comercializa planos de capitalização, bem como outros produtos e serviços admitidos às sociedades de capitalização.	Seguridade	Sim

1-Consideram-se participações estratégicas os investimentos em sociedades cujas atividades complementam ou dão suporte às atividades do banco.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Informações financeiras resumidas das principais coligadas e controladas em conjunto e não ajustadas pelos percentuais de participação detidos pelo Banco

31/03/2025	Banco Votorantim S.A.	Brasileprev Seguros e Previdência S.A.	Cielo S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	BB Mapfre Participações S.A.	Elo Participações Ltda.	UBS BB S.A.	Brasilcap S.A.
Ativos circulantes	66.999.399	425.222.142	107.839.021	2.116.685	282.756	920.770	436.237	5.960.527
Ativos não circulantes	73.688.730	18.827.672	9.400.293	7.861.559	3.053.673	5.155.338	1.260.513	7.515.294
Passivos circulantes	98.345.931	55.020.836	102.984.473	838.203	1.171	946.303	180.477	11.292.596
Passivos não circulantes	29.969.807	382.464.482	4.638.574	5.368	--	4.134.949	--	1.325.366
Passivos contingentes	524.698	17.144	--	5.368	--	41.062	--	1.315.007
Lucro líquido – 1º Trimestre/2025	476.296	320.056	394.797	232.863	1.099.415	405.995	(25.163)	54.007
Ajustes de harmonização de práticas contábeis e resultados não realizados	1.299	499	--	--	-	5.939	--	--
Lucro líquido ajustado – 1º Trimestre/2025	477.595	320.555	394.797	232.863	1.099.415	411.934	(25.163)	54.007
% de participação	50,00%	74,99%	29,17%	30,00%	74,99%	49,99%	49,99%	66,77%
Resultado de equivalência	238.798	240.397	115.165	69.859	824.451	205.925	(7.558)	36.059
Outros resultados abrangentes	428.139	(2.972)	169.676	--	(55.434)	--	182.086	(20.633)
Resultado abrangente total	905.734	317.583	564.473	232.863	1.043.981	411.934	156.923	33.374
Patrimônio líquido	12.372.391	6.564.496	9.616.267	9.134.673	3.335.258	994.856	1.516.273	857.859
Ajustes de harmonização de práticas contábeis e resultados não realizados	(5.040)	(15.590)	--	--	(365.075)	(144.383)	--	--
Patrimônio líquido ajustado	12.367.351	6.548.906	9.616.267	9.134.673	2.970.183	850.473	1.516.273	857.859
% de participação	50,00%	74,99%	29,17%	30,00%	74,99%	49,99%	49,99%	66,77%
Saldo do investimento	6.183.675	4.911.287	2.805.123	2.740.402	2.227.340	425.151	757.985	572.772
Resultado não realizado	--	--	--	(2.306.475)	--	--	(479.308)	--



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

15 - Imobilizado

	Banco Múltiplo							
		01/01/2025	1º Trimestre/2025		31/03/2025			
	Taxa anual de depreciação	Saldo contábil	Movimentações	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Perdas por redução ao valor recuperável	Saldo contábil
De uso								
Edificações	4 a 10%	3.928.755	131.496	(103.027)	10.053.357	(6.086.647)	(9.486)	3.957.224
Móveis e equipamentos	10 a 20%	2.250.128	68.105	(92.597)	4.659.308	(2.433.541)	(131)	2.225.636
Equipamentos de processamento de dados	10 a 20%	2.997.986	596.766	(164.592)	7.521.006	(4.090.846)	--	3.430.160
Imobilizações em curso	--	1.343.186	(32.233)	--	1.310.953	--	--	1.310.953
Terrenos	--	309.973	(6.419)	--	303.554	--	--	303.554
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	287.894	3.318	(13.070)	786.307	(503.110)	(5.055)	278.142
Instalações	10%	103.040	(3.341)	(4.938)	1.048.049	(953.288)	--	94.761
Veículos	10%	6.144	16	(208)	14.117	(8.165)	--	5.952
Obras de arte	--	2.225	(75)	--	2.150	--	--	2.150
Imobilizado em estoque	--	792	(10)	--	782	--	--	782
Total		11.230.123	757.623	(378.432)	25.699.583	(14.075.597)	(14.672)	11.609.314
Direito de uso								
Edificações	--	--	426.550	(22.685)	426.796	(22.931)	--	403.865
Total		11.230.123	1.184.173	(401.117)	26.126.379	(14.098.528)	(14.672)	12.013.179

	Consolidado							
		01/01/2025	1º Trimestre/2025		31/03/2025			
	Taxa anual de depreciação	Saldo contábil	Movimentações	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Perdas por redução ao valor recuperável	Saldo contábil
De uso								
Edificações	4 a 10%	3.943.393	132.225	(104.018)	10.096.704	(6.113.302)	(11.802)	3.971.600
Móveis e equipamentos	10 a 20%	2.384.830	84.044	(99.542)	4.925.837	(2.542.974)	(13.531)	2.369.332
Equipamentos de processamento de dados	10 a 20%	3.099.421	596.364	(171.543)	7.715.654	(4.191.412)	--	3.524.242
Imobilizações em curso	--	1.346.202	(32.658)	--	1.313.544	--	--	1.313.544
Terrenos	--	312.247	(6.482)	--	305.765	--	--	305.765
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	294.136	3.446	(13.431)	795.828	(506.623)	(5.054)	284.151
Instalações	10%	109.976	606	(5.206)	1.061.709	(956.333)	--	105.376
Veículos	10%	8.684	(258)	(355)	17.014	(8.943)	--	8.071
Obras de arte	10%	2.877	(108)	--	2.769	--	--	2.769
Imobilizado em estoque	--	790	(6)	--	784	--	--	784
Total		11.502.556	777.173	(394.095)	26.235.608	(14.319.587)	(30.387)	11.885.634
Direito de uso								
Edificações	--	--	655.317	(40.020)	711.075	(95.778)	--	615.297
Total		11.502.556	1.432.490	(434.115)	26.946.683	(14.415.365)	(30.387)	12.500.931



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

16 – Intangível

a) Movimentação e composição

	Banco Múltiplo			Consolidado				
	Direitos de gestão de folhas de pagamento	Softwares	Total	Direitos de gestão de folhas de pagamento	Softwares	Ágio pela expectativa de rentabilidade futura	Outros ativos intangíveis ¹	Total
Taxa anual de amortização	Contrato	10%		Contrato	10%	Estudo técnico	Contrato	
Saldos em 01/01/2025	5.383.025	5.915.635	11.298.660	5.383.025	5.940.986	11.137	1.514	11.336.662
Movimentações								
Adições	550.560	347.309	897.869	550.560	348.093	--	--	898.653
Variação cambial	--	(2.046)	(2.046)	--	(2.644)	(1.581)	(166)	(4.391)
Baixas	--	(22.578)	(22.578)	--	(22.578)	--	--	(22.578)
Amortização	(457.244)	(178.098)	(635.342)	(457.244)	(180.114)	(123)	--	(637.481)
(Constituição)/ reversão de perdas	--	--	--	--	--	--	--	--
Saldos em 31/03/2025	5.476.341	6.060.222	11.536.563	5.476.341	6.083.743	9.433	1.348	11.570.865
Valor de custo	9.785.442	10.904.930	20.690.372	9.785.442	11.018.278	412.740	1.348	21.217.808
Amortização acumulada	(4.211.002)	(4.817.934)	(9.028.936)	(4.211.002)	(4.907.761)	(373.416)	--	(9.492.179)
Perdas por redução ao valor recuperável	(98.099)	(26.774)	(124.873)	(98.099)	(26.774)	(29.891)	--	(154.764)
Estimativa de amortização	5.476.341	6.060.222	11.536.563	5.476.341	6.083.743	9.433	--	11.569.517
2025	1.348.403	454.517	1.802.920	1.348.403	456.281	1.445	--	1.806.129
2026	1.729.899	606.022	2.335.921	1.729.899	608.374	1.927	--	2.340.200
2027	1.439.211	606.022	2.045.233	1.439.211	608.374	1.805	--	2.049.390
2028	498.377	606.022	1.104.399	498.377	608.374	1.632	--	1.108.383
2029	405.564	606.022	1.011.586	405.564	608.374	1.369	--	1.015.307
Após 2029	54.887	3.181.617	3.236.504	54.887	3.193.966	1.255	--	3.250.108

1 - Inclui o valor referente ao ativo intangível de vida útil indefinida.



b) Teste de valor recuperável dos ágios

O valor recuperável dos ágios pelas expectativas de rentabilidade futura é determinado com base no valor em uso, calculado pela metodologia de Fluxo de Caixa Descontado, que se fundamenta na projeção de um fluxo de caixa para a empresa investida (unidade geradora de caixa) e na determinação da taxa que irá descontar esse fluxo. Para avaliação dos bancos, foi utilizada a metodologia de Fluxo de Caixa Livre para o Acionista, descontado pelo custo de capital próprio apurado para cada instituição.

As premissas adotadas para estimar esse fluxo são baseadas em informações públicas, no orçamento e no plano de negócios das empresas avaliadas. As premissas consideram o desempenho atual e passado, bem como o crescimento esperado no respectivo mercado de atuação e em todo ambiente macroeconômico.

O fluxo de caixa da empresa relacionada a seguir foi projetado pelo período de 5 anos, perpetuando-se a partir do último período, com taxa de crescimento estabilizada. Para os períodos de fluxo de caixa excedentes aos prazos das projeções dos orçamentos ou planos de negócios, as estimativas de crescimento utilizadas estão em linha com aquelas adotadas pela empresa. A taxa de desconto nominal foi calculada, ano a ano, com base no modelo Capital Asset Pricing Model – CAPM ajustado ao mercado e a moeda do país.

Empresas (Unidades Geradoras de Caixa)	Taxa de crescimento a.a. ¹	Taxa de desconto a.a. ²
Banco Patagonia	8,00 %	35,81 %

1 - Crescimento nominal na perpetuidade.

2 - Média geométrica das projeções utilizadas nas avaliações econômicas, referenciada em Pesos Argentinos.

De acordo com a análise de sensibilidade realizada, não há a indicação de que mudanças em premissas possam fazer o valor contábil da unidade geradora de caixa exceder o seu respectivo valor recuperável.

No período apresentado, não houve perda por redução ao valor recuperável sobre os ágios pelas expectativas de rentabilidade futura.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

17 – Recursos de clientes

a) Depósitos

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Depósitos à vista	91.815.414	100.454.162
Pessoas físicas	43.701.238	43.701.238
Pessoas jurídicas	28.339.480	31.575.968
Vinculados ¹	14.929.636	15.017.682
Ligadas	437.133	5.836.980
Governos	2.909.490	2.909.490
Moedas estrangeiras	488.588	488.588
Instituições do sistema financeiro	614.629	534.884
Especiais do Tesouro Nacional	236.695	236.695
Domiciliados no exterior	57.303	51.415
Outros	101.222	101.222
Depósitos de poupança	213.379.180	213.379.180
Pessoas físicas	205.306.527	205.306.527
Pessoas jurídicas	7.760.954	7.760.954
Ligadas	297.146	297.146
Instituições do sistema financeiro	14.553	14.553
Depósitos a prazo	520.622.511	550.964.035
Judiciais	249.160.731	249.311.581
Moeda nacional	240.743.742	240.743.742
Moedas estrangeiras	16.800.552	46.991.226
Regime especial ²	7.861.043	7.861.043
Garantias de terceiros ³	3.886.571	3.886.571
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (Nota 17.d)	264.317	264.317
Funproger (Nota 17.e)	738.012	738.012
Outros	1.167.543	1.167.543
Outros depósitos	175.005	175.005
Total	825.992.110	864.972.382

1 - Inclui o montante de R\$ 1.988.013 mil, referente à arrecadação de DAF - Demonstrativos da Distribuição de Arrecadação Federal e Ordens Bancárias do Tesouro.

2 - Valores depositados em conta especial dos Tribunais de Justiça, para atender aos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, conforme disposto na Emenda Constitucional n.º 99/2017.

3 - Correspondem a acordos de cooperação firmados entre os tribunais ou conselhos para atender às disposições da Resolução n.º 98/2009 do Conselho Nacional de Justiça.

b) Segregação de depósitos por prazo de exigibilidade

	Banco Múltiplo					
	Sem vencimento	até 90 dias	de 91 a 360 dias	1 a 3 anos	3 a 5 anos	31/03/2025
Depósitos a prazo ¹	232.514.720	39.006.041	45.911.106	118.288.010	84.902.634	520.622.511
Depósitos de poupança	213.379.180	--	--	--	--	213.379.180
Depósitos à vista	91.815.414	--	--	--	--	91.815.414
Outros depósitos	175.005	--	--	--	--	175.005
Total	537.884.319	39.006.041	45.911.106	118.288.010	84.902.634	825.992.110

1 - Inclui o valor de R\$ 149.565.548 mil, relativo a depósitos a prazo com cláusula de recompra antecipada (compromisso de liquidez), considerados os prazos de vencimento originais.

	Consolidado					
	Sem vencimento	até 90 dias	de 91 a 360 dias	1 a 3 anos	3 a 5 anos	31/03/2025
Depósitos a prazo ¹	232.514.720	63.134.244	51.335.664	118.753.930	85.225.477	550.964.035
Depósitos de poupança	213.379.180	--	--	--	--	213.379.180
Depósitos à vista	100.454.162	--	--	--	--	100.454.162
Outros depósitos	175.005	--	--	--	--	175.005
Total	546.523.067	63.134.244	51.335.664	118.753.930	85.225.477	864.972.382

1 - Inclui o valor de R\$ 149.565.548 mil, relativo a depósitos a prazo com cláusula de recompra antecipada (compromisso de liquidez), considerados os prazos de vencimento originais.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Despesas com recursos de clientes

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2025
Depósitos de poupança	(3.911.015)	(3.911.015)
Depósitos a prazo	(11.548.473)	(12.618.108)
Judiciais	(6.250.005)	(6.250.570)
Demais	(5.298.468)	(6.367.538)
Variação cambial de recursos de clientes	2.128.656	2.142.622
Total	(13.330.832)	(14.386.501)

d) Fundo de amparo ao trabalhador (FAT)

	Resolução/ TADE ¹	Devolução de Recursos		31/03/2025		
		Forma ²	Data inicial	Disponível TMS ³	Aplicado TJLP e TLP ⁴	Total
Proger Rural e Pronaf				4	6	10
Pronaf Custeio	04/2005	RA	11/2005	4	6	10
Pronaf Investimento	05/2005	RA	11/2005	--	--	--
Proger Urbano				18.523	237.129	255.652
Urbano Investimento	18/2005	RA	11/2005	18.523	237.129	255.652
Urbano Capital de Giro 2020	01/2020	RA	04/2020	--	--	--
Outros				1.913	6.742	8.655
FAT Taxista	02/2009	RA	09/2009	1.913	6.742	8.655
Total				20.440	243.877	264.317

1 - TADE: Termo de Alocação de Depósito Especial.

2 - RA - Retorno Automático (mensalmente, 2% sobre o saldo total).

3 - Recursos remunerados pela Taxa Média Selic (TMS).

4 - Recursos remunerados: Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para recursos liberados até 31.12.2017 e Taxa de Longo Prazo (TLP) para aqueles liberados a partir de 01.01.2018.

O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei nº 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat). O Codefat é um órgão colegiado, de caráter tripartite e paritário, composto por representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo, que atua como gestor do FAT.

As principais ações para a promoção do emprego financiadas com recursos do FAT estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei nº 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais, incorporando, entre outros, o próprio Programa de Geração de Emprego e Renda – Proger, nas modalidades Urbano – Investimento e Capital de Giro, Empreendedor Popular, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, além das linhas especiais tais como FAT taxista, FAT Turismo Investimento e FAT Turismo Capital de Giro.

Os depósitos especiais do FAT alocados junto ao Banco do Brasil, enquanto disponíveis, são remunerados pela Taxa Média Selic (TMS) pro rata die. À medida que são aplicados nos financiamentos, passam a ser remunerados pela TLP (Taxa de Longo Prazo) a partir de 1º de janeiro de 2018 e TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) para os recursos liberados até 31 de dezembro de 2017, durante o período de vigência dos financiamentos. As remunerações sobre os recursos alocados no Banco são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado nas Resoluções Codefat nº 439/2005, 489/2006 e 801/2017.

e) Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger)

O Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger) é um fundo especial de natureza contábil, criado em 23/11/1999 pela Lei nº 9.872/1999, alterada pela Lei nº 10.360/2001 e pela Lei nº 11.110/2005, regulamentado pela Resolução Codefat nº 409/2004 e alterações posteriores, gerido pelo Banco do Brasil com a supervisão do Codefat.

O objetivo do Funproger é conceder aval a empreendedores que não disponham das garantias necessárias para contratação de financiamentos do Proger Urbano e do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), mediante o pagamento de uma comissão para a concessão de aval. Para formação do patrimônio do Funproger, foram aportados recursos provenientes da diferença entre a aplicação da TMS e a TJLP na remuneração dos saldos disponíveis de depósitos especiais do FAT. Outras fontes de recursos que compõem o Fundo são as receitas decorrentes de sua operacionalização e a remuneração de suas disponibilidades pelo Banco do Brasil, gestor do Fundo.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

18 – Recursos de instituições financeiras

a) Composição

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Captações no mercado aberto (Nota 18.b)	659.680.220	642.377.175
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 18.c)	81.331.947	81.450.486
Depósitos interfinanceiros	31.173.543	25.635.571
Obrigações por operações vinculadas a cessão	102.123	102.123
Total	772.287.833	749.565.355

b) Captações no mercado aberto

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Carteira própria	348.546.042	331.592.997
Letras Financeiras do Tesouro	321.384.457	309.082.288
Títulos privados	16.837.757	16.837.757
Títulos no exterior	10.323.808	5.672.932
Letras do Tesouro Nacional	20	20
Carteira de terceiros	311.134.178	310.784.178
Notas do Tesouro Nacional	195.092.994	194.742.997
Letras do Tesouro Nacional	93.185.748	93.185.748
Letras Financeiras do Tesouro	22.855.436	22.855.433
Total	659.680.220	642.377.175

c) Obrigações por empréstimos e repasses

Obrigações por empréstimos no exterior

	Banco Múltiplo					31/03/2025
	até 90 dias	de 91 a 360	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	acima de 5	
Tomados junto a banqueiros	5.137.468	14.606.232	6.255.622	7.136.218	--	33.135.540
Importação	56.175	79.098	28.084	--	--	163.357
Exportação	--	7.216	--	--	--	7.216
Total	5.193.643	14.692.546	6.283.706	7.136.218	--	33.306.113

	Consolidado					31/03/2025
	até 90 dias	de 91 a 360	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	acima de 5	
Tomados junto a banqueiros	5.196.475	14.665.764	6.255.622	7.136.218	--	33.254.079
Importação	56.175	79.098	28.084	--	--	163.357
Exportação	--	7.216	--	--	--	7.216
Total	5.252.650	14.752.078	6.283.706	7.136.218	--	33.424.652



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Obrigações por repasses**Do país - instituições oficiais**

Programas	Taxa de atualização a.a.	Banco Múltiplo	Consolidado
		31/03/2025	31/03/2025
Tesouro Nacional		700.181	700.181
Pronaf	TMS (se disponível) ou Pré 0,50% a 6,00% (se aplicado)	29.059	29.059
Recoop	Pré 5,75% a 8,25% ou IGP-DI + 1,00% ou IGP-DI + 2,00%	9.845	9.845
Outros		33.091	33.091
Outros Fundos e Programas		628.186	628.186
BNDES	Pré 0,50% a 8,12% TJLP 0,50% a 5,00% IPCA 4,20% IPCA TLP 1,99% a 3,20% Selic + 2,08% Var. Camb. 1,70% a 1,80% TFBD 5,37% a 6,47%	14.604.395	14.604.395
Caixa Econômica Federal	Pré 4,85% (média)	25.840.236	25.840.236
Finame	Pré 0,70% a 10,72% TJLP + 1,60% a 2,10% Selic + 0,95% a 1,34% TFBD + 0,95% a 6,47%	5.498.768	5.498.768
Outras Instituições Oficiais		524.452	524.452
Funcafé	TMS (se disponível) Pré 11,00% Funding 8,00%	524.424	524.424
Outros		28	28
Total		47.168.032	47.168.032

Do exterior

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Recursos livres - Resolução BCB nº 278/2022	857.802	857.802
Total	857.802	857.802

e) Despesas com recursos de instituições financeiras

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2025
Captações no mercado aberto	(19.690.292)	(19.097.022)
Carteira de terceiros	(9.809.908)	(9.679.285)
Carteira própria	(9.880.384)	(9.417.737)
Depósitos interfinanceiros	(511.638)	(372.200)
Obrigações por Empréstimos	(596.032)	(634.758)
Obrigações por repasses	(953.087)	(953.087)
Do exterior	(104.034)	(104.034)
Caixa Econômica Federal	(433.772)	(433.772)
BNDES	(252.580)	(252.580)
Finame	(133.735)	(133.735)
Tesouro Nacional	(763)	(763)
Outras	(28.203)	(28.203)
Variação cambial dos recursos de instituições financeiras¹	4.816.814	4.677.011
Total	(16.934.235)	(16.380.056)

1 - Inclui a variação cambial dos ativos e passivos das agências e controladas no exterior, reclassificada para as despesas com recursos de instituições financeiras com o objetivo de anular a variação cambial incidente sobre os instrumentos financeiros passivos contratados para proteção do resultado do Banco em relação às oscilações cambiais.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

19 - Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários

a) Composição

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 19.b)	295.679.828	305.787.993
Dívidas subordinadas (Nota 19.c)	49.344.760	44.244.760
Total	345.024.588	350.032.753

b) Recursos de aceites e emissão de títulos

Captações	Moeda	Valor Emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	31/03/2025
Banco Múltiplo						295.679.828
Programa "Global Medium - Term Notes" ¹						17.863.902
	BRL	293.085	10,15%	2017	2027	269.485
	COP	160.000.000	8,51%	2018	2025	224.408
	BRL	398.000	9,50%	2019	2026	393.769
	MXN	1.900.000	8,50%	2019	2026	536.276
	COP	520.000.000	6,50%	2019	2027	686.497
	USD	750.000	3,25%	2021	2026	4.234.557
	USD	500.000	4,88%	2022	2029	2.892.140
	USD	750.000	6,25%	2023	2030	4.380.476
	USD	750.000	6,00%	2024	2031	4.246.294
Certificados de Depósitos ²						8.431.939
Curto prazo			0,00% a 6,57%			7.988.662
Longo prazo			0,00% a 16,25%		2027	443.277
Certificados de operações estruturadas						173.941
Curto prazo			9,53% a 15,22% DI			171.019
Longo prazo			10,46% a 15,77% DI		2027	2.922
Letras de Crédito Imobiliário			69,00% a 97,50% DI 100% da TR + 7,72%			15.184.445
Curto prazo						2.756.769
Longo prazo					2028	12.427.676
Letras de Crédito do Agronegócio			10,87% a 100,00% DI 8,88% a 14,70%			225.379.310
Curto prazo						108.476.662
Longo prazo					2029	116.902.648
Letras Financeiras			100,00% do DI + 0,30% a 0,85%			28.646.291
Curto prazo						6.951.919
Longo prazo					2028	21.694.372
Banco Patagonia						55.157
	ARS	937.500	Badlar + 4,5%	2024	2025	5.218
	ARS	8.955.224	Badlar + 6,5%	2024	2025	49.939
Entidades de Propósitos Específicos - EPE no Exterior ³						
Securitização do fluxo futuro de ordens de pagamento do exterior ³						
	USD	200.000	3,70%	2019	2026	287.501
	USD	750.000	Sofr 3m + 2,75%	2022/2023	2029	4.087.632
	USD	150.000	6,65%	2022	2032	843.514
Notas Estruturadas ³						
	USD	500.000	Sofr 6m + 2,93%	2014/2015	2034	2.958.983
	USD	320.000	Sofr 6m + 3,63%	2015	2030	1.879.783
Valor Eliminado na Consolidação ⁴						(4.405)
Total						305.787.993

1 - Em setembro de 2021, foi realizada troca de papéis envolvendo a recompra de "Senior Notes" e nova emissão compreendida no Programa "Global Medium - Term Notes". As emissões estão apresentadas por seu valor outstanding, considerando as ocorrências de recompras parciais.

2 - Títulos emitidos no exterior em USD.

3 - Informações sobre as EPEs podem ser obtidas na Nota 2.e.

4 - Refere-se a títulos emitidos pelo Conglomerado Banco do Brasil, em poder de dependências/controladas no exterior.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Dívidas subordinadas

Captações	Moeda	Valor Emitido ¹	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	31/03/2025
Recursos FCO – Fundo Constitucional do Centro-Oeste ²						11.734.759
Letras Financeiras Subordinadas						22.116.974
		20.000	100% do CDI + 2,75%	2021	Perpétuo	20.404
		2.328.600	100% do CDI + 2,60%	2022	Perpétuo	2.503.422
		199.800	100% do CDI + 2,50%	2023	Perpétuo	220.751
		1.983.200	100% do CDI + 2,25%	2023	Perpétuo	2.831.343
		2.750.700	100% do CDI + 1,90%	2024	Perpétuo	2.797.072
		4.775.100	100% do CDI + 1,20%	2024	Perpétuo	5.520.568
		8.000.000	100% do CDI + 1,30%	2025	Perpétuo	8.223.414
Bônus Perpétuos						15.493.027
	USD	1.723.600	8,75%	2013	Perpétuo	10.296.491
	BRL	5.100.000	5,50% ³	2012	Perpétuo	5.196.536
Total – Banco Múltiplo						49.344.760
Total reclassificado para o Patrimônio Líquido (Nota 23.c)						(5.100.000)
Total Consolidado						44.244.760

1 - Referem-se, nas captações em dólar, ao outstanding value, uma vez que ocorreram recompras parciais desses instrumentos.

2 - Compõem o nível II do Patrimônio de Referência (PR).

3 - A partir de 28/08/2014, a remuneração passou a ser integralmente variável (Nota 23.c.).

Do total dos bônus perpétuos e letras financeiras subordinadas, o montante de R\$ 30.901.212 mil compõe o Patrimônio de Referência – PR, vide Nota 30.f.

Em junho de 2024, o Banco exerceu a opção de resgate para os bônus emitidos em 2014.

Os bônus emitidos em janeiro de 2013, no valor de USD 2.000.000 mil (outstanding value USD 1.723.600 mil), tiveram, em 27/09/2013, seus termos e condições alterados com a finalidade de ajustá-los às regras do Bacen, que regulamentam a implementação de Basileia III no Brasil. As alterações entraram em vigor em 01/10/2013, quando os instrumentos foram submetidos ao Bacen para a obtenção de autorização para integrarem o Capital Complementar (Nível I) do Banco. A autorização foi concedida em 30/10/2013.

Em abril de 2024, os bônus emitidos em janeiro de 2013 tiveram a taxa de juros redefinida de acordo com os Títulos do Tesouro Norte-Americano em virtude do não exercício da opção de resgate.

Caso o Banco não exerça a opção de resgate em abril de 2034 para os bônus emitidos em 2013, a taxa de juros dos títulos será redefinida naquela data e a cada dez anos de acordo com os Títulos do Tesouro Norte-Americano de dez anos vigente na época mais o spread inicial de crédito. Os títulos apresentam as seguintes opções de resgate, sujeitas a autorização prévia do Bacen:

- (i) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, em abril de 2034 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, pelo preço base de resgate;
- (ii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão e desde que anterior a abril de 2034, em função de evento tributário, pelo preço base de resgate;
- (iii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão e desde que anterior a abril de 2034, em função de evento regulatório, pelo maior valor entre o preço base de resgate e o Make-whole amount;

Os bônus emitidos em janeiro de 2013 determinam que o Banco suspenda os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos emitidos (que não serão devidos, nem acumulados) caso:

- (i) os lucros distribuíveis no período não sejam suficientes para a realização do referido pagamento (condição discricionária para o Banco);
- (ii) o Banco não esteja enquadrado ou o pagamento desses encargos não permita que esteja em conformidade com os níveis de adequação de capital, limites operacionais ou seus indicadores financeiros estejam abaixo do nível mínimo exigido pela regulamentação aplicável a bancos brasileiros;
- (iii) o Bacen ou as autoridades regulatórias determinem a suspensão dos pagamentos dos referidos encargos;
- (iv) algum evento de insolvência ou falência ocorra;
- (v) alguma inadimplência ocorra.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

De acordo com as regras de Basileia III, os bônus emitidos em janeiro de 2013 contam com mecanismos de “absorção de perdas” (loss absorption). Além disso, caso o item (i) ocorra, o pagamento de dividendos pelo Banco aos seus acionistas ficará limitado ao mínimo obrigatório determinado pela legislação aplicável até que os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos tenham sido retomados integralmente. Por fim, esses bônus serão extintos de forma permanente e em valor mínimo correspondente ao saldo computado no capital de Nível I do Banco caso:

- (i) o capital principal do Banco for inferior a 5,125% do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA);
- (ii) seja tomada a decisão de fazer uma injeção de capital do setor público ou suporte equivalente ao Banco, a fim de manter o Banco em situação de viabilidade;
- (iii) o Bacen, em avaliação discricionária regulamentada pelo CMN, determinar por escrito a extinção dos bônus para viabilizar a continuidade do Banco.

d) Despesas com emissões de títulos e valores mobiliários

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2025
Recursos de aceites e emissão de títulos	(7.560.678)	(7.751.084)
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	(5.993.346)	(5.993.346)
Emissão de títulos e valores mobiliários no exterior	(383.168)	(573.574)
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	(390.254)	(390.254)
Letras Financeiras	(788.643)	(788.643)
Certificados de operações estruturadas	(5.267)	(5.267)
Dívidas subordinadas	(912.905)	(912.905)
Bônus e letras financeiras perpétuos	(912.905)	(912.905)
Total	(8.473.583)	(8.663.989)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

20 – Outros passivos

a) Composição

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Outros passivos financeiros	162.356.057	158.911.962
Operações com cartão de crédito/débito	49.703.894	50.648.525
Obrigações por adiantamentos de contratos de câmbio de importação	39.200.361	39.200.361
Passivos de arrendamento	428.065	510.791
Fundos financeiros e de desenvolvimento	58.038.990	58.038.990
Fundo Constitucional do Centro Oeste – FCO ¹	43.961.093	43.961.093
Marinha Mercante	5.471.948	5.471.948
Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE	5.434.365	5.434.365
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA	1.933.040	1.933.040
Fundo de Desenvolvimento do Centro Oeste – FDCO	911.496	911.496
Fundos do Governo do Estado de São Paulo	90.503	90.503
Pasep	67.487	67.487
Outros	169.058	169.058
Negociação e intermediação de valores	5.309.858	320.839
Provisões para perdas esperadas de garantias financeiras, compromissos de crédito e crédito a liberar (Nota 20.c)	855.477	861.644
Demais	8.819.412	9.330.812
Outros passivos não financeiros	48.849.013	59.465.235
Passivos atuariais (Nota 28.e)	10.036.268	10.036.268
Credores diversos	15.861.935	17.933.267
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	5.071.598	5.085.024
Comissões a apropriar	--	6.175.299
Obrigações de pagamento em nome de terceiros	4.603.989	4.603.989
Obrigações sociais e estatutárias	2.968.525	3.049.961
Rendas antecipadas	9.920	113.387
Obrigações por convênios oficiais	1.360.939	1.360.939
Demais	8.935.839	11.107.101

1 – A Resolução CMN n.º 4.955/2021 passou a limitar a utilização dos recursos do FCO para composição no nível II do Patrimônio de Referência – PR (Nota 30.f). O montante divulgado refere-se ao que excede esse valor, sendo R\$ 485.743 mil de recursos aplicados (remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o del credere da instituição financeira, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989) e R\$ 942.111 mil de recursos disponíveis (remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Bacen, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989).

b) Outras despesas de captação

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2025
Resultado de obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento	(27.196)	(27.196)
Demais	(606.421)	(503.840)
Total	(633.617)	(531.036)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Garantias financeiras prestadas e outros compromissos

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Compromissos de crédito e crédito a liberar	205.752.933	208.401.128
Compromissos de crédito	196.889.707	199.537.902
Não canceláveis	45.648.652	45.648.652
Canceláveis	151.241.055	153.889.250
Crédito a liberar	8.863.226	8.863.226
Não canceláveis	230.858	230.858
Canceláveis	8.632.368	8.632.368
Garantias prestadas	12.858.008	12.880.487
Créditos abertos para importação contratados	1.666.892	1.759.088
Créditos de exportação confirmados	494.145	494.145

Os créditos contratados a liberar destinam-se ao registro do saldo de valores a liberar da carteira de crédito e de arrendamento mercantil, tais como cheque especial, crédito rotativo e assemelhados. Garantias prestadas, tais como as cartas de crédito em aberto ("standby") e as garantias financeiras por avais e fianças, são compromissos condicionais, geralmente para garantir o desempenho de um cliente perante um terceiro em contratos de empréstimo. As informações referentes às práticas de gerenciamento de risco e exposição máxima estão descritas na Nota 30.

Nos instrumentos financeiros relacionados a crédito, o montante contratual do instrumento financeiro representa o potencial máximo de risco de crédito no caso de a contraparte não cumprir os termos do contrato. A maioria desses compromissos vence sem que sejam sacados. Como resultado, o montante contratual total não é representativo da efetiva exposição futura a riscos de crédito ou necessidades de liquidez oriundas desses compromissos. Para diminuir o risco de crédito, o Banco requer que o contratado entregue como garantia, recursos em dinheiro, valores mobiliários ou outros bens para caucionar a abertura de crédito, semelhantes à caução exigida para as operações de crédito.

Para suportar perdas decorrentes da eventual necessidade de honrar obrigações oriundas de contratos das espécies acima especificadas, o Banco constituiu provisão para perdas esperadas com garantias financeiras prestadas e compromissos de empréstimos.

Provisões para perdas esperadas classificadas por estágios

	Banco Múltiplo			
	31/03/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Garantias financeiras prestadas	129.715	42.777	616.136	788.628
Compromissos de crédito e créditos a liberar	60.752	5.569	528	66.849
Total	190.467	48.346	616.664	855.477

	Consolidado			
	31/03/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Garantias financeiras prestadas	129.610	42.777	616.136	788.523
Compromissos de crédito e créditos a liberar	67.024	5.569	528	73.121
Total	196.634	48.346	616.664	861.644



21 – Provisões e passivos contingentes

a) Provisões, ativos e passivos contingentes

Ativos contingentes

Em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis.

Ações trabalhistas

O Banco é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados, sindicatos da categoria ou ex-empregados de empresas prestadoras de serviços (terceirizados). Esses processos contêm vários pedidos, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de gratificação de função, responsabilidade subsidiária e outros.

Ações fiscais

O Banco está sujeito a questionamentos sobre tributos e condutas fiscais relacionados à sua posição de contribuinte ou de responsável tributário, em procedimentos de fiscalização, que podem ensejar autuações. A maioria das autuações versa sobre a apuração de tributos devidos, como: ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins, IOF e Contribuições à Seguridade Social. Para garantia do crédito fiscal em litígio, quando necessário, são realizados depósitos judiciais ou penhoras em dinheiro, títulos públicos ou imóveis.

Ações de natureza cível

Os processos judiciais de natureza cível consistem, principalmente, em ações de clientes e usuários pleiteando indenização por danos materiais e morais relativos a falhas em produtos e serviços bancários; expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos sobre aplicações financeiras, depósitos judiciais e crédito rural; devolução de valores pagos em razão de revisão de cláusulas contratuais de encargos financeiros; e ações de exigir contas, propostas por clientes, para esclarecer lançamentos havidos em conta corrente.

As indenizações por danos materiais e morais, geralmente, têm como fundamento a legislação de defesa do consumidor. Na maioria das vezes, as ações são processadas e julgadas nos Juizados Especiais Cíveis, cujo valor está limitado a quarenta salários mínimos.

Entre as ações judiciais de natureza cível, destacam-se aquelas que envolvem cobrança de diferença de correção monetária de cadernetas de poupança e depósitos judiciais relativos ao período dos Planos Econômicos (Plano Bresser, Plano Verão, e Planos Collor I e II), bem como repetição de indébito correspondente ao índice de correção monetária cobrado em operações rurais em março de 1990 (Plano Collor I).

Embora o Banco do Brasil tenha cumprido a legislação e a regulamentação vigentes à época, os referidos processos vêm sendo provisionados, considerando as ações em que o Banco é citado e as correspondentes perspectivas de perdas, avaliadas depois de analisada cada demanda, tendo em vista a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF).

Em relação aos litígios que versam sobre os expurgos inflacionários em cadernetas de poupança, o STF suspendeu o andamento dos processos que estavam na fase de conhecimento, até que haja pronunciamento definitivo daquela Corte quanto ao direito discutido. Cumpre ressaltar que, no final de 2017, a FEBRABAN e as entidades representativas dos poupadores firmaram acordo referente às demandas envolvendo os planos econômicos em cadernetas de poupança, que já foi objeto de homologação pelo STF. A partir de maio de 2018, os poupadores puderam aderir ao acordo por meio de ferramenta disponibilizada pela FEBRABAN. Em 12/03/2020, o acordo foi prorrogado por mais 30 (trinta) meses, conforme Aditivo firmado pelas entidades representativas das instituições financeiras e dos consumidores, sendo homologado pelo Plenário do STF, nos autos da ADPF 165, conforme acórdão publicado em 18/06/2020, e prorrogado por mais 30 (trinta) meses, em votação no Plenário Virtual do STF, finalizada no dia 16/12/2022, cujo acórdão foi publicado em 09/01/2023.



No que se refere às demandas que versam sobre expurgos inflacionários em depósitos judiciais, o Ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, após o reconhecimento da repercussão geral da matéria constitucional versada nos Recursos Extraordinários interpostos pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, União e FEBRABAN (RE nº 1.141.156/RJ), determinou a suspensão dos processos que tratem da matéria e que tramitam no território nacional, o que restou confirmado pelo Plenário do STF em 19/12/2019.

Quanto ao Plano Collor I incidente sobre o crédito rural, o Banco é parte passiva em ações nas quais os mutuários cobram a diferença entre o índice de correção monetária utilizado pelo Banco para atualizar os empréstimos e o que eles consideram correto. Sobre esse tema, em 04/12/2014, o STJ julgou o Recurso Especial (REsp) nº 1.319.232/DF, nos autos da Ação Civil Pública (ACP) nº 94.008514-1, onde foi imposta condenação solidária da União, do Banco Central do Brasil e do Banco do Brasil ao pagamento das diferenças apuradas entre o IPC de março de 1990 (84,32% ou o índice ponderado de 74,60% previsto no art. 6º da Lei nº 8.088/1990), e o BTN fixado em idêntico período (41,28%), corrigindo monetariamente os valores a contar do pagamento a maior, pelos índices aplicáveis aos débitos judiciais, acrescidos de juros de mora. A condenação ainda não transitou em julgado em razão da interposição de recursos extraordinários pelo Banco Central do Brasil, pela União e pelo Banco do Brasil.

Em 22/06/2021, o recurso extraordinário foi inadmitido, sendo interposto novo recurso pelo Banco direcionado à Corte Especial do STJ. Em 01/02/2023, a Corte Especial do STJ acolheu o recurso do Banco e determinou o processamento e a remessa do Recurso Extraordinário ao STF. Em 23/06/2023 esse recurso foi autuado sob o nº 1.445.162 e encontra-se pendente de julgamento. Em 10/02/2024, o Plenário do STF reputou a questão como constitucional e reconheceu a existência de repercussão geral da matéria (Tema nº 1.290/STF). Em decisão de 08/03/2024, o ministro relator do caso decretou a suspensão nacional do processamento de todas as matérias pendentes que tratem desse mesmo assunto, inclusive as liquidações e os cumprimentos provisórios da sentença coletiva relacionada à ACP Rural nº 94.008514-1.

Provisões para demandas cíveis, trabalhistas e fiscais – prováveis

O Banco constitui provisão para demandas trabalhistas, cíveis e fiscais com risco de perda “provável”, quantificada utilizando metodologia individualizada ou massificada, de acordo com a natureza e/ou valor do processo.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da administração da entidade, por meio da opinião dos assessores jurídicos com base nos elementos do processo, complementadas pela complexidade e pela experiência de demandas semelhantes.

A Administração do Banco considera ser suficiente a provisão constituída para atendimento às perdas decorrentes de demandas trabalhistas, fiscais e cíveis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Movimentações nas provisões para demandas cíveis, trabalhistas e fiscais, classificadas como prováveis

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2025
Demandas cíveis		
Saldo inicial	14.766.177	14.928.656
Constituição	2.271.900	2.300.535
Reversão da provisão	(640.171)	(659.614)
Baixa por pagamento	(860.858)	(865.043)
Atualização monetária e variação cambial	288.498	288.585
Saldo final	15.825.546	15.993.119
Demandas trabalhistas		
Saldo inicial	7.630.188	7.679.384
Constituição	705.847	708.258
Reversão da provisão	(104.227)	(108.582)
Baixa por pagamento	(552.419)	(552.911)
Atualização monetária e variação cambial	176.819	177.261
Saldo final	7.856.208	7.903.410
Demandas fiscais		
Saldo inicial	1.584.401	1.750.418
Constituição	154.046	161.444
Reversão da provisão	(75.396)	(78.266)
Baixa por pagamento	(81.253)	(81.253)
Atualização monetária e variação cambial	30.921	31.834
Saldo final	1.612.719	1.784.177
Total das demandas cíveis, trabalhistas e fiscais	25.294.473	25.680.706

Cronograma esperado de desembolsos

	Banco Múltiplo			Consolidado		
	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais
Até 5 anos	14.359.660	7.147.132	1.127.221	14.511.915	7.194.329	1.427.146
Acima de 5 anos	1.465.886	709.076	485.498	1.481.204	709.081	357.031
Total	15.825.546	7.856.208	1.612.719	15.993.119	7.903.410	1.784.177

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais tornam incertos o cronograma esperado de desembolsos.

Passivos contingentes - possíveis

As demandas cíveis, trabalhistas e fiscais são classificadas como passivos contingentes possíveis quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota, ficando dispensadas de constituição de provisão.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Demandas fiscais	16.143.292	17.005.092
Demandas cíveis	1.853.446	1.863.111
Demandas trabalhistas	74.971	75.041
Total	18.071.709	18.943.244

As principais discussões de perda possível se concentram na natureza fiscal, e estão detalhadas a seguir:

- (i) Compensações não homologadas – R\$ 3.989.661 mil: litígios referentes a créditos indicados à compensação apurados a partir da dedução dos impostos sobre a renda pagos no exterior;
- (ii) Contribuições Sociais – R\$ 3.482.903 mil: discute-se a incidência de encargos sociais sobre os valores pagos a título de Participação nos Lucros e Resultados, na forma da Lei nº 10.101/2000;
- (iii) ISSQN – R\$ 2.372.185 mil: discute-se a incidência de ISS sobre receitas diversas da instituição financeira;
- (iv) Contribuições Sociais – R\$ 1.017.820 mil: exigência de encargos sociais sobre o Auxílio-Alimentação e Refeição concedidos no âmbito do Programa de Alimentação do Trabalhador; e
- (v) Os demais assuntos são pulverizados.

Depósitos em garantia de recursos**Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências**

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Demandas Cíveis	19.790.471	19.838.154
Demandas Fiscais	9.666.660	10.470.503
Demandas Trabalhistas	8.484.477	8.512.702
Total	37.941.608	38.821.359

b) Resultado de provisões

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2025
Cíveis, fiscais e trabalhistas	(2.813.799)	(2.826.913)
Cíveis	(1.925.789)	(1.934.964)
Trabalhistas	(778.439)	(776.937)
Fiscais	(109.571)	(115.012)
Outras	(11.447)	(11.447)
Outras	(11.447)	(11.447)
Total	(2.825.246)	(2.838.360)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

22 – Tributos

a) Composição da receita (despesa) de IR e CSLL

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2025
Valores Correntes	(41.530)	(1.332.885)
IR e CSLL no país	(2.019)	(1.253.244)
Imposto de renda no exterior	(39.511)	(79.641)
Valores diferidos	1.848.561	1.923.300
Passivos fiscais diferidos	27.019	(60.426)
Operações de leasing – ajuste da carteira e depreciação incentivada	--	(14.148)
Marcação a mercado	893.736	815.336
Ajustes patrimoniais positivos de planos de benefícios	(488.237)	(488.237)
Lucros do exterior	(378.512)	(378.512)
Resultado não realizado (BB-BI)	--	5.135
Outros	32	--
Ativos fiscais diferidos	1.821.542	1.983.726
Diferenças temporárias	2.292.077	2.436.079
Prejuízos fiscais/bases negativas de CSLL	661	(13.675)
Marcação a mercado	(236.687)	(204.169)
Operações realizadas em mercados de liquidação futura	(234.509)	(234.509)
Total	1.807.031	590.415

b) Conciliação dos encargos de IR e CSLL

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2025
Resultado antes dos tributos e participações	5.857.268	7.820.474
Encargo total do IR (25%) e da CSLL (20%)	(2.635.771)	(3.519.213)
Encargos JCP	1.242.256	1.242.256
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	1.760.445	789.567
Participação de empregados no lucro	386.650	387.515
Outros valores ¹	1.053.451	1.690.290
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	1.807.031	590.415

1- Referem-se, principalmente, às receitas do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste – FCO.

c) Despesas tributárias

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2025
Cofins	(1.088.761)	(1.373.586)
ISSQN	(225.671)	(343.297)
PIS/Pasep	(177.041)	(233.906)
Outras	(55.836)	(222.634)
Total	(1.547.309)	(2.173.423)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Passivos fiscais diferidos

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Ajustes patrimoniais positivos de planos de benefícios	10.097.467	10.097.467
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	1.946.388	1.982.596
Decorrentes de lucros do exterior	378.512	378.512
Atualização de depósitos judiciais fiscais	134.144	134.144
Ajuste da carteira de leasing	--	99.227
Dependências no exterior	86.611	86.611
Outros	52.539	156.469
Total dos passivos fiscais diferidos	12.695.661	12.935.026
Imposto de Renda	6.555.165	6.757.937
Contribuição Social	5.244.789	5.266.516
Cofins	770.081	775.229
PIS/Pasep	125.626	135.344

e) Ativos fiscais diferidos (créditos tributários)

	Banco Múltiplo			
	01/01/2025 ¹	1º Trimestre/2025		31/03/2025
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Diferenças temporárias	72.659.187	12.096.273	(11.292.780)	73.409.002
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	48.258.231	7.775.104	(5.484.022)	50.495.635
Provisões passivas – fiscais e previdenciárias	665.549	86.751	(3.241)	749.059
Provisões passivas – outras	17.097.580	2.854.061	(2.537.100)	17.414.541
Ajustes patrimoniais negativos de planos de benefícios	498.439	--	--	498.439
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	4.209.237	1.377.775	(2.628.848)	2.958.164
Outras provisões	1.930.151	2.582	(639.569)	1.293.164
CSLL escriturada a 18% (MP nº 2.158/2001)	636.538	--	--	636.538
Prejuízo fiscal/Base negativa	192.920	661	--	193.581
Total dos ativos fiscais diferidos	73.488.645	12.096.934	(11.292.780)	74.239.121
Imposto de Renda	40.722.545	6.444.877	(5.860.563)	41.277.038
Contribuição Social	32.216.819	5.161.739	(4.675.701)	32.679.000
Cofins	434.920	421.779	(613.187)	243.512
PIS/Pasep	114.361	68.539	(143.329)	39.571

1 – Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

	Consolidado			
	01/01/2025 ¹	1º Trimestre/2025		31/03/2025
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Diferenças temporárias	74.578.241	12.271.361	(11.350.686)	75.498.916
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	48.352.603	7.834.713	(5.571.397)	50.615.919
Provisões passivas – fiscais e previdenciárias	665.571	86.751	(3.245)	749.077
Provisões passivas – outras	17.489.134	2.854.486	(2.419.968)	17.923.652
Ajustes patrimoniais negativos de planos de benefícios	498.439	--	--	498.439
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	4.353.130	1.385.607	(2.707.242)	3.031.495
Outras provisões	3.219.364	109.804	(648.834)	2.680.334
CSLL escriturada a 18% (MP nº 2.158/2001)	636.538	--	--	636.538
Prejuízo fiscal/Base negativa	252.681	--	(13.675)	239.006
Total dos ativos fiscais diferidos	75.467.460	12.271.361	(11.364.361)	76.374.460
Imposto de Renda	42.010.192	6.554.198	(5.927.350)	42.637.040
Contribuição Social	32.733.424	5.203.817	(4.676.638)	33.260.603
Cofins	578.354	440.746	(616.505)	402.595
PIS/Pasep	145.490	72.600	(143.868)	74.222

1 – Refere-se ao saldo inicial em 01/01/2025, ajustado para refletir os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

f) Ativos fiscais diferidos (créditos tributários - não ativados)

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Créditos tributários no exterior	901.481	1.139.605
Prejuízo fiscal/Base negativa	--	25.579
Diferenças temporárias	--	5.099
Total dos créditos tributários	901.481	1.170.283
Imposto de Renda	500.823	650.157
Contribuição Social	400.658	520.126

Expectativa de realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31/12/2024, sendo o valor presente apurado com base na taxa média de captação do Banco Múltiplo.

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	Valor Nominal	Valor Presente	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2025	16.736.231	7.175.171	18.050.735	7.337.971
Em 2026	11.793.445	10.192.795	11.936.249	10.305.420
Em 2027	11.756.957	9.661.739	11.896.976	9.764.197
Em 2028	5.850.749	4.588.138	5.877.977	4.606.825
Em 2029	4.692.080	3.509.839	4.699.813	3.514.503
Em 2030	6.206.341	4.425.911	6.213.179	4.429.700
Em 2031	4.269.393	2.902.541	4.275.503	2.905.653
Em 2032	4.202.154	2.723.513	4.206.946	2.725.759
Em 2033	112.492	69.506	116.088	70.847
Em 2034	139.226	82.010	445.464	211.981
Total de créditos tributários em 31/12/2024	65.759.068	45.331.163	67.718.930	45.872.856

No 1º trimestre/2025, observou-se a realização de créditos tributários no Banco Múltiplo no montante de R\$ 11.292.780 mil (R\$ 11.350.686 mil no Consolidado), correspondente a 67,48% da respectiva projeção de utilização para o período de 2025, que constava no estudo técnico elaborado em 31/12/2024.

A realização dos valores nominais de créditos tributários ativados, baseada em estudo técnico realizado pelo Banco em 31/12/2024, está projetada para 10 anos, nas seguintes proporções:

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar ¹	Diferenças temporárias ²	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar ¹	Diferenças temporárias ²
Em 2025	51%	32%	51%	31%
Em 2026	0%	24%	0%	21%
Em 2027	29%	16%	29%	24%
A partir de 2028	20%	28%	20%	24%

1 - Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes.

2 - A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).



23 – Patrimônio líquido

a) Valor patrimonial e valor de mercado por ação ordinária

	31/03/2025
Patrimônio líquido do Banco do Brasil	174.642.883
Valor patrimonial por ação (R\$) ¹	30,59
Valor de mercado por ação (R\$)	28,19
Patrimônio líquido consolidado	184.189.405

1 - Calculado com base no Patrimônio Líquido do Banco do Brasil.

b) Capital social

O capital social do Banco do Brasil, totalmente subscrito e integralizado, de R\$ 120.000.000 mil (R\$ 120.000.000 mil em 31/12/2024) está dividido em 5.730.834.040 ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal. A União Federal é a maior acionista, detendo o controle.

c) Instrumento elegível ao capital principal

Em 26/09/2012, o Banco do Brasil firmou Contrato de Mútuo com a União, na qualidade de instrumento híbrido de capital e dívida, no valor de até R\$ 8.100.000 mil, cujos recursos foram destinados ao financiamento agropecuário.

Desde a assinatura do termo aditivo, em 28/08/2014, a remuneração do referido instrumento é integralmente variável e os juros são devidos por períodos coincidentes com o exercício social do Banco, iniciando-se sua contagem em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Os juros relativos a cada exercício social são pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até 30 dias corridos, contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

O pagamento da remuneração é realizado apenas com recursos provenientes de lucros e reservas de lucros passíveis de distribuição no último período de apuração, sujeito à discricionariedade da Administração em realizá-lo. Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive sob a forma de juros sobre capital próprio) até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sido pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente.

Caso o saldo dos lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive a reserva legal, e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus eventuais prejuízos apurados quando do fechamento do balanço do exercício social, o Banco do Brasil estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a título de juros vencidos e o saldo de principal, nesta ordem, até o montante necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.

O instrumento não possui data de vencimento e poderá ser liquidado apenas em situações de dissolução da instituição emissora ou de recompras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. No caso de dissolução do Banco, o pagamento do principal e encargos da dívida ficará subordinado ao pagamento dos demais passivos. Em nenhuma hipótese haverá remuneração preferencial do instrumento, inclusive em relação a outros elementos patrimoniais classificados no Patrimônio de Referência.

Tendo em vista sua elegibilidade ao capital principal, em conformidade com a Lei nº 12.793, de 02/04/2013, e Resolução CMN nº 4.955/2021, para fins de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, o instrumento é reclassificado para o patrimônio líquido.

Conforme Comunicado ao Mercado, de 08 de abril de 2021, o Banco apresentou proposta de devolução do referido instrumento em sete parcelas anuais de R\$ 1 bilhão e uma parcela final de R\$ 1,1 bilhão, com base em cronograma compreendido entre julho/2022 e julho/2029. Em 29/07/2024, o Banco devolveu ao Tesouro Nacional o valor de R\$ 1 bilhão referente à terceira parcela, cuja liquidação antecipada foi autorizada pelo Bacen em 24/06/2024.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Reservas de capital e de lucros

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Reservas de capital	1.415.473	1.416.468
Reservas de lucros	78.861.843	78.325.478
Reserva legal	15.221.388	15.221.388
Reservas estatutárias	63.640.455	63.104.090
Margem operacional	58.730.447	58.030.718
Equalização de remuneração do capital	4.910.008	5.073.372

A reserva de capital destina-se, dentre outros, ao registro dos valores relativos a transações com pagamento baseado em ações ou outros instrumentos de capital a serem liquidados com a entrega de instrumentos patrimoniais, bem como do lucro apurado na alienação de ações em tesouraria.

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, a qual não excederá 20% do capital social.

A reserva estatutária para margem operacional tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações do Banco e é constituída em até 100% do lucro líquido, após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 80% do capital social.

A reserva estatutária para equalização de remuneração do capital assegura recursos para o pagamento dos dividendos, sendo constituída pela parcela de até 50% do lucro líquido após as destinações legais, inclusive dividendos, até o limite de 20% do capital social.

e) Lucro por ação

	1º Trimestre/2025
Lucro líquido (R\$ mil)	6.798.842
Número médio ponderado de ações (básico e diluído)	5.709.128.303
Lucro por ação (básico e diluído) (R\$)	1,19

f) Juros sobre o capital próprio/dividendos

Em conformidade com as Leis nº 9.249/1995, nº 9.430/1996 e com o Estatuto do Banco, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio, imputados ao valor dos dividendos.

Para atendimento da legislação de imposto de renda, bem como da contribuição social, os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido ajustado e limitados à variação, pro rata die, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor, sendo dedutíveis na apuração do lucro real.

Apresentamos os valores e o cronograma de pagamento dos juros sobre o capital próprio e dos dividendos:

2025	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre				
Juros sobre o capital próprio ¹	852.492	0,149	11/03/2025	21/03/2025
Juros sobre o capital próprio complementares ¹	1.908.077	0,334	02/06/2025	12/06/2025
Total destinado aos acionistas	2.760.569	0,483		
Juros sobre o capital próprio ¹	2.760.569	0,483		

1 – Valores sujeitos à retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, com exceção de acionistas comprovadamente isentos ou imunes.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

g) Conciliação do lucro líquido e do patrimônio líquido

	Lucro líquido	Patrimônio líquido
	1º Trimestre/2025	31/03/2025
Banco Múltiplo	6.798.842	174.642.883
Instrumento elegível a Capital Principal ¹	102.581	5.100.000
Resultado não realizado ²	(129.358)	(536.365)
Participação de não controladores	--	4.982.887
Consolidado	6.772.065	184.189.405

1 - Nas demonstrações contábeis individuais, o instrumento elegível a capital principal foi registrado no passivo e seus encargos financeiros reconhecidos como despesas de recursos de emissões de títulos e valores mobiliários. Nas demonstrações contábeis consolidadas, esse instrumento foi reclassificado para o patrimônio líquido (Notas 2.e e 23.c).

2 - Refere-se a resultados não realizados decorrentes de cessão de créditos do Banco do Brasil para a Ativos S.A.

h) Outros resultados abrangentes

	31/03/2025
Banco do Brasil	
Ativos financeiros ao valor justo	(3.976.356)
Hedge de investimentos no exterior	(75.832)
Variação cambial de investimentos no exterior	(9.571.453)
Ganhos/(Perdas) Atuariais - Planos de Benefícios	(5.701.461)
Controladas, coligadas e controladas em conjunto	
Ativos financeiros ao valor justo	(109.824)
Hedge de fluxo de caixa	(21.781)
Ganhos/(Perdas) Atuariais - Planos de Benefícios	1.128
Variação de participação no capital de coligadas/controladas	(996.543)
Outros resultados abrangentes	(229.450)
Total	(20.681.572)

i) Participação dos não controladores

	Lucro líquido	Patrimônio líquido
	1º Trimestre/2025	31/03/2025
BB Tecnologia e Serviços	4	72
Fundos de Investimento	1.909	230.147
Banco Patagonia S.A.	142.730	1.234.287
BB Seguridade S.A.	624.884	3.518.381
Participação dos não controladores	769.527	4.982.887

j) Participações acionárias (quantidade de ações)

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil em que os acionistas sejam titulares, direta ou indiretamente, de mais de 5% das ações:

Acionistas	31/03/2025	
	Ações	% Total
União Federal - Tesouro Nacional	2.865.417.084	50,0
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ	257.988.090	4,5
Ações em tesouraria ¹	22.443.879	0,4
Outros acionistas	2.584.984.987	45,1
Total	5.730.834.040	100,0
Residentes no país	4.395.384.627	76,7
Residentes no exterior	1.335.449.413	23,3

1 - Inclui, em 31/03/2025, 73.450 ações do Banco do Brasil mantidas na BB Asset.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil, de titularidade do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria:

	Ações ON ¹
	31/03/2025
Diretoria Executiva (Inclui a Presidente do Banco)	447.436
Conselho Fiscal	22.576
Comitê de Auditoria	4.030

1 - A participação acionária do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria representa aproximadamente 0,008% do capital do Banco.

k) Movimentação de ações em circulação/free float

	31/03/2025	
	Quantidade	% Total
Ações em circulação (free float) no início do período	2.842.288.271	49,6
Outras movimentações ¹	237.352	
Ações em circulação (free float) no fim do período ²	2.842.525.623	49,6
Total emitido	5.730.834.040	100,0

1 - Inclui as movimentações oriundas de Órgãos Técnicos e Consultivos.

2 - Não considera as ações em poder do Conselho de Administração e Diretoria Executiva. As ações detidas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ integram o montante de ações em circulação.

l) Ações em tesouraria

Demonstramos a seguir a composição das ações em tesouraria:

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/03/2025		31/03/2025	
	Ações	% Total	Ações	% Total
Ações em tesouraria	22.370.429	100,0	22.443.879	100,0
Recebidas em dação de pagamento (Fundo de Garantia para a Construção Naval – FGCN)	16.150.700	72,2	16.150.700	72,0
Programas de Recompra (ocorridos entre 2012 e 2015)	5.625.439	25,1	5.625.439	25,1
Programa de Remuneração Variável	594.164	2,7	667.614	3,0
Incorporações	126	--	126	--
Valor Contábil	(257.665)		(258.660)	



m) Pagamento baseado em ações

Programa de remuneração variável

O programa de remuneração variável do Banco do Brasil foi elaborado sob vigência da Resolução CMN nº 5.177, de 26/09/2024, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

O programa tem periodicidade anual, sendo estabelecido em função dos riscos e da atividade dos administradores e tem como pré-requisitos: a ativação do Programa de Participação nos Lucros e Resultados e o atingimento de lucro contábil pelo Banco do Brasil.

A apuração da remuneração variável tem como base indicadores que mensuram o atingimento das metas corporativas, da unidade e individuais, baseadas na Estratégia Corporativa do Banco do Brasil – ECBB para o período. O programa ainda determina que 50% da remuneração seja paga em espécie e que os demais 50% sejam pagos em ações.

A quantidade de ações do Banco do Brasil a ser destinada a cada participante é apurada mediante a divisão do valor líquido equivalente a 50% dos honorários a que fizer jus, a título de remuneração variável, pelo preço médio da ação na semana anterior à do pagamento. O preço médio é a média aritmética simples dos preços médios diários da semana anterior à do pagamento.

A distribuição da remuneração em ações ocorre de forma que 20% é imediatamente transferido para a titularidade do beneficiário e 80% é diferido.

Os efeitos no resultado do Programa de Remuneração Variável do Banco Múltiplo foram de R\$ 6.236 mil no 1º trimestre/2025.

A BB Asset, em decorrência da resolução supracitada, também aprovou política de remuneração variável para sua diretoria, adquirindo diretamente ações em tesouraria do Banco. Todas as ações adquiridas são BBAS3 e seu valor justo é o preço de mercado cotado na data de sua outorga.

Apresentamos o demonstrativo das ações adquiridas, sua distribuição e o respectivo cronograma de transferências:

	Total de Ações do Programa	Custo Médio	Ações Distribuídas	Ações a Distribuir	Cronograma Estimado de Transferências
Programa 2021					
	442.658	16,76	354.170	88.488	03/2026
Total de ações a distribuir				88.488	
Programa 2022					
	400.715	19,58	241.223	79.746	03/2026
				79.746	03/2027
Total de ações a distribuir				159.492	
Programa 2023					
	306.250	29,01	153.384	61.064	03/2026
				42.724	03/2027
				30.512	03/2028
				18.566	03/2029
Total de ações a distribuir				152.866	
Programa 2024					
	331.661	28,37	66.323	99.486	03/2026
				66.323	03/2027
				46.417	03/2028
				33.156	03/2029
				19.956	03/2030
Total de ações a distribuir				265.338	



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

24 – Receitas de prestação de serviços

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2025
Administração de fundos	1.523.625	2.496.756
Comissões de seguros, previdência e capitalização	87.862	1.488.783
Conta corrente	1.472.139	1.472.367
Taxas de administração de consórcios	--	817.544
Rendas de cartões	405.117	504.836
Cobrança	282.196	298.454
Arrecadações	248.517	240.755
Rendas do mercado de capitais	37.618	166.563
Operações de crédito e garantias prestadas	125.342	125.333
Tesouro Nacional e administração de fundos oficiais ¹	73.997	73.997
Interbancária	15.835	15.835
Outras	385.763	660.247
Total	4.658.011	8.361.470

1 - Inclui o montante de R\$ 11.068 mil no 1º Trimestre/2025 relativo às arrecadações de contribuições e tributos federais.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

25 – Despesas Administrativas

a) Despesas de pessoal

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2025
Proventos	(2.565.830)	(2.966.116)
Provisões administrativas de pessoal	(1.060.710)	(1.063.056)
Benefícios	(974.531)	(1.031.265)
Encargos sociais	(870.984)	(984.602)
Previdência complementar	(245.838)	(250.588)
Honorários de diretores e conselheiros	(10.750)	(15.322)
Treinamentos	(8.823)	(11.226)
Total	(5.737.466)	(6.322.175)

b) Outras despesas administrativas

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2025
Amortização	(635.855)	(637.871)
Depreciação	(401.117)	(434.115)
Processamento de dados	(535.242)	(409.974)
Serviços de vigilância e segurança	(349.934)	(358.150)
Aluguéis	(319.109)	(322.083)
Manutenção e conservação de bens	(330.801)	(226.389)
Programa de Desempenho Gratificado – PDG	(160.248)	(160.248)
Serviços técnicos especializados	(114.411)	(156.665)
Serviços do sistema financeiro	(117.121)	(148.610)
Serviços de terceiros	(207.521)	(136.970)
Comunicações	(110.225)	(127.389)
Água, energia e gás	(119.012)	(125.413)
Propaganda e publicidade	(102.117)	(111.159)
Promoções e relações públicas	(46.899)	(55.193)
Transporte	(23.223)	(39.075)
Viagem no país	(26.606)	(32.877)
Material	(3.086)	(6.779)
Outras	(116.597)	(142.385)
Total	(3.719.124)	(3.631.345)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

26 – Outras receitas e outras despesas

a) Outras receitas operacionais

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2025
Atualização de ativo atuarial	996.238	996.238
Atualização de depósitos em garantia	650.705	657.870
Recuperação de encargos e despesas	615.764	473.134
Atualização das destinações do superávit - Previ Plano 1 (Nota 28.f)	380.822	380.822
Operações com cartões	178.927	309.882
Clube de Benefícios BB	128.028	128.028
Receitas das empresas controladas não financeiras	--	68.675
Atualização de impostos a compensar	59.258	59.258
Reversão de provisões - despesas administrativas e de pessoal	36.251	36.251
Reversão de provisões - outras	16.740	25.502
Dividendos recebidos	167.461	21.301
Receitas decorrentes de condenações, custas e acordos judiciais	13.979	13.979
Rendas de títulos e créditos a receber	188	188
Outras	92.635	171.186
Total	3.336.996	3.342.314

b) Outras despesas operacionais

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2025
Operações com cartões	(539.475)	(598.210)
Serviços de terceiros	(306.570)	(417.347)
Bônus de relacionamento negocial	(409.465)	(409.465)
Atualização das obrigações atuariais	(334.893)	(334.893)
Descontos concedidos em renegociação	(261.372)	(261.372)
Despesas das empresas controladas não financeiras	--	(205.266)
Transporte de valores	(153.955)	(153.955)
Convênio INSS	(152.009)	(152.009)
Prêmio de seguro de vida - crédito direto ao consumidor	(131.041)	(131.041)
Remuneração pelas transações de correspondentes bancários	(109.509)	(109.509)
Autoatendimento	(92.773)	(92.773)
Falhas/fraudes e outras perdas	(41.632)	(45.953)
Despesa como arrendatários e subarrendatários	(12.774)	(27.409)
Outras despesas de provisões operacionais	(487)	(17.731)
Outras	(876.430)	(876.823)
Total	(3.422.385)	(3.833.756)



27 – Partes relacionadas

a) Pessoal-chave da administração

Custos com remuneração e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração do Banco do Brasil, formado pelos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	1º Trimestre/2025
Benefícios de curto prazo	15.709
Honorários e encargos sociais	8.086
Diretoria Executiva	8.033
Conselho de Administração	53
Remuneração variável (pecúnia) e encargos sociais	5.878
Outros ¹	1.745
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	109
Remuneração baseada em ações	15.137
Total	30.955

1 - Inclui a remuneração dos membros dos Comitês de Auditoria e de Riscos e de Capital que integram o Conselho de Administração, bem como contribuições patronais aos planos de saúde e previdência complementar, auxílio moradia, vantagens de remoção, seguro de vida em grupo, entre outros.

De acordo com a política de remuneração variável do Banco do Brasil, estabelecida em conformidade com a Resolução CMN nº 5.177/2024, parte da remuneração variável da Diretoria Executiva é paga em ações (Nota 23.m).

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal-chave da administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco.

b) Transações com partes relacionadas

O Banco possui política de transações com partes relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração e divulgada ao mercado. A política visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas envolvendo partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesse, sejam tomadas observando os interesses do Banco e de seus acionistas. A política se aplica a todos os colaboradores e administradores do Banco.

Dentre outras orientações, a política veda a realização de transações com partes relacionadas em condições diversas às de mercado ou que possam prejudicar os interesses da instituição. Sendo assim, as transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável e não envolvem riscos anormais de recebimento, conforme informações constantes em outras notas explicativas.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banco são eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas.

Dentre as transações realizadas pelo Banco com suas partes relacionadas, destacamos:

- transações bancárias, tais como aplicações em depósitos interfinanceiros, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, obrigações por empréstimos e repasses, prestação de serviços e de garantias, avais ou fianças;
- valores a receber do Tesouro Nacional referentes à equalização de taxa de juros de programas incentivados pelo Governo Federal, na forma da Lei nº 8.427/1992. A equalização de taxas, modalidade de subvenção econômica, representa o diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescido dos custos administrativos e tributários e os encargos cobrados do tomador final do crédito rural. O valor da equalização é atualizado pela Taxa Média Selic desde a sua apuração até o pagamento pelo Tesouro Nacional, que é realizado segundo programação orçamentária daquele órgão, conforme estabelece a legislação, preservando assim a adequada remuneração ao Banco;
- disponibilização dos sistemas internos para a Previ, para votações, processos seletivos e acesso a normas internas de interesse comum, o que gera uma economia de custos para ambas as partes envolvidas;



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

- d) contratos de comodato, onde o Banco figura basicamente como cessionário, utilizando-se dos espaços, principalmente, para instalação de terminais de autoatendimento, de postos de atendimento bancário e de agências, não representando volume significativo, uma vez que os contratos dessa natureza são realizados na maior parte com terceiros;
- e) disponibilização de estrutura para controladas e entidades patrocinadas, para desempenho de atividades operacionais mediante o ressarcimento dos custos e despesas apurados devido à utilização dos recursos humanos, materiais, tecnológicos e administrativos. O compartilhamento de estrutura visa obter ganho de eficiência operacional para o Conglomerado. No 1º Trimestre de 2025, foram ressarcidos custos e despesas provenientes do compartilhamento de estrutura no valor de R\$ 254.896 mil no Banco Múltiplo e R\$ 118.506 mil no Consolidado. Informações complementares, com relação à cessão de pessoal, constam da Nota 34.d – Cessão de empregados a órgãos externos;
- f) aluguéis de imóveis de propriedade de entidades patrocinadas para desempenho das atividades do Banco;
- g) aquisição de carteiras de operações de crédito cedidas pelo Banco Votorantim;
- h) cessão de créditos oriundos de operações baixadas como prejuízos para a Ativos S.A;
- i) contratação de serviços especializados da BB Tecnologia S.A. (BBTS) para assistência técnica especializada, digitalização e reprodução de documentos, telemarketing, cobrança extrajudicial, suporte e apoio a processos de negócios financeiros e não financeiros, monitoramento, supervisão e execução de atividades inerentes a equipamentos e ambientes, desenvolvimento, sustentação e teste de software, suporte e operação em data center, gerenciamento de mensagens eletrônicas de telefonia celular, outsourcing e monitoria de sistemas de segurança física e outsourcing de telefonia;
- j) valores a receber decorrente das honras solicitadas pelo Banco aos Fundos Garantidores, nos quais a União detém participação, conforme prazos e condições estabelecidos pelo regulamento de cada programa de garantia. Os Fundos Garantidores são instrumentos de natureza pública ou privada destinados a garantir projetos e operações de crédito, com a finalidade, dentre outras, de viabilizar empreendimentos estruturados do Poder Público e auxiliar a inclusão de pessoas físicas e jurídicas no mercado de crédito; e
- k) Garantias recebidas e prestadas e outras coobrigações, dentre elas o contrato de abertura de linha de crédito interbancário rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

Para 2025, o Banco e a Caixa Econômica Federal (CEF) assinaram contrato de abertura de crédito destinado à contratação de operações de crédito, no âmbito das áreas de habitação popular e demais operações habitacionais, no valor de até R\$ 1.180.000 mil.

As transações acima que envolvam valores são demonstradas adiante no quadro “Sumário das transações com partes relacionadas”, segregados por natureza e categoria de entidades relacionadas.

Algumas transações constam em outras notas explicativas: os recursos aplicados em títulos públicos federais estão relacionados na Nota 10; as informações referentes aos fundos públicos estão relacionadas nas Notas 19 e 20; e as informações referentes aos repasses e demais transações com entidades patrocinadas estão relacionadas na Nota 28.

O Banco instituiu a Fundação Banco do Brasil (FBB) que tem por objetivo promover, apoiar, incentivar e patrocinar ações nos campos da educação, cultura, saúde, assistência social, recreação e desporto, ciência e tecnologia e assistência a comunidades urbano-rurais. No 1º Trimestre de 2025, o Banco e suas subsidiárias realizaram contribuições para a FBB no valor de R\$ 923 mil.

c) Aquisição de carteiras de operações de crédito cedidas pelo Banco Votorantim

	1º Trimestre/2025
Cessão com retenção substancial de riscos e benefícios (com coobrigação)	204.940



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Sumário das transações com partes relacionadas

Apresentamos as transações realizadas com as partes relacionadas, segregadas nas seguintes categorias:

- a) Controlador: União (Tesouro Nacional e órgãos da administração direta do Governo Federal);
- b) Controladas: Empresas relacionadas na Nota 2.e;
- c) Coligadas e controladas em conjunto: Referem-se, principalmente, ao Banco Votorantim, Cielo, BB Mapfre Participações, Brasilprev, Brasilcap, Alelo, Cateno e Tecban;
- d) Pessoal-chave da administração: Conselho de Administração e Diretoria Executiva; e
- e) Outras partes relacionadas: Empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF e BNDES. Fundos do Governo: Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger. Além dessas, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

Banco Múltiplo	Controlador	Controladas	Coligadas e controladas em conjunto	Pessoal-chave da administração	Outras partes relacionadas	31/03/2025
Ativos	1.954.302	4.355.312	11.121.626	5.558	20.423.659	37.860.457
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	3.419.630	1.259.527	--	2.589.044	7.268.201
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	341	4.676	144.637	--	979.176	1.128.830
Carteira de crédito ¹	--	285.176	9.003.324	5.558	16.559.434	25.853.492
Outros ativos ²	1.953.961	645.830	714.138	--	296.005	3.609.934
Passivos	47.026.254	28.510.236	14.759.986	38.190	66.351.906	156.686.572
Recursos de clientes	3.542.867	164.649	608.536	2.707	10.448.964	14.767.723
Recursos de instituições financeiras	221	23.078.644	1.515.896	--	54.461.897	79.056.658
Recursos de emissões de títulos e valores	5.578.927	4.405	48.736	35.483	99.415	5.766.966
Outros passivos ³	37.904.239	5.262.538	12.586.818	--	1.341.630	57.095.225
Garantias prestadas e outras coobrigações	340.508	36.433	5.000.000	4.549	--	5.381.490
Demonstração do resultado	1º Trimestre/2025					
Receitas da intermediação financeira	1.536.246	407.505	270.589	286	528.822	2.743.448
Despesas da intermediação financeira	(54.177)	(746.507)	(13.096)	(917)	(1.094.105)	(1.908.802)
Receitas de prestação de serviços	23.569	8.790	207.704	--	159.010	399.073
Outras receitas	1.171	283.650	192.084	--	3.354	480.259
Outras despesas	(646.911)	(543.263)	(307.965)	--	(124.749)	(1.622.888)

1 - A carteira de crédito possui R\$ 33.068 mil de provisão para perdas associadas ao risco de crédito.

2 - As transações com o Controlador referem-se, principalmente, à equalização de taxas – safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional.

3 - Os saldos evidenciados na coluna "Coligadas e controladas em conjunto" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos às transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.

Consolidado	Controlador	Coligadas e controladas em conjunto	Pessoal-chave da administração	Outras partes relacionadas	31/03/2025
Ativos	1.954.302	14.602.449	5.558	20.527.860	37.090.169
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	1.259.527	--	2.589.044	3.848.571
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	341	178.439	--	1.083.377	1.262.157
Carteira de crédito ¹	--	9.003.324	5.558	16.559.434	25.568.316
Outros ativos ²	1.953.961	4.161.159	--	296.005	6.411.125
Passivos	41.926.255	20.875.410	38.190	66.351.906	129.191.761
Recursos de clientes	3.542.867	608.536	2.707	10.448.964	14.603.074
Recursos de instituições financeiras	221	1.515.896	--	54.461.897	55.978.014
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	478.928	48.736	35.483	99.415	662.562
Outros passivos ³	37.904.239	18.702.242	--	1.341.630	57.948.111
Garantias prestadas e outras coobrigações	340.508	5.000.000	4.549	--	5.345.057
Demonstração do resultado	1º Trimestre/2025				
Receitas da intermediação financeira	1.536.246	268.693	286	530.243	2.335.468
Despesas da intermediação financeira	(54.177)	(13.096)	(917)	(1.094.105)	(1.162.295)
Receitas de prestação de serviços	26.054	1.778.825	4	178.313	1.983.196
Outras receitas	1.171	254.250	--	3.354	258.775
Outras despesas	(544.330)	(307.965)	--	(125.576)	(977.871)

1 - A carteira de crédito possui R\$ 33.068 mil de provisão para perdas associadas ao risco de crédito.

2 - As transações com o Controlador referem-se, principalmente, à equalização de taxas – safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional.

3 - Os saldos evidenciados na coluna "Coligadas e controladas em conjunto" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos às transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

28 – Benefícios a empregados

O Banco do Brasil é patrocinador das seguintes entidades de previdência privada e de saúde complementar, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários:

	Planos	Benefícios	Classificação
Previ – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil	Previ Futuro	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
	Plano de Benefícios 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Informal	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
Cassi – Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Plano de Associados	Assistência médica	Benefício definido
Economus – Instituto de Seguridade Social	Prevmais ¹	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Regulamento Geral	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Regulamento Complementar 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Grupo B'	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS	Assistência médica	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS II	Assistência médica	Benefício definido
Fusesc – Fundação Codesc de Seguridade Social	Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC	Assistência médica	Benefício definido
	Multifuturo I ¹	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano de Benefícios I	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
SIM – Caixa de Assistência dos Empregados dos Sistemas Besc e Codesc, do Badesc e da Fusesc	Plano de Saúde	Assistência médica	Contribuição definida
Prevbep – Caixa de Previdência Social	Plano BEP	Aposentadoria e pensão	Benefício definido

1 – Planos cujos benefícios programados apresentam a conjugação das características das modalidades de contribuição definida e benefício definido, conforme escolha do participante. Os benefícios de risco pertencem à modalidade de benefício definido.

Número de participantes abrangidos pelos planos de benefícios patrocinados pelo Banco

	31/03/2025		
	N.º de participantes		
	Em atividade	Assistidos	Total
Planos de Aposentadoria e Pensão	87.708	121.841	209.549
Plano de Benefícios 1 – Previ	2.754	99.114	101.868
Plano Previ Futuro	74.850	4.623	79.473
Plano Informal	--	1.820	1.820
Outros Planos	10.104	16.284	26.388
Planos de Assistência Médica	89.304	105.420	194.724
Cassi	80.831	100.314	181.145
Outros Planos	8.473	5.106	13.579



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Contribuições do Banco para os planos de benefícios

	1º Trimestre/2025
Planos de Aposentadoria e Pensão	535.845
Plano de Benefícios 1 - Previ ¹	161.891
Plano Previ Futuro	275.153
Plano Informal	25.543
Outros Planos	73.258
Planos de Assistência Médica	562.726
Cassi	496.359
Outros Planos	66.367
Total	1.098.571

1 - Refere-se às contribuições relativas aos participantes amparados pelo Contrato 97 e ao Plano 1, sendo que essas contribuições ocorreram respectivamente através da realização do Fundo Paridade até 2018 e do Fundo de Utilização (Nota 28.f). O Contrato 97 tem por objeto disciplinar a forma do custeio necessário à constituição de parte equivalente a 53,7% do valor garantidor do pagamento do complemento de aposentadoria devido aos participantes admitidos no Banco até 14/04/1967 que tivessem se aposentado ou viessem a se aposentar após essa data, exceto aqueles participantes que fazem parte do Plano Informal.

Em 31/12/2024, as contribuições do Banco para os planos de benefício definido (pós-emprego) foram estimadas em R\$ 1.001.947 mil para os próximos 6 meses e R\$ 2.137.031 mil para os próximos 12 meses.

Valores reconhecidos no resultado

	1º Trimestre/2025
Planos de Aposentadoria e Pensão	662.045
Plano de Benefícios 1 - Previ	976.847
Plano Previ Futuro	(275.153)
Plano Informal	(26.583)
Outros Planos	(13.066)
Planos de Assistência Médica	(634.872)
Cassi	(571.640)
Outros Planos	(63.232)
Total	27.173

Informações detalhadas em relação aos planos de benefício definido constam na Nota 28.d.4.

a) Planos de aposentadoria e pensão**Previ Futuro (Previ)**

Plano destinado aos funcionários do Banco admitidos na empresa a partir de 24/12/1997. Os participantes ativos contribuem com 7% a 17% do salário de participação na Previ. Os percentuais de participação variam em função do tempo de empresa e do nível do salário de participação. Não há contribuição para participantes inativos. O patrocinador contribui com montantes idênticos aos dos participantes, limitado a 14% da folha de salários de participação desses participantes.

Plano de Benefícios 1 (Previ)

Participam os funcionários do Banco que nele se inscreveram até 23/12/1997. Os participantes, tanto os ativos quanto os aposentados, contribuem com um percentual entre 1,8% e 7,8% do salário de participação ou dos complementos de aposentadoria.

**Plano Informal (Previ)**

É de responsabilidade exclusiva do Banco do Brasil, cujas obrigações contratuais incluem:

- (a) pagamento de aposentadoria dos participantes fundadores e dos beneficiários dos participantes falecidos até 14/04/1967;
- (b) pagamento da complementação de aposentadoria aos demais participantes que se aposentaram até 14/04/1967 ou que, na mesma data, já reuniam condições de se aposentar por tempo de serviço e contavam com pelo menos 20 anos de serviço efetivo no Banco do Brasil; e
- (c) aumento no valor dos proventos de aposentadoria e das pensões além do previsto no plano de benefícios da Previ, decorrente de decisões judiciais e de decisões administrativas em função de reestruturação do plano de cargos e salários e de incentivos criados pelo Banco.

Prevmais (Economus)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa (incorporado pelo Banco do Brasil em 30/11/2009) inscritos a partir de 01/08/2006 e os participantes anteriormente vinculados ao plano de benefícios do Regulamento Geral que optaram pelo saldamento. O custeio para os benefícios de renda é paritário, limitado a 8% dos salários dos participantes. O plano oferece também benefícios de risco – suplementação de auxílio-doença/acidente de trabalho, invalidez e pensão por morte.

Regulamento Geral (Economus)

Plano do qual fazem parte os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa inscritos até 31/07/2006. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

Regulamento Complementar 1 (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. Oferece os benefícios de complementação do auxílio-doença e pecúlios por morte e por invalidez. O custeio do plano é de responsabilidade da patrocinadora, dos participantes e dos assistidos.

Grupo B' (Economus)

Grupo de funcionários e aposentados oriundos do Banco Nossa Caixa admitidos no período de 22/01 a 13/05/1974 e seus assistidos.

Plano Multifuturo I (Fusesc)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco do Estado de Santa Catarina – Besc (incorporado pelo Banco do Brasil em 30/09/2008) inscritos a partir de 12/01/2003 e os participantes anteriormente vinculados ao Plano de Benefícios I da Fusesc que optaram por este plano. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente entre 2% a 7% do salário de participação, conforme decisão contributiva de cada participante.

Plano de Benefícios I (Fusesc)

Voltado aos funcionários oriundos do Besc inscritos até 11/01/2003. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

Plano BEP (Prevbep)

Participam os funcionários oriundos do Banco do Estado do Piauí – BEP (incorporado pelo Banco do Brasil em 30/11/2008). Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

**b) Planos de assistência médica****Plano de Associados (Cassi)**

O Banco é contribuinte do plano de saúde administrado pela Cassi, que tem como principal objetivo conceder auxílio para cobertura de despesas com a promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde do associado e seus beneficiários inscritos. O Banco contribui mensalmente com importância equivalente a 4,5% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, além de 3% por dependente de funcionário da ativa (até três dependentes).

A contribuição mensal dos associados e beneficiários de pensão é de 4% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, coparticipação em alguns procedimentos, além de contribuição por dependente, seguindo as regras previstas no Estatuto da Cassi e no regulamento do plano.

Plano Unificado de Saúde – PLUS (Economus)

Plano dos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa, inscritos até 31/12/2000. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes (preferenciais e não preferenciais).

Plano Unificado de Saúde – PLUS II (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa, inscritos a partir de 01/01/2001. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes preferenciais e filhos maiores. O plano não prevê a inclusão de dependentes não preferenciais.

Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC (Economus)

Voltado para os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa lotados no estado de São Paulo. São titulares do plano os empregados aposentados por invalidez dos Grupos “B” (Regulamento Complementar 1) e “C” (Regulamento Geral) e os seus dependentes, que participam do custeio na medida de sua utilização e de acordo com tabela progressiva e faixa salarial.

Plano SIM Saúde (SIM)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Besc, além dos vinculados a outros patrocinadores (Badesc, Bescor, Fusc e a própria SIM). A contribuição mensal dos beneficiários titulares ativos é variável em função da faixa etária do beneficiário, devida por si e por seus dependentes, e a dos patrocinadores, em relação aos ativos e aos seus respectivos dependentes, também é variável em função da faixa etária. O plano prevê ainda, coparticipação sobre consultas, exames e atendimentos domiciliares, seguindo as regras previstas no regulamento do plano.

c) Fatores de risco

O Banco pode ser requerido a efetuar contribuições extraordinárias para as entidades patrocinadas, o que pode afetar negativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido do Banco.

Do ponto de vista do ativo, o risco atuarial está associado à possibilidade de perdas resultantes da flutuação (redução) no valor justo dos ativos do plano. Do ponto de vista do passivo atuarial, por sua vez, o risco está associado à possibilidade de perdas decorrentes da flutuação (aumento) no valor presente das obrigações atuariais dos planos da categoria Benefício Definido.

Os critérios utilizados para apuração da obrigação do Banco com o conjunto de Planos destas Entidades Patrocinadas incorporam estimativas e premissas de natureza atuarial e financeira de longo prazo, bem como aplicação e interpretação de normas regulamentares vigentes. Assim, as imprecisões inerentes ao processo de utilização de estimativas e premissas podem resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado, resultando em impactos negativos ao resultado das operações do Banco.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Avaliações atuariais

As avaliações atuariais são elaboradas semestralmente e as informações constantes nos quadros a seguir referem-se àquelas efetuadas na data base 31/12/2024.

d.1) Mudanças no valor presente das obrigações atuariais de benefício definido

	Plano 1 - Previ	Plano Informal - Previ	Plano de Associados - Cassi	Outros Planos
	Exercício/2024	Exercício/2024	Exercício/2024	Exercício/2024
Saldo inicial	(170.184.420)	(815.963)	(10.912.671)	(10.008.619)
Custo de juros	(16.805.251)	(76.667)	(1.094.779)	(998.629)
Custo do serviço corrente	(32.447)	--	(92.829)	(3.909)
Custo do serviço passado	--	(27.063)	--	--
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	16.486.575	126.081	951.818	947.416
Remensurações de ganhos/(perdas) atuariais	41.464.139	156.076	2.689.119	2.301.334
Ajuste de experiência	(3.502.836)	2.870	100.180	(104.183)
Alterações premissas biométricas/demográficas	(183.709)	(8.198)	26.623	5.705
Alterações premissas financeiras	45.150.684	161.404	2.562.316	2.399.812
Saldo final	(129.071.404)	(637.536)	(8.459.342)	(7.762.407)
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(129.071.404)	--	--	(7.714.673)
Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	--	(637.536)	(8.459.342)	(47.734)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.2) Mudanças no valor justo dos ativos do plano

	Plano 1 - Previ	Plano Informal - Previ	Plano de Associados - Cassi	Outros Planos ¹
	Exercício/2024	Exercício/2024	Exercício/2024	Exercício/2024
Saldo inicial	217.226.231	--	--	8.065.338
Receita de juros	22.067.980	--	--	845.192
Contribuições recebidas	1.355.345	126.081	951.818	494.002
Participantes	670.292	--	--	190.281
Empregador	685.053	126.081	951.818	303.721
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	(16.486.575)	(126.081)	(951.818)	(947.416)
Ganho/(perda) atuarial sobre os ativos do plano	(41.323.751)	--	--	(742.443)
Saldo final	182.839.230	--	--	7.714.673

¹ - Refere-se aos seguintes planos: Regulamento Geral (Economus), Prevmias (Economus), Regulamento Complementar 1 (Economus), Multifuturo 1 (Fusesc), Plano 1 (Fusesc) e Plano BEP (Prevbep).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.3) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	Plano 1 - Previ	Plano Informal - Previ	Plano de Associados - Cassi	Outros Planos
	31/03/2025	31/03/2025	31/03/2025	31/03/2025
1) Valor justo dos ativos do plano	182.839.230	--	--	7.714.673
2) Valor presente das obrigações atuariais	(129.071.404)	(637.536)	(8.459.342)	(7.762.407)
3) Superávit/(déficit) (1+2)	53.767.826	(637.536)	(8.459.342)	(47.734)
4) Superávit/(déficit) - parcela patrocinadora	26.883.913	(637.536)	(8.459.342)	(454.864)
5) Valores reconhecidos no resultado ¹	976.847	(26.583)	(307.601)	(11.312)
6) Valores recebidos dos fundos (Nota 28.f) ¹	161.891	--	--	--
7) Benefícios pagos ¹	--	25.543	232.321	74.639
8) Ativo/(passivo) atuarial líquido registrado (4+5+6+7) ²	28.022.651	(638.576)	(8.534.622)	(391.537)

¹ - Movimentações ocorridas após o relatório de avaliação atuarial de dezembro.² - Refere-se à parcela do patrocinador no superávit/(déficit).**d.4) Detalhamento dos valores reconhecidos no resultado relativos aos planos de benefício definido**

	Plano 1 - Previ	Plano Informal - Previ	Plano de Associados - Cassi	Outros Planos
	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2025
Custo do serviço corrente	(1.560)	--	(22.620)	(308)
Custo dos juros	(2.170.900)	(21.078)	(284.981)	(145.889)
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	3.149.307	--	--	134.886
Custo do serviço passado não reconhecido	--	(5.505)	--	--
Despesa com funcionários da ativa	--	--	(264.039)	(64.987)
(Despesa)/receita reconhecida na DRE	976.847	(26.583)	(571.640)	(76.298)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.5) Valores reconhecidos no patrimônio líquido

	Plano 1 – Previ	Plano Informal – Previ	Plano de Associados – Cassi	Outros Planos
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024
Saldo inicial	(5.208.015)	(155.684)	(1.679.860)	(750.441)
Ajustes de avaliação patrimonial	62.813	156.077	2.689.119	903.089
Efeitos fiscais	(29.872)	(70.235)	(1.210.103)	(408.349)
Saldo final	(5.175.074)	(69.842)	(200.844)	(255.701)

d.6) Perfil de vencimento das obrigações atuariais de benefício definido – Posição 31/12/2024

	Duration ¹	Pagamentos de benefícios esperados ²				
		Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Acima 3 anos	Total
Plano 1 (Previ)	8,01	16.747.157	16.431.337	16.156.235	314.704.982	364.039.711
Plano Informal (Previ)	5,53	123.043	111.168	100.489	934.800	1.269.500
Plano de Associados (Cassi)	9,25	1.045.971	1.026.996	1.008.148	27.651.499	30.732.614
Regulamento Geral (Economus)	7,87	744.486	738.552	731.400	13.779.205	15.993.643
Regulamento Complementar 1 (Economus)	9,74	3.839	4.038	4.273	137.885	150.035
Plus I e II (Economus)	10,81	53.520	55.581	57.573	2.477.590	2.644.264
Grupo B' (Economus)	7,04	25.430	25.140	24.808	372.894	448.272
Prevmais (Economus)	8,84	35.732	35.683	35.619	879.175	986.209
Multifuturo I (Fusesc)	8,42	9.452	9.433	9.399	208.113	236.397
Plano I (Fusesc)	6,63	54.437	53.055	51.548	686.963	846.003
Plano BEP (Prevbep)	8,29	8.296	8.241	8.182	171.092	195.811

1 - Duração média ponderada, em anos, da obrigação atuarial de benefício definido.
2 - Valores considerados sem descontar a valor presente.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.7) Composição dos ativos dos planos

	Plano 1 – Previ	Outros Planos
	31/12/2024	31/12/2024
Renda fixa	116.962.255	7.126.005
Renda variável ¹	48.013.582	131.446
Investimentos imobiliários	10.641.243	206.842
Empréstimos e financiamentos	5.210.918	154.238
Outros	2.011.232	96.142
Total	182.839.230	7.714.673
Montantes incluídos no valor justo dos ativos do plano		
Em instrumentos financeiros próprios da entidade	8.776.283	19.027
Em propriedades ou outros ativos utilizados pela entidade	1.225.023	32.032

1 - No plano 1 – previ, inclui o valor de R\$ 3.947.785 mil, referente a ativos não cotados em mercado ativo.

d.8) Principais premissas atuariais adotadas em cada período

	Plano 1 – Previ	Plano Informal – Previ	Plano de Associados – Cassi	Outros Planos
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024
Taxa de inflação (a.a.)	3,80%	3,89%	3,78%	3,80%
Taxa real de desconto (a.a.)	10,70%	10,86%	10,62%	10,72%
Taxa nominal de retorno dos investimentos (a.a.)	14,91%	--	--	14,92%
Taxa real de crescimento salarial esperado (a.a.)	0,77%	--	--	0,91%
Tábua de sobrevivência	BR-EMSsb-2015	BR-EMSsb-2015	BR-EMSsb-2015	AT-2000 / AT-2012 / RP 2000
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

O Banco, para definição dos valores relativos aos planos de benefício definido, utiliza métodos e premissas diferentes daqueles apresentados pelas entidades patrocinadas.

O pronunciamento técnico CPC 33 (R1) detalha a questão da contabilização assim como os efeitos ocorridos ou a ocorrer nas empresas patrocinadoras de planos de benefícios a empregados. Por sua vez, as entidades patrocinadas obedecem às normas emanadas do Ministério da Previdência Social por intermédio do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc. As diferenças mais relevantes concentram-se na definição dos valores relativos ao Plano 1 – Previ.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.9) Diferenças de premissas do Plano 1 – Previ – Posição 31/12/2024

	Banco	Previ
Taxa real de desconto (a.a.)	10,70%	4,75%
Avaliação de ativos		
Títulos públicos	Valor de Mercado	Custo Amortizado
Participações acionárias	Valor de Mercado	Valor Ajustado ¹
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado	Método Agregado

1 - A Previ, na metodologia de avaliação para o seu investimento na Litel, utiliza como referência o preço de fechamento da ação da Vale, principal ativo do grupo Litel, do penúltimo dia de cada mês.

d.10) Conciliação dos valores apurados no Plano 1 - Previ/Banco

	Ativos do Plano	Obrigações Atuariais	Efeito no Superávit/(Déficit)
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024
Valor apurado - Previ	208.935.680	(212.150.678)	(3.214.998)
Ajuste no valor dos ativos do plano ¹	(26.096.450)	--	(26.096.450)
Ajuste nas obrigações - taxa de desconto/regime de capitalização	--	83.079.274	83.079.274
Valor apurado - Banco	182.839.230	(129.071.404)	53.767.826

1 - Refere-se principalmente aos ajustes efetuados pelo Banco na apuração do valor justo dos investimentos na Litel e em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.

d.11) Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são baseadas na mudança em uma das premissas, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer, e as mudanças em algumas das premissas podem ser correlacionadas.

Os métodos utilizados na elaboração da análise de sensibilidade não se alteraram em relação ao período anterior, sendo observadas as atualizações nos parâmetros de taxa de desconto.

A tabela abaixo apresenta a análise de sensibilidade das premissas atuariais mais relevantes, demonstrando o aumento/(redução) nas obrigações dos benefícios definidos, com as variações razoavelmente possíveis para 31/12/2024.

	Taxa de Desconto		Expectativa de Vida		Crescimento Salarial	
	+0,25%	-0,25%	+1 ano	-1 ano	+0,25%	-0,25%
Plano 1 (Previ)	(2.028.803)	2.093.437	1.814.001	(1.869.736)	1.607	(1.604)
Plano Informal (Previ)	(7.052)	7.223	14.979	(15.033)	--	--
Plano de Associados (Cassi)	(118.160)	122.678	91.624	(93.245)	434	(426)
Regulamento Geral (Economus)	(93.676)	96.564	78.461	(81.958)	--	--
Regulamento Complementar 1 (Economus)	(949)	980	(1.891)	1.938	--	--
Plus I e II (Economus)	(12.665)	13.169	15.917	(15.680)	--	--
Grupo B' (Economus)	(2.646)	2.719	3.503	(3.653)	--	--
Prevmais (Economus)	(5.223)	5.400	1.155	(1.162)	689	(685)
Multifuturo I (Fusesc)	(1.322)	1.380	721	(754)	109	(102)
Plano I (Fusesc)	(4.947)	5.079	6.453	(6.620)	--	--
Plano BEP (Prevbep)	(1.126)	1.162	756	(794)	--	--



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Resumo dos ativos/(passivos) atuariais registrados no Banco

	Ativo Atuarial	Passivo Atuarial
	31/03/2025	31/03/2025
Plano 1 (Previ)	28.022.651	--
Plano Informal (Previ)	--	(638.576)
Plano de Associados (Cassi)	--	(8.534.622)
Regulamento Geral (Economus)	--	(70.719)
Regulamento Complementar 1 (Economus)	12.833	--
Plus I e II (Economus)	--	(604.731)
Grupo B' (Economus)	--	(187.620)
Prevmais (Economus)	185.505	--
Multifuturo I (Fusesc)	89.420	--
Plano I (Fusesc)	144.166	--
Plano BEP (Prevbep)	39.609	--
Total	28.494.184	(10.036.268)

f) Destinações do superávit do Plano 1 - Previ

	1º Trimestre/2025
Fundo de Utilização ¹	
Saldo inicial	12.026.025
Contribuição ao Plano 1	(161.891)
Atualização	380.822
Saldo final	12.244.956

1 - Constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação (oriundo do superávit do plano). Pode ser utilizado pelo Banco, como forma de reembolso ou como redução nas contribuições futuras, após cumpridas as exigências estabelecidas pela legislação aplicável. É corrigido pela meta atuarial (INPC + 4,75% a.a.).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

29 – Valor justo dos instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros, registrados em contas patrimoniais, comparados ao valor justo:

	31/03/2025	
	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos	2.335.147.013	2.325.627.797
Disponibilidades	28.366.355	28.366.355
Ativos financeiros	2.306.780.658	2.297.261.442
Depósitos no Banco Central do Brasil	114.515.317	114.515.317
Aplicações interfinanceiras de liquidez	363.560.837	363.524.043
Títulos e valores mobiliários	523.573.584	524.772.162
Instrumentos financeiros derivativos	8.376.767	8.376.767
Carteira de crédito	1.223.818.276	1.213.137.276
Outros ativos financeiros	72.935.877	72.935.877
Passivos financeiros	2.128.580.613	2.124.180.658
Recursos de clientes	864.972.382	864.187.710
Recursos de instituições financeiras	749.565.355	745.950.072
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	350.032.753	350.032.753
Instrumentos financeiros derivativos	5.098.161	5.098.161
Outros passivos financeiros	158.911.962	158.911.962

Metodologias de mensuração utilizadas para estimar o valor justo dos diferentes tipos de instrumentos financeiros

Disponibilidades: Os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial nessa rubrica equivalem a ativos de alta liquidez. Dessa forma, o valor contábil representa substancialmente o valor justo.

Ativos e passivos financeiros ao valor justo no resultado, ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes e demais ativos financeiros ao custo amortizado: Essas contas são constituídas basicamente por instrumentos de dívida e patrimônio e derivativos. Considerando o conceito de valor justo, caso não exista preço cotado em um mercado ativo disponível para um instrumento financeiro e também não seja possível identificar operações recentes com instrumento financeiro similar, o Banco define o valor justo de instrumentos financeiros com base em metodologias de avaliação normalmente utilizadas pelo mercado, como o método do valor presente obtido pelo fluxo de caixa descontado (para swaps, futuros e termo de moedas) e o modelo Black-Scholes (para opções).

De acordo com o método do valor presente de avaliação de instrumentos financeiros, os fluxos de caixa futuros projetados com base nos índices de rentabilidade dos instrumentos são descontados a valor presente considerando-se os prazos e curvas de desconto.

As curvas de rentabilidade consideradas dependem do ativo objeto da avaliação a valor justo, por exemplo: para títulos cuja rentabilidade é atrelada ao IPCA, utiliza-se a curva do IPCA mais o cupom praticado na data referente ao valor justo.

O modelo Black-Scholes é utilizado para avaliar as opções europeias. O preço da opção pode ser calculado a partir de uma fórmula 'fechada', sendo as variáveis de entrada diretamente observáveis em mercado.

O Banco do Brasil escolheu este modelo sem pagamento de dividendos para a obtenção tanto de prêmios de opções quanto das respectivas superfícies de volatilidade, devido a sua vasta utilização pelo mercado, e sendo frequentemente utilizado pelas bolsas de valores para o cálculo de preços de ajuste de opções europeias. Nas opções de compra que serão utilizadas para a obtenção da superfície, há equivalência entre os modelos americano e europeu, o que permite a utilização do modelo citado mesmo no caso de opções de compra do tipo americano.

As fontes primárias utilizadas para cada classe de ativos financeiros são as seguintes: títulos públicos (Anbima/Bacen), títulos privados (B3, SND – Sistema Nacional de Debêntures, Anbima e Cetip) e derivativos (B3, Broadcast e Reuters).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

As fontes alternativas de informações (fontes secundárias) funcionam em regime de contingência, na hipótese de não haver disponibilidade de informação nas fontes primárias ou uma situação de crise sistêmica, na ocorrência de falta de liquidez para determinados ativos ou classe de ativos e diferenças significativas entre informações de provedores de mercado. Como fonte alternativa é utilizada a Bloomberg e, em casos críticos de ausência de informação, poderão ser utilizadas informações dos servidores primários do dia anterior.

Depósitos no Banco Central do Brasil: Os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial nesse grupamento equivalem aproximadamente a seus valores justos.

Aplicações interfinanceiras de liquidez: O valor justo desse grupamento foi determinado mediante o desconto dos fluxos de caixa estimados adotando taxas de juros equivalentes às taxas atuais de contratação para operações similares. Esses ativos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros de captação) podem ser comparadas às taxas praticadas por outras instituições do mercado financeiro. Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo.

Por serem operações lastreadas por títulos, o apreçamento das operações compromissadas não considera no seu valor justo quaisquer mensurações de risco de crédito.

Derivativos: A apuração do valor justo dos derivativos é estimada de acordo com modelo de precificação interno, observadas as taxas divulgadas para operações com prazo e indexadores similares no último dia de negociação do exercício.

Carteira de crédito: O valor justo da carteira de crédito, para as operações pós-fixadas, em sua maioria, foi considerado como o próprio valor contábil, devido à equivalência entre eles. Para as operações remuneradas a taxas pré-fixadas de juros os fluxos de caixa futuros são calculados com base nas taxas de juros contratuais e datas de pagamento, enquanto o valor justo é determinado mediante o desconto desses fluxos de caixa estimados, adotando taxas de juros equivalentes às taxas atuais de contratação para operações similares.

O spread de risco de crédito é calculado por uma metodologia baseada no índice de perda esperada ponderado pelo prazo da operação. Além de índices de perdas e severidade observados nas várias linhas de crédito, esta metodologia também considera as informações do cliente no momento da contratação da operação, como o segmento de negócios ao qual pertence e o risco de crédito a ele atribuído.

Esses ativos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros) podem ser comparadas às taxas de juros praticadas por outras instituições do mercado financeiro. Essas taxas de juros embutem todos os custos e riscos (inclusive risco de crédito) inerentes ao ativo objeto do cálculo do valor justo, por exemplo: custo financeiro de captação de recursos, custos administrativos, impostos, perdas de crédito e ganho da instituição financeira.

Há também um grupo de produtos cujo valor contábil representa aproximadamente o seu valor justo. Esse grupo é composto por operações de crédito rotativo (por exemplo, cheque especial e crédito rotativo de cartões de crédito) ou com prazo igual ou inferior a um mês.

Recursos de clientes: O valor justo dos depósitos pré-fixados com vencimentos pré-estabelecidos é calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos prazos de vencimento são similares.

Esses passivos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros de captação) podem ser comparadas às taxas praticadas por outras instituições do mercado financeiro. Essas taxas embutem todos os custos e riscos inerentes ao passivo objeto do cálculo do valor justo, por exemplo: custo financeiro de oportunidade, custos administrativos, impostos e ganho da instituição financeira.

Para os depósitos pós-fixados e com vencimentos até 30 dias, o valor contábil é considerado aproximadamente o equivalente ao valor justo.

Recursos de instituições financeiras: O valor justo das obrigações por operações compromissadas com taxas pré-fixadas é determinado mediante o desconto de fluxos de caixa estimados adotando taxas de juros equivalentes às taxas atuais de contratação para operações similares.

Esses passivos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros de captação) podem ser comparadas às taxas praticadas por outras instituições do mercado financeiro.

Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis são considerados aproximadamente equivalentes ao valor



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

justo. Por serem operações lastreadas em títulos, os preços dos contratos de recompra não considera qualquer medição de risco de crédito em seu valor justo.

Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários: o valor justo é aproximadamente equivalente ao correspondente valor contábil.

Outros ativos e passivos financeiros: Os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial consolidado nos grupamentos outros ativos e outros passivos equivalem aproximadamente a seus valores justos.

a) Níveis de informação referentes a ativos e passivos mensurados a valor justo no Balanço

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 – são usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, o Banco estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

O Banco utiliza prioritariamente valores obtidos diretamente em mercado ativo, e, caso não haja tais dados, valores gerados com base em referência de mercado ou, em último caso, modelo que considera ativos semelhantes. Diariamente, o processo produtivo da geração de informações para marcação a mercado dos ativos financeiros do Banco é executado, sendo feita a verificação da existência ou não de preços transacionados em mercado para ativos em carteira.

Em referência a transferência entre níveis, para cada instrumento financeiro, analisa-se a liquidez de mercado e o valor justo. A política no momento do reconhecimento da transferência é a mesma para transferência entre os níveis.

O modelo utilizado tanto para a marcação a mercado quanto para a marcação a modelo de títulos privados é aplicado utilizando-se a hierarquia de dados de mercado, e todos estes instrumentos têm o seu modelo de avaliação definido a cada dia.

Caso um título privado apresente negócios em um determinado dia, o valor marcado a mercado será dado pelo preço médio de negócio realizado no dia. Entretanto, se o título privado não apresentar negócios no dia, é verificada a existência de preço indicativo divulgado pela Anbima ou, na falta deste, preço indicativo divulgado pela B3.

Caso não haja negócios e nem preços indicativos divulgados pela Anbima ou pela B3, o preço do título é calculado a partir de modelo matemático que considera a probabilidade de *default* associada a cada instrumento como o *spread* do risco de crédito.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no Balanço Consolidado

	31/03/2025	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	492.999.902	466.691.468	25.984.300	324.134
Aplicações interfinanceiras de liquidez (objeto de hedge)	2.857.136	--	2.857.136	--
Títulos e valores mobiliários ao valor justo por meio do resultado	7.040.373	4.110.477	2.823.373	106.523
Instrumentos financeiros derivativos	8.376.767	--	8.376.767	--
Títulos e valores mobiliários ao valor justo em outros resultados abrangentes	474.677.137	462.580.991	11.927.024	169.122
Carteira de crédito (objeto de hedge)	48.489	--	--	48.489
Passivos	9.484.241	--	9.484.241	--
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários (objeto de hedge)	4.386.080	--	4.386.080	--
Instrumentos financeiros derivativos	5.098.161	--	5.098.161	--

Não houve transferência entre o Nível 1 e o Nível 2 no período. Para os ativos avaliados no Nível 3, os ganhos, perdas, transferências entre níveis e o efeito das mensurações estão descritos no quadro abaixo.

Descrição	Valor Justo em 01/01/2025	Total de Ganhos e Perdas (Realizado/ Não Realizado)	Compras	Vendas/ Liquidações	Transferências do Nível 3	Transferências para o Nível 3	Valor Justo em 31/03/2025
Títulos e valores mobiliários ao valor justo por meio do resultado	34.798	69.295	--	(2)	--	2.432	106.523
Títulos e valores mobiliários ao valor justo em outros resultados abrangentes	294.129	3.037	--	--	(128.055)	11	169.122
Carteira de crédito (objeto de hedge)	46.193	2.296	--	--	--	--	48.489
Total	375.120	74.628	--	(2)	(128.055)	2.443	324.134

Para mensurações de Nível 3 na hierarquia de valor justo, foram utilizados os seguintes dados não observáveis:

Descrição	Técnicas de avaliação	Dados não observáveis
Ativo		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Fluxo de Caixa descontado	Spread de crédito calculado com base na probabilidade de default e na perda esperada do ativo.
Ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes	Fluxo de Caixa descontado	Spread de crédito calculado com base na probabilidade de default e na perda esperada do ativo.
Ativos financeiros ao custo amortizado	Fluxo de Caixa descontado	Spread de crédito calculado com base na probabilidade de default e na perda esperada do ativo.

Eventualmente, comparações entre dados não observáveis do Banco e valores com base em referências de mercado (ainda que com pouco ou nenhum registro de negócios), podem apresentar convergência pouco aceitável para alguns instrumentos, em especial ativos problemáticos, indicando potencialmente menor grau de liquidez de mercado.

Os casos mais recorrentes de ativos classificados como Nível 3 estão justificados pelos fatores de desconto utilizados e títulos privados cujo componente de risco de crédito é relevante. A taxa de juros de renovação das operações das carteiras é o dado não observável mais significativo usado na mensuração a valor justo dos instrumentos de Nível 3. Variações significativas nessa taxa de juros podem resultar em alterações significativas no valor justo.



30 – Gerenciamento de riscos e de capital

a) Risco de mercado e risco de taxa de juros na carteira bancária (IRRBB)

O risco de mercado reflete a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, de câmbio, dos preços das ações e dos preços de commodities.

O risco de taxa de juros na carteira bancária é conceituado como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Análise de sensibilidade

Método e objetivo da análise

O Banco realiza, trimestralmente, a análise de sensibilidade das exposições ao risco de taxas de juros de suas posições próprias, utilizando como método a aplicação de choques paralelos nas curvas de mercado dos fatores de risco mais relevantes. Tal método tem como objetivo simular os efeitos no resultado do Banco diante de cenários eventuais, os quais consideram possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas no mercado.

Pressupostos e limitações do método

A aplicação de choques paralelos nas curvas de mercado tem como pressuposto que os movimentos de alta ou de baixa nas taxas de juros ocorrem de forma idêntica, tanto para prazos curtos quanto para prazos mais longos. Como nem sempre os movimentos de mercado apresentam tal comportamento, este método pode apresentar pequenos desvios nos valores simulados.

Escopo, cenários de aplicação do método e implicações no resultado

O processo de análise de sensibilidade no Banco do Brasil é realizado considerando o seguinte escopo:

- (i) operações classificadas na carteira de negociação, composta basicamente por títulos públicos e privados mensurados a valor justo e instrumentos financeiros derivativos, sendo que os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes dos possíveis movimentos nas taxas de juros praticadas no mercado geram impacto direto no resultado do Banco ou no seu patrimônio líquido; e
- (ii) operações classificadas na carteira bancária, na qual os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes de mudanças nas taxas de juros praticadas no mercado, não afetam diretamente o resultado do Banco, tendo em vista que a referida carteira é composta, majoritariamente, por operações contratadas com o objetivo principal de coletar os respectivos fluxos de caixa contratuais – operações de crédito, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos públicos e privados mensurados ao custo amortizado – e cujo registro contábil é realizado com base nas taxas efetivas de juros das operações contratadas.

Para realização da análise de sensibilidade são considerados os cenários:

Cenário I: Choque de 100 basis points (+/- 1 ponto percentual), sendo considerada a maior perda por fator de risco.

Cenário II: Choque de +25% e -25%, sendo considerada a maior perda por fator de risco.

Cenário III: Choque de +50% e -50%, sendo considerada a maior perda por fator de risco.

Resultados da análise de sensibilidade

A tabela a seguir apresenta os resultados obtidos para a carteira de negociação e para o conjunto de operações registradas nas carteiras de negociação e bancária.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Análise de sensibilidade para a carteira de negociação e para a carteira de negociação e bancária

Fatores de risco / Exposição	31/03/2025		
	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Carteira de negociação			
Taxa pré-fixada	(56.393)	(194.328)	(381.428)
Cupons de taxas de juros	(1.417)	(5)	(11)
Cupons de índices de preços	(162.110)	(290.041)	(538.000)
Cupons de moedas estrangeiras	(392.317)	(457.919)	(957.280)
Total	(612.237)	(942.293)	(1.876.719)
Carteira de negociação e bancária			
Taxa pré-fixada	(21.120.987)	(68.440.000)	(125.712.699)
Cupons de taxas de juros	(9.132.653)	(24.487.835)	(52.658.444)
Cupons de índices de preços	(305.528)	(441.575)	(836.216)
Cupons de moedas estrangeiras	(3.563.477)	(1.700.180)	(3.492.525)
Total	(34.122.645)	(95.069.590)	(182.699.884)

b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Para fins de gestão de risco de liquidez, avaliamos o comportamento prospectivo de nossas carteiras de acordo com nossa composição de ativos e passivos.

Este risco assume duas formas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa. O primeiro corresponde à possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor. O segundo está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os pagamentos e recebimentos.

Gestão do risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez do BB segregava a liquidez em moeda nacional da liquidez em moedas estrangeiras. As visões gerenciais para gestão do risco de liquidez contribuem para a gestão adequada do risco nas jurisdições onde o Banco opera e nas moedas para as quais há exposição. Para tanto, são utilizados os seguintes instrumentos:

- projeções de liquidez: as projeções de liquidez em cenário base e de estresse permitem a avaliação prospectiva, em um horizonte temporal de 90 dias, do efeito do descasamento entre captações e aplicações, com objetivo de identificar situações que possam comprometer a liquidez do Banco. Adicionalmente, cabe mencionar que a projeção de liquidez em cenário base é utilizada como indicador no Plano de Recuperação do Banco;
- teste de estresse: o teste de estresse é realizado mensalmente a partir da projeção de liquidez, em cenário base e de estresse, frente à reserva de liquidez, avaliando se o volume potencial de medidas de contingência de liquidez (MCL) atende às necessidades de liquidez, quando a projeção em qualquer cenário ficar abaixo da reserva de liquidez;
- indicador de Exigência Máxima de Liquidez Intradia – EMLI (apenas para liquidez em moeda nacional): a EMLI é a maior diferença, ocorrida durante um dia útil, entre o valor dos pagamentos e recebimentos em qualquer momento do dia; e
- limites de risco: utilizados para garantir a manutenção do nível de exposição ao risco de liquidez nos patamares desejados pelo Banco. Os indicadores utilizados no processo de gestão de risco de liquidez são:
 - Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR);
 - Indicador de Liquidez de Médio e Longo Prazo (NSFR);



- Reserva de Liquidez;
- Colchão de Liquidez;
- Indicador de Disponibilidade de Recursos Livres (DRL); e
- Indicador de Concentração de Captações.

O Banco do Brasil possui Plano de Contingência de Liquidez – PCL, que consiste em um conjunto de procedimentos, estratégias e responsabilidades para identificar, administrar e reportar estado de estresse de liquidez do Banco do Brasil, de forma a assegurar a manutenção do fluxo de caixa e restaurar o nível de liquidez ao patamar desejado.

Os estados de estresse de liquidez são utilizados como parâmetro para acionamento do PCL e podem ocorrer quando a liquidez observada ficar abaixo da reserva de liquidez ou quando o indicador LCR ficar abaixo do limite estabelecido pela RAS (*Risk Appetite Statement*) vigente.

A estratégia para enfrentar o estado de estresse de liquidez consiste no acionamento das Medidas de Contingência de Liquidez (MCL), visando reestabelecer a Reserva de Liquidez ou o limite do indicador LCR.

Os instrumentos utilizados na gestão do risco de liquidez são reportados periodicamente ao Comitê Executivo de Gestão de Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital (CEGRC) e ao Comitê de Administração do Banco.

Análise do risco de liquidez

Os limites de risco de liquidez são utilizados para monitorar o nível de exposição ao risco de liquidez do Banco. O controle desses limites, que atuam de forma complementar na gestão do risco de liquidez de curto, médio e longo prazos do Banco, permitiu situação favorável da liquidez no período, sem necessidade de acionamento do plano de contingência de liquidez ou implementação de ações emergenciais no planejamento orçamentário que visem a adequação da liquidez estrutural.

Gerenciamento das captações

Os passivos passam a ser apresentados a partir das linhas de produtos, tornando o quadro mais intuitivo quanto à origem das fontes de recursos. Já a segregação em prazos foi alterada, levando-se em consideração a significância de valores e os critérios de distribuição e esgotamento de saldos no tempo, refletindo a metodologia interna, tornando a informação mais aderente à realidade observada para os instrumentos em questão.

A composição das captações representadas em saldos, a partir de uma ampla base de clientes, constitui elemento importante na gestão do risco de liquidez do Banco do Brasil.

As captações com maturidade definida que fazem parte da composição das fontes comerciais, representadas pelas emissões de Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) e de Letras de Crédito Imobiliário (LCI), independentemente do período de carência de 9 e 12 meses, respectivamente, têm disponibilidade diária para o poupador. Nesse caso, foi observado o comportamento de se respeitar os prazos contratuais, procedimento análogo ao adotado para os Depósitos a Prazo.

Já as operações compromissadas lastreadas em títulos e captações efetuadas pela Tesouraria do Banco são realizadas para a gestão de curto prazo da liquidez, enquanto, para a implementação de estratégias de mercado de capitais, as captações têm características de médio e longo prazos.

Por fim, não obstante para os produtos Depósitos à Vista, Depósitos Judiciais e Poupança observar-se permanência mais longa na composição de captações do BB, seus saldos foram alocados no primeiro vértice, conforme tabela a seguir.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Composição das captações

Passivo	31/03/2025						Part %
	Até 1 mês	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	
Dep. Prazo	15.943.935	18.644.395	7.052.051	197.786.467	3.032	239.429.880	12,9%
LCA	12.936.231	47.131.038	55.910.541	137.842.527	--	253.820.337	11,4%
LCI	283.419	1.102.165	1.376.567	12.406.491	--	15.168.642	1,9%
Poupança	212.279.692	--	--	--	--	212.279.692	12,1%
Dep. Vista	81.676.218	--	--	--	--	81.676.218	5,1%
Dep. Judicial	256.937.021	--	--	--	--	256.937.021	14,2%
Captações de Tesouraria	19.193.195	16.624.335	8.028.600	18.950.939	6.607.443	69.404.512	3,4%
Dep. Prazo fixo	3.016.149	1.588.656	672.888	7.107.112	--	12.384.805	0,7%
Outras captações comerciais	7.700.047	15.312	--	--	--	7.715.359	0,5%
Captações Comerciais ME	6.970.121	15.725.599	9.500.001	32.137.374	--	64.333.095	3,5%
Compromissadas	616.617.851	14.325.011	385.426	11.048.887	--	642.377.175	34,3%
Total	1.233.553.879	115.156.511	82.926.074	417.279.797	6.610.475	1.855.526.736	100,0%

Instrumentos financeiros derivativos

O Banco do Brasil realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para *hedge* de posições próprias para atendimento de necessidades de nossos clientes e para tomada de posições intencionais. A estratégia de *hedge* está em consonância com a política de risco de mercado e de liquidez e com a política de utilização de instrumentos financeiros derivativos aprovadas pelo Conselho de Administração.

O Banco conta com ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos e utiliza metodologias estatísticas e de simulação para mensurar os riscos de suas posições por meio de modelos de Valor em Risco, de análise de sensibilidade e de teste de estresse.

As operações com derivativos financeiros, com destaque para aqueles sujeitos a chamadas de margem e ajustes diários, são consideradas na mensuração dos limites de riscos de liquidez adotados no Banco e na composição dos cenários utilizados nos testes de estresse de liquidez realizados mensalmente.



c) Risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito do Banco é realizado com base nas melhores práticas de mercado e segue as normas de supervisão e de regulação bancária do Bacen. Sua estrutura tem por objetivo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco das exposições, além de garantir o aprimoramento contínuo da gestão.

A gestão do risco de crédito inclui o risco de crédito do tomador, de contraparte (RCC), o risco país, o risco soberano, o risco de transferência, o risco de conveniente (contratante por meio de convênio), o risco de concentração de crédito e a efetividade de instrumentos mitigadores ou de transferência de riscos utilizados nas exposições que geram os riscos designados.

Política de crédito

A política específica de crédito do Banco contém orientações de caráter estratégico que norteiam as ações de gerenciamento do crédito e do risco de crédito no Conglomerado. É aprovada pelo Conselho de Administração, revisada anualmente, aplicando-se a todos os negócios que envolvam risco de crédito e encontra-se disponível para todos os funcionários. Espera-se que as empresas controladas, coligadas e participações definam seus direcionamentos a partir dessas orientações, considerando as necessidades específicas e os aspectos legais e regulamentares a que estão sujeitas.

A política específica de crédito orienta sobre o gerenciamento contínuo, integrado e prospectivo do risco de crédito, compreende todas as etapas do processo de crédito, a gestão dos ativos sujeitos a esse risco, assim como o processo de cobrança e recuperação de créditos, inclusive daqueles realizados por conta e risco de terceiros.

Mecanismos de mitigação do risco de crédito

A utilização de instrumentos mitigadores do risco de crédito está declarada na política de crédito, presente nas decisões estratégicas e formalizada nas normas de crédito, atingindo todos os níveis da organização e abrangendo todas as etapas do gerenciamento do risco de crédito.

Na realização de qualquer negócio sujeito ao risco de crédito, o Banco adota, como regra geral, a vinculação de mecanismo que proporcione cobertura total ou parcial do risco incorrido. No gerenciamento do risco de crédito em nível agregado, para manter as exposições dentro dos níveis de risco estabelecidos pela Alta Administração, o Banco tem a prerrogativa de transferir ou compartilhar o risco de crédito.

As normas de crédito orientam as unidades operacionais de forma clara e abrangente, abordando, entre outros aspectos, a classificação, exigência, escolha, avaliação, formalização, controle e reforço de garantias, assegurando a adequação e suficiência do mitigador durante todo o ciclo da operação.

Sistemas de mensuração

A quantidade e a natureza das operações, a diversidade e a complexidade dos produtos e serviços e o volume exposto ao risco de crédito exigem que a mensuração do risco de crédito no Banco seja realizada de forma sistematizada. O Banco possui infraestrutura de bases de dados e de sistemas corporativos para efetuar a mensuração do risco de crédito de forma abrangente, avaliando, de forma prospectiva, o comportamento do portfólio sujeito ao risco de crédito considerado em diversos cenários, corporativamente definidos, inclusive estresse.

No Banco as estimativas de perda esperada (PE), associadas ao risco de crédito, consideram o ambiente macroeconômico, a probabilidade de que a exposição seja caracterizada como ativo problemático e a recuperação do crédito, incluindo concessões de vantagens, custos de execução e prazos. O processo de avaliação da carteira envolve diversas estimativas e julgamentos, com a observância de fatores que evidenciem uma alteração do perfil de risco do cliente, do instrumento de crédito e da qualidade das garantias que resultem em redução da estimativa de recebimento dos fluxos de caixa futuros.

O modelo adotado para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros é baseado no conceito de perda esperada de crédito, assim, todas as operações possuem perda esperada desde a sua origem, sendo acompanhadas à medida que a situação de risco de crédito se altera.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Deterioração do crédito

A perda esperada busca identificar as perdas que acontecerão nos próximos 12 meses ou que ocorrerão durante a vida da operação, considerando a visão prospectiva. Os instrumentos financeiros são avaliados em 3 estágios e sujeitos a análises quantitativas e qualitativas.

O estágio de enquadramento dos ativos é revisto sistematicamente e considera os processos de sensoriamento de risco do Banco, a fim de capturar mudanças nas características dos instrumentos e nas suas garantias que venham impactar a capacidade financeira do cliente.

A migração dos ativos financeiros entre estágios é sensibilizada após análises que resultem em agravamento ou atenuação do risco de crédito. Essas estimativas são baseadas em pressupostos de uma série de fatores e, por essa razão, os resultados reais podem variar, gerando futuros reforços ou reversões de perdas.

Outras informações sobre a metodologia de cálculo, premissas e valores quantitativos registrados a título de perda esperada associadas ao risco de crédito, podem ser obtidos nas Notas 3, 4, 9, 10, 12 e 13.

Cenários econômicos

A perda esperada busca identificar a expectativa das perdas em crédito, ao longo de um dado horizonte de tempo, que influenciam o valor dos seus ativos, numa visão prospectiva, para que a instituição constitua provisões para fazer frente a essas perdas. No cálculo das provisões de crédito para instrumentos financeiros, de acordo com a perda esperada, o Banco relaciona variáveis de risco sistêmico (variáveis macroeconômicas). A relação dessas variáveis torna a estimativa da perda esperada mais dinâmica, principalmente quando considera as condições macroeconômicas atuais.

Exposição máxima ao risco de crédito

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Ativos financeiros ao custo amortizado	1.658.466.548	1.701.849.465
Aplicações interfinanceiras de liquidez	361.657.016	363.560.837
Títulos e valores mobiliários	30.700.172	41.534.475
Carteira de Crédito	1.201.599.228	1.223.818.276
Outros ativos financeiros	64.510.132	72.935.877
Ativos financeiros ao valor justo no resultado	12.082.115	15.452.809
Instrumentos de dívida e patrimônio	3.705.423	7.076.042
Derivativos	8.376.692	8.376.767
Ativos financeiros ao valor justo em resultados abrangentes	464.376.268	474.963.067
Garantias financeiras prestadas e compromissos a liberar	218.610.941	221.281.615

Itens não registrados no balanço patrimonial

As operações não registradas no balanço patrimonial seguem os mesmos critérios de classificação de risco para operações de crédito típicas, impactam o limite de crédito dos clientes e se referem aos limites de crédito, ao crédito a liberar e às garantias prestadas.

Os limites de crédito são limites disponibilizados aos clientes, tais como cartão de crédito e cheque especial. Créditos a liberar são os desembolsos futuros relativos às operações de crédito contratadas, independentemente de serem ou não condicionados ao cumprimento pelo devedor de condições pré-especificadas.

As garantias prestadas são operações de aval ou fiança bancária, ou outra forma de garantia fidejussória, normalmente contratadas com clientes classificados como de baixo risco, cujo desembolso só é efetivado na ocorrência de eventual inadimplência do cliente junto ao seu credor, convertendo-se a exposição em operação de crédito.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Ativos recebidos em garantia

Tipo de Operações	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/03/2025		31/03/2025	
	Valor dos Ativos	Valor Justo das Garantias	Valor dos Ativos	Valor Justo das Garantias
Contratadas com Garantias	731.866.679	689.375.487	731.866.679	689.375.487
Produtor Rural	364.053.417	334.468.864	364.053.417	334.468.864
Pessoa Física	55.045.969	54.374.003	55.045.969	54.374.003
Financiamento de Veículos	3.141.094	3.023.556	3.141.094	3.023.556
Financiamento Imobiliário	46.156.127	45.923.321	46.156.127	45.923.321
Demais	5.748.748	5.427.126	5.748.748	5.427.126
Pessoa Jurídica	312.767.293	300.532.620	312.767.293	300.532.620
Atacado	90.280.874	88.954.165	90.280.874	88.954.165
Varejo/MPE	222.486.419	211.578.455	222.486.419	211.578.455
Contratadas sem garantias	180.991.816	--	180.991.816	--
Contratadas com outros mitigadores	288.740.733	--	310.959.781	--
Total	1.201.599.228		1.223.818.276	

As garantias vinculadas à carteira de crédito são apresentadas abaixo:

- (i) imóveis rurais (terrenos e edificações);
- (ii) imóveis urbanos – imóveis localizados em área urbana (casas, apartamentos, armazéns, galpões, edifícios comerciais ou industriais, lotes urbanos, lojas etc.);
- (iii) lavouras – colheita pendente dos produtos financiados (colheita de abacate, colheita de arroz, colheita de feijão etc.); quando se trata de produto perecível (hortaliças, frutas, flores etc.) são exigidas garantias complementares;
- (iv) móveis – bens que possam ser facilmente movidos ou removidos, e, caso fixados no solo, possam ser removidos sem qualquer dano à sua integridade material ou ao imóvel onde estão instalados (máquinas, equipamentos, veículos etc.);
- (v) recursos internalizados no Banco do Brasil – aplicações financeiras existentes no Banco (poupança, Certificado de Depósito Bancário – CDB, fundos de renda fixa etc.);
- (vi) pessoais – garantias fidejussórias (aval ou fiança, inclusive de fundos de aval a exemplo do Fundo de Garantia de Operações – FGO, Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas – Fampe, Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger etc.);
- (vii) produtos agropecuário-extrativos – produto agropecuário-extrativo, tais como: abacaxi, açaí, arroz, café, cacau, uva etc.;
- (viii) produtos industrializados – matéria-prima, mercadorias ou produtos industrializados (bobinas de aço, calçados, chapa de aço inox etc.);
- (ix) recebíveis – recebíveis representados por cartão de crédito, cobrança ou cheque custodiado;
- (x) semoventes – animais de rebanho (bovinos, suínos, ovinos, caprinos, equinos etc.);
- (xi) títulos e direitos – títulos de crédito ou direitos em garantia (Cédulas de Crédito Comercial – CCC, Cédulas de Crédito Industrial – CCI, Cédulas de Crédito à Exportação – CCE, Cédulas do Produtor Rural – CPR, cédulas rurais, recursos internalizados no Banco, recebíveis e outros documentos de crédito representativos de direitos creditórios decorrentes de serviços já prestados ou mercadorias entregues); e
- (xii) seguros de crédito – Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação – SBCE, Seguradora de Crédito do Brasil – Secreb etc.

Nas operações de crédito, é dada preferência às garantias que ofereçam alta liquidez à operação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

O valor justo das garantias corresponde ao valor efetivamente considerado para efeito de cobertura do saldo devedor da operação, após aplicação de determinado percentual de adiantamento sobre o valor do referido bem ou direito, conforme tabela a seguir:

Percentual de adiantamento de cobertura dos ativos recebidos em garantia

Ativo	% de cobertura
Direitos creditórios	
Recibo de depósito bancário	100%
Certificado de depósito bancário ¹	100%
Poupança	100%
Fundo de investimento de renda fixa	100%
Pledge Agreement – cash collateral ²	100%
Carta de crédito standby	100%
Outros direitos creditórios	80%
Fundos de aval	
Fundo de aval para geração de emprego e renda	100%
Fundo de aval às micro e pequenas empresas	100%
Fundo de garantia de operações	100%
Fundo garantidor para investimento	100%
Outros	100%
Fiança ou aval ³	100%
Seguro de crédito	100%
Pledge Agreement – securities ⁴	77%
Fundos offshore – BB Fund ⁵	77%
Semoventes bovinos ⁶	70%
Pledge Agreement – cash collateral ⁷	70%
Demais garantias ⁸	50%

1 – Exceto os que possuam contrato de swap.

2 – Mesma moeda da operação.

3 – Prestado por estabelecimento bancário que possua limite de crédito no Banco, com margem suficiente para amparar a coobrigação.

4 – Contrato de caução/cessão de recursos de clientes em títulos e papéis.

5 – Exclusivo ou varejo.

6 – Exceto em operações de Cédula do Produtor Rural (CPR).

7 – Celebrado em moeda diversa à das operações a serem amparadas e que não disponha de mecanismo de hedge cambial.

8 – Em função de determinadas características, imóveis, veículos, máquinas e equipamentos podem ser recebidos com percentuais de garantia mais elevados.

As garantias de direitos creditórios representadas por aplicações financeiras devem ser internalizadas no Banco e são bloqueadas pela Instituição, permanecendo assim até a liquidação da operação. O Banco poderá, por ocasião do vencimento da aplicação financeira, lançar mão da garantia para quitação dos saldos referentes às parcelas vencidas, independentemente de aviso ou notificação ao cedente/financiado.

Além de cláusulas de cessão de crédito ou cessão dos direitos creditórios, para vinculação dos mitigadores, o instrumento de crédito contém cláusula de reforço da garantia, para assegurar o percentual de cobertura pactuado na contratação da operação, durante todo o prazo da operação.

Concentração

As estratégias de gerenciamento do risco de crédito orientam as ações em nível operacional. As decisões estratégicas compreendem, entre outros aspectos, a materialização do apetite e tolerância ao risco do Banco do Brasil e o estabelecimento de limites de risco e de concentração. São considerados também os limites de concentração impostos pelo Banco Central do Brasil.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

O Banco possui sistemática de gerenciamento do risco de concentração da carteira de crédito. Além do acompanhamento dos indicadores de níveis de concentração de diferentes segmentos da carteira, apurados com base no Índice de Herfindahl-Hirshman, é avaliado o impacto da concentração na alocação de capital para o risco de crédito.

Carteira de crédito – Exposições por região geográfica

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Mercado interno	1.157.670.613	1.156.576.848
Sudeste	449.242.970	448.818.526
Sul	206.236.545	206.041.693
Centro-Oeste	242.137.707	241.908.936
Nordeste	172.516.924	172.353.931
Norte	87.536.467	87.453.763
Mercado externo	43.928.615	67.241.428
Total	1.201.599.228	1.223.818.276

As informações relativas às exposições por atividade econômica foram incluídas na Nota 12 – Carteira de crédito.

d) Risco operacional

É definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como a sanções em razão do descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Banco.

Com o objetivo de melhorar a eficiência na gestão dos riscos não financeiros, o risco operacional é composto pelas seguintes categorias gerenciais: risco de terceiros, risco legal, risco de conformidade, risco de segurança, risco de modelo, risco de conduta, risco cibernético e risco de TI. Esta composição permite a convergência de instrumentos de gestão como taxonomia e base de perdas, entre outros.

As categorias regulatórias do risco operacional (práticas inadequadas, práticas trabalhistas, fraudes e roubos externos, falhas de processos, interrupção das atividades, danos a ativos e pessoas, fraudes e roubos internos, falhas de sistemas e tecnologia) são constantemente acompanhadas, monitoradas e seus resultados reportados à Alta Administração do Banco.

Política Específica de Gerenciamento de Riscos e Capital

O Banco do Brasil define a política específica de gerenciamento de riscos e de capital, abrangendo direcionadores aplicáveis ao Risco Operacional, com objetivo de estabelecer as diretrizes relacionadas ao gerenciamento contínuo e integrado de riscos e de capital e de divulgação das informações sobre esses temas para o Conglomerado Prudencial, cujo escopo de consolidação é definido pela Resolução CMN nº 4.950/2021, resguardadas aquelas de natureza confidencial e proprietária. A definição da referida política observa a legislação e regulamentações aplicáveis e está baseada em melhores práticas de governança.

Em aderência aos requisitos da Resolução CMN nº 4.557/2017 a política permeia as atividades relacionadas ao gerenciamento do risco operacional, com objetivo de identificar, mensurar, avaliar, mitigar, controlar, monitorar, reportar e aprimorar o risco associado ao Conglomerado Prudencial e a cada instituição individualmente, bem como identificar e acompanhar os riscos associados às demais entidades controladas por seus integrantes ou das quais estes participem.

Ferramentas de Gestão e Monitoramento

O gerenciamento do risco operacional do Banco busca manter abordagem estruturada para o funcionamento de todas as atividades necessárias para que o risco se mantenha em níveis adequados à rentabilidade esperada dos negócios. Isso requer que os processos sejam revisados e atualizados regularmente, o que significa aprimorar continuamente a gestão.

Em relação às ferramentas de gestão do risco operacional, destaca-se a ferramenta SIM – Solução Imediata de Reclamações que tem agilizado a solução das reclamações de clientes, uma vez que o procedimento de análise e



contestação é realizado em ambiente único, com emissão automatizada de Termo de Compromisso preenchido, e crédito efetivado na conta do cliente imediatamente após o despacho para determinados valores.

Ademais, o acompanhamento sistemático dos eventos de perda operacional é realizado por intermédio da análise das informações constantes do Painel de Riscos, dentre elas o acompanhamento dos limites global e específicos e decisões do Comitê Executivo de Gestão de Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital – CEGRC. A partir do monitoramento dos limites estabelecidos, os gestores responsáveis pelo processo, produto ou serviço poderão ser acionados para esclarecer os motivos da extrapolação e propor ações de mitigação dos riscos.

O monitoramento das perdas operacionais, para produção dos devidos reportes, ocorre por intermédio da ferramenta Painel de Perdas Operacionais, o qual é acompanhado também pelas áreas gestoras de processos, sistemas, produtos ou serviços, com apuração mensal dos valores das perdas de acordo com o limite global de perdas operacionais e limites específicos de perdas operacionais.

e) Gerenciamento de capital

Objetivos e políticas:

A Resolução CMN nº 4.557/2017 define o escopo e os requisitos da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital para as instituições financeiras.

Em cumprimento à Resolução, o Conselho de Administração (CA) do Banco instituiu o Comitê de Riscos e de Capital (Coris) e definiu o Vice-presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos como o Chief Risk Officer (CRO), sendo responsável pelo gerenciamento de riscos e de capital.

A gestão de capital visa assegurar a solvência futura da Instituição concomitante à implementação das estratégias de negócios.

O gerenciamento de capital é realizado por meio de estrutura organizacional adequada à natureza das operações, à complexidade dos negócios e à dimensão da exposição aos riscos relevantes.

São definidas e documentadas estratégias para o gerenciamento de capital que estabelecem mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com a Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos (RAS).

Além disso, o Banco conta com políticas específicas, aprovadas pelo CA, que visam orientar o desenvolvimento de funções ou comportamentos, por meio de direcionadores estratégicos que norteiam as ações de gerenciamento de capital. Essas políticas específicas aplicam-se a todos os negócios que envolvam riscos e capital no Banco.

Elementos compreendidos pela gestão do capital:

Os planos estratégicos, as metas negociais e os orçamentos respeitam o apetite e tolerância a riscos e os indicadores de adequação de capital e de retorno ajustado a risco.

O Plano de Capital é elaborado de forma consistente com a estratégia negocial, buscando manter os indicadores de capital em níveis adequados. Esse Plano evidencia o planejamento de capital do Banco do Brasil e a avaliação prospectiva de eventual necessidade de aporte de capital.

A elaboração do Plano de Capital é referenciada nos direcionadores e limites constantes da Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos (RAS) e do Orçamento do Conglomerado Banco do Brasil (Orçamento BB), considerando que este representa a materialização das diretrizes da ECBB, do Plano Diretor (PD) e do Plano de Investimentos Fixos.

Os valores orçados devem corresponder às metas e objetivos definidos pela Alta Administração para o Conglomerado Banco do Brasil. Desta forma, premissas como o crescimento dos negócios, o crescimento do crédito em operações de maior rentabilidade, as restrições da atuação em segmentos de menor rentabilidade, entre outros, estão contidas no Orçamento BB.

Além disso, o Orçamento BB considera o cenário macroeconômico elaborado pela Unidade Tesouraria Global (Tesou) e a legislação aplicada ao Sistema Financeiro Nacional (SFN).

A revisão da ECBB e do PD resulta da aplicação de um conjunto de metodologias de planejamento estratégico, observadas as melhores práticas de mercado. Destaca-se que a revisão da ECBB e do PD ocorre de forma integrada ao processo orçamentário, à RAS e aos demais documentos da arquitetura estratégica, o que garante o alinhamento entre tais documentos, dando maior consistência interna ao processo de planejamento estratégico.

O Orçamento BB segue as diretrizes definidas na ECBB, respeita a RAS e visa atender aos pisos e tetos definidos nos indicadores aprovados no PD. O Orçamento BB possibilita a quantificação em valores financeiros dos objetivos



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

estratégicos definidos na ECBB.

A RAS é o documento estratégico que orienta o planejamento da estratégia de negócios, direcionando orçamento e capital para uma alocação sustentável e otimizada, de acordo com a capacidade da Instituição de assunção a riscos e de seus objetivos estratégicos, além de promover o entendimento e disseminação da cultura de riscos.

Esta declaração é aplicada ao Banco e considera potenciais impactos no capital do Conglomerado Prudencial Banco do Brasil. Espera-se que as Entidades Ligadas ao Banco do Brasil (ELBB) definam seus direcionadores a partir dessas orientações considerando necessidades específicas e aspectos legais e regulamentares a que estão sujeitas.

De acordo com o definido na RAS, o apetite a riscos é o nível máximo de risco que a Instituição aceita incorrer para atingir seus objetivos, materializado por indicadores que definam uma visão agregada da exposição a riscos. A tolerância, por sua vez, induz a gestão de riscos de forma mais granular, considerando o apetite definido.

A RAS define limites mínimos prudenciais que têm o objetivo de perpetuar a estratégia de reforço da estrutura de capital do Banco. Esses limites são estabelecidos acima do mínimo regulatório, representam o apetite a riscos do Banco e tem vigência a partir de janeiro de cada ano.

A meta de capital é o nível de capital desejado pelo Banco, por isso suas ações de gestão devem nortear-se por esse direcionador. As metas distinguem-se da tolerância e do apetite a riscos pelo fato de este último definir o nível a partir do qual a Instituição não aceita operar, devendo tomar medidas tempestivas para readequação, podendo acionar as medidas de contingência.

Integração:

Adotando postura prospectiva, o Banco avalia o estado de capital, incluindo a razão de alavancagem, classificado em Crítico, Alerta ou de Vigilância, em função do horizonte temporal que antecede ao prazo projetado para início do descumprimento dos limites mínimos prudenciais definidos pela Alta Administração e detalhados na RAS, conforme figura a seguir:

Indicadores de Capital e de Alavancagem		Quando as projeções indicarem prazo de descumprimento dos limites (em meses)					
		0 a 6	7 a 12	13 a 18	19 a 24	25 a 30	acima de 31
Apetite ¹	ICP Prudencial	CRÍTICO			ALERTA		VIGILÂNCIA
	ICN1 Prudencial	CRÍTICO		ALERTA		VIGILÂNCIA	
	IB Prudencial	CRÍTICO	ALERTA		VIGILÂNCIA		
	RA Prudencial	CRÍTICO		ALERTA		VIGILÂNCIA	

¹ nível máximo de risco que a Instituição aceita incorrer para atingir seus objetivos

A identificação dos estados de capital e alavancagem do Banco é de responsabilidade do Fórum de Capital e ocorre por meio do controle do Índice de Capital Principal (ICP), do Índice de Capital Nível I (ICN I), do Índice de Basileia Prudencial (IBP) e da Razão de Alavancagem (RA) projetados para o horizonte temporal de, no mínimo, 36 meses. Quando as projeções indicarem potencial descumprimento dos limites mínimos prudenciais (Apetite a Riscos), a Instituição terá tempo suficiente para promover alterações estratégicas que evitem a extrapolação, de acordo com os prazos definidos para cada indicador.

A avaliação da suficiência do capital mantido pelo Banco contempla horizonte temporal de 3 anos e considera (i) os tipos de riscos e respectivos níveis a que a Instituição está exposta e disposta a assumir; (ii) a capacidade de a Instituição gerenciar riscos de forma efetiva e prudente; (iii) os objetivos estratégicos da Instituição; e (iv) as condições de competitividade e o ambiente regulatório em que atua.

Em observância ao disposto na Circular Bacen nº 3.846/2017, essa análise também faz parte do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap) e deve abranger, no mínimo:

I – a avaliação e a mensuração da necessidade de capital para cobertura dos riscos de crédito (inclui o risco de concentração e de crédito da contraparte), de mercado, de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB) e operacional;

II – a avaliação da necessidade de capital para cobertura dos demais riscos relevantes a que a Instituição está exposta, considerando, no mínimo, os riscos de estratégia, de reputação e socioambiental;

III – a avaliação da necessidade de capital em função dos resultados do programa de testes de estresse; e

IV – a descrição das metodologias e premissas utilizadas na avaliação e mensuração da necessidade de capital.



O Icaap, implementado no Banco do Brasil em 30/06/2013, segue o disposto na Resolução CMN nº 4.557/2017. No Banco, a responsabilidade pela coordenação do Icaap foi atribuída à Diretoria Gestão de Riscos. Por sua vez, a Diretoria de Controles Internos é a responsável institucional pela validação do Icaap. Por fim, a Auditoria Interna detém a responsabilidade institucional por avaliar anualmente o processo de gerenciamento de capital.

Processos:

O gerenciamento de capital é um processo contínuo de planejamento, avaliação, controle e monitoramento do capital. Subsidiaria a Alta Administração na tomada de decisões que levam a Instituição a adotar postura capaz de absorver eventuais perdas decorrentes dos riscos nos negócios ou de alterações no ambiente financeiro.

São realizadas simulações de capital, integrando os resultados dos testes de estresse de riscos e de negócios, baseados em cenários macroeconômicos e/ou idiossincráticos. Os testes de estresse são realizados periodicamente e seus impactos são avaliados sob a ótica de capital.

É realizado acompanhamento mensal das variáveis utilizadas na elaboração do Plano de Capital decorrente da revisão do comportamento projetado na elaboração do Orçamento BB, com base nos números observados, nas expectativas de mercado e na dinâmica dos negócios. Os desvios relevantes são apresentados e discutidos, pelas diretorias participantes do processo, nas reuniões mensais do Fórum de Capital.

Os relatórios gerenciais de adequação de capital são reportados para as áreas e para os comitês estratégicos intervenientes, constituindo-se em subsídio para o processo de tomada de decisão pela Alta Administração do Banco.

A adoção de postura prospectiva, mediante a realização de avaliações contínuas da necessidade de capital, viabiliza a identificação, de forma proativa, de eventos com probabilidade não nula de ocorrência ou de mudanças nas condições do mercado que possam exercer efeito adverso sobre a adequação de capital, inclusive em cenários de estresse.

f) Índice de Basileia

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

O conjunto normativo referente às recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras é conhecido por Basileia III.

O capital regulamentar é dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido dos ajustes prudenciais) e Capital Complementar.

Para a apuração da exigência de manutenção de capital, são exigidos requerimentos mínimos de PR, de Nível I, de Capital Principal e de Adicional de Capital Principal (ACP).

Seguem os ajustes prudenciais considerados na apuração do Capital Principal:

- ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura;
- ativos intangíveis;
- ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- investimentos significativos (superiores a 10% do capital social) em: entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas; sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar; e instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen que não componham o Conglomerado Prudencial;
- participação de não controladores;
- créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido;
- valor da diferença a menor entre o valor provisionado e o montante dos ajustes resultantes da avaliação prevista na Resolução CMN nº 4.277/2013.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Em 28/08/2014, o Instrumento Híbrido de Capital e Dívida no valor atual de R\$ 5.100.000 mil (R\$ 6.100.000 mil até junho/2024), foi autorizado pelo Banco Central do Brasil a integrar o Capital Principal, na condição de elemento patrimonial, conforme descrito na Nota Explicativa 23.c.

A Resolução CMN nº 5.199/2024 alterou a Resolução CMN nº 4.955/2021 e incluiu no cálculo do Capital Principal o valor absoluto do ajuste negativo registrado no patrimônio líquido, decorrente da aplicação em 1º de janeiro de 2025, dos critérios de constituição de provisão para perdas esperadas previstos na Resolução CMN nº 4.966/2021, observados os percentuais abaixo:

- I – 75%, até 31 de dezembro de 2025;
- II – 50%, até 31 de dezembro de 2026;
- III – 25%, até 31 de dezembro de 2027; e
- IV – 0%, a partir de 1º de janeiro de 2028.

De acordo com as Resoluções CMN nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021, a apuração do PR e do montante do RWA deve ser elaborada em bases consolidadas do Conglomerado Prudencial.

	31/03/2025
PR - Patrimônio de Referência	190.119.483
Nível I	178.384.724
Capital Principal (CP)	147.483.512
Patrimônio líquido	175.341.962
Instrumento elegível a Capital Principal	5.100.000
Ajuste decorrente da aplicação da Resolução CMN n.º 5.199/2024	8.018.074
Ajustes Prudenciais	(40.976.524)
Capital Complementar	30.901.212
Letra financeira subordinada perpétua (Nota 19.c)	21.118.800
Bônus perpétuos (Nota 19.c)	9.782.412
Nível II	11.734.759
Dívidas subordinadas elegíveis a capital (normas anteriores à Basileia III) – Recursos captados do FCO (Nota 19.c) ¹	11.734.759
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.344.672.869
Risco de Crédito (RWACPAD)	1.094.138.048
Risco de Mercado (RWAMPAD)	32.944.815
Risco Operacional (RWAOPAD)	217.590.006
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) ²	107.573.829
Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PR-PRMR) ³	82.545.653
Índice de Capital Nível I (Nível I/RWA) ³	13,27%
Índice de Capital Principal (CP/RWA) ³	10,97%
Índice de Basileia (PR/RWA) ³	14,14%

1 - Em cumprimento ao disposto no artigo 31 da Resolução CMN n.º 4.955/2021, em 2025, os saldos do FCO correspondem à aplicação do limitador de 40% (50% em 2024) ao montante computado no Nível II em 30/06/2018.

2 - Em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.958/2021, corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a 8%.

3 - Valores oriundos do DLO (Demonstrativo de Limites Operacionais).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Ajustes prudenciais deduzidos do Capital Principal:

	31/03/2025
Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados	(15.423.884)
Ativos intangíveis	(11.557.266)
Investimentos significativos e créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam da geração de lucros (excesso dos 15%)	(9.832.299)
Investimentos significativos (excesso dos 10%) ¹	(1.340.396)
Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam da geração de lucros (excesso dos 10%)	(1.117.921)
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido	(866.987)
Participação de não controladores ²	(830.758)
Valor da diferença a menor entre o valor provisionado e o montante dos ajustes resultantes da avaliação prevista na Resolução CMN n.º 4.277/2013	(5.663)
Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	(1.350)
Total	(40.976.524)

1 - Refere-se, principalmente, a investimentos significativos em assemelhadas a instituições financeiras e em instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, não consolidadas, em sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar.

2 - A dedução da participação dos acionistas não controladores corresponde à aplicação do §1º, artigo 10 da Resolução CMN nº 4.955/2021.

g) Limite de imobilização e margem

	31/03/2025
Situação do limite de imobilização	16,47%
Margem em relação ao limite de imobilização	63.741.812

Conforme definido pelo Bacen, a situação do limite de imobilização indica o percentual de comprometimento do Patrimônio de Referência com o ativo permanente ajustado. O limite é de 50%, conforme determina a Resolução CMN nº 4.957/2021.

A margem se refere à diferença entre o limite de 50% do Patrimônio de Referência e o total de imobilizações.

h) Indicadores regulatórios versus indicadores observados

A exigência mínima regulatória, conforme determinado pela Resolução CMN nº 4.958/2021, para os indicadores de capital, bem como os valores observados no Banco, constam no quadro a seguir:

	Regulatório	31/03/2025
Índice de Capital Principal (ICP) ¹	8,00%	10,97%
Índice de Capital Nível 1 (ICN1) ¹	9,50%	13,27%
Índice de Basileia (IB) ¹	11,50%	14,14%
Situação do limite de imobilização	Até 50%	16,47%

1 - Inclui os adicionais de capital principal de conservação, contracíclico e sistêmico

Em 31/03/2025, observa-se o cumprimento dos indicadores regulatórios. O Banco, por meio das estratégias de gerenciamento de capital já elencadas, visa superar os indicadores mínimos regulatórios, mantendo-os em patamares capazes de perpetuar a estratégia de reforço da estrutura de capital do Banco. Dessa forma, o Banco define os limites mínimos prudenciais de indicadores de capital e a meta de capital principal a serem atingidos em cada período.

i) Instrumentos elegíveis a capital

Os instrumentos elegíveis a capital estão descritos nas Notas Explicativas 19.c e 23.c.

Para as letras financeiras subordinadas vigentes até a presente data, existem as seguintes possibilidades, conforme definido em suas emissões:

- 1) na modalidade perpétua, há opção de recompra ou resgate, atentando para os seguintes requisitos:



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

- a. intervalo mínimo de cinco anos entre a data da emissão e a primeira data de exercício de opção de recompra ou resgate;
- b. o exercício de opção de recompra ou resgate está condicionado, na data do exercício, à autorização do Banco Central do Brasil;
- c. inexistência de características que acarretem a expectativa de que a opção de recompra ou resgate será exercida, constituindo-se faculdade da Emitente; e
- d. o intervalo entre as datas de exercício das opções deve ser de, no mínimo, 180 dias.

Para os títulos emitidos no exterior não há, até o momento, possibilidade de o detentor do título solicitar a recompra ou o resgate, total ou parcial. Os fluxos de caixa esperados ocorrerão quando do pagamento de cupom ou no exercício da opção de recompra pelo Banco, conforme aplicável.

O Instrumento elegível ao Capital Principal não possui data de vencimento e poderá ser liquidado apenas em situações de dissolução da instituição emissora ou de recompras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. Os fluxos de caixa esperados ocorrem apenas pelo pagamento dos juros remuneratórios anuais ou na eventual devolução do principal.

Conforme Comunicados ao Mercado, de 08 de abril de 2021 e de 16 de dezembro de 2021, o cronograma para devolução do referido instrumento estabeleceu sete parcelas anuais de R\$ 1 bilhão e uma parcela final de R\$ 1,1 bilhão, entre julho/2022 e julho/2029. Dessa forma, em cumprimento ao cronograma e com base em autorização do Bacen e despacho do Ministério da Fazenda, o Banco procedeu a devolução da terceira parcela de R\$ 1 bilhão à União, em julho/2024, remanescendo o saldo de R\$ 5,1 bilhões.

Em relação à dinâmica do FCO, os fluxos mensais contemplam, de um lado, as entradas/origens, como os repasses do Tesouro Nacional decorrentes da arrecadação de impostos (efetuados a cada decêndio do mês), retornos originários de pagamentos de operações de crédito e remuneração sobre os recursos disponíveis e, de outro lado, as saídas, como os ressarcimentos de bônus de adimplência/rebate, as despesas de auditoria, de del credere e de provisão. A utilização dos recursos do FCO como instrumento elegível a capital obedece aos limites estabelecidos no art. 31 da Resolução CMN nº 4.955/2021.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

31 - Transferência de ativos financeiros

No curso de suas atividades, o Banco efetua transações que resultam na transferência de ativos financeiros, representados principalmente por instrumentos de dívida, instrumentos de patrimônio e empréstimos a clientes. Ao aplicar a prática contábil para a transferência de ativos financeiros, o Banco avalia o nível de envolvimento contínuo com os ativos transferidos para determinar se continua o seu reconhecimento na totalidade, na extensão da continuidade do seu envolvimento ou se realiza a baixa do ativo financeiro transferido.

As transações de transferências de ativos financeiros realizadas pelo Banco são representadas principalmente pela venda de títulos e valores mobiliários com compromisso de recompra e pela cessão de carteiras de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios, cujos passivos associados estão registrados em Recursos de instituições financeiras.

Ativos financeiros transferidos e ainda reconhecidos no balanço patrimonial e seus respectivos passivos associados

	31/03/2025	
	Ativos financeiros transferidos	Passivos associados
Ativos financeiros vinculados ao compromisso de recompra		
Ativos financeiros ao custo amortizado – Títulos e valores mobiliários ¹	18.564.903	18.561.264
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	322.305.686	313.031.390
Total	340.870.589	331.592.654

1 – Inclui o saldo de R\$ 16.880.914 mil referente a Títulos com característica de concessão de crédito.

Ativos financeiros transferidos e ainda reconhecidos no balanço patrimonial cujos passivos associados são recursos apenas para os ativos transferidos

	31/03/2025	
	Valor contábil	Valor Justo
Operações de crédito cedidas com coobrigação¹		
Ativos financeiros transferidos	102.025	102.025
Passivos financeiros associados	102.123	102.123
Posição líquida	(98)	(98)

1 – Os ativos financeiros transferidos e os passivos financeiros associados às operações de crédito cedidas com coobrigação são reconhecidos no balanço patrimonial consolidado nos grupamentos “Carteira de crédito” e “Recursos de instituições financeiras”, respectivamente.

Venda com compromisso de recompra

Vendas com compromisso de recompra são transações nas quais o Banco vende um título, em sua maioria de emissão pública, e simultaneamente se compromete a comprar esse mesmo título com preço fixo, em data futura. O Banco continua reconhecendo o título em sua totalidade no balanço patrimonial porque os riscos e benefícios dos títulos foram substancialmente retidos, isto é, qualquer mudança de valor de mercado e os rendimentos que o título oferece são de inteira responsabilidade do Banco.

A contrapartida recebida em caixa é reconhecida como um ativo financeiro e um passivo financeiro é reconhecido como uma obrigação a pagar pelo preço de recompra. Como o Banco vende os direitos contratuais dos fluxos de caixa dos títulos, ele não tem a possibilidade de utilizar os ativos transferidos durante a vigência do acordo.

Cessão de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios

O Banco transfere o direito de receber o fluxo financeiro futuro dos ativos financeiros classificados como operações de crédito, ao cessionário, mediante recebimento de uma quantia em caixa, calculada na data da transferência. Contudo, o Banco continua reconhecendo em seu balanço patrimonial os saldos dos ativos financeiros em rubricas destacadas, porque os riscos e benefícios dos títulos foram substancialmente retidos, isto é, qualquer situação de inadimplência ocorrida nos recebíveis transferidos é de inteira responsabilidade do Banco.

A contrapartida recebida em caixa é reconhecida como um ativo financeiro e um passivo financeiro é reconhecido como Recursos de instituições financeiras. Como o Banco vende os direitos contratuais dos fluxos de caixa dos empréstimos, ele não tem a possibilidade de utilizar os ativos transferidos durante a vigência do acordo.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

32 – Resultado recorrente e não recorrente

Conforme definido pela Resolução BCB n.º 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros.

	1º Trimestre/2025
Resultado recorrente	6.772.065
Resultado não recorrente	--



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

33 – Ativos e passivos circulantes e não circulantes

31/03/2025	Banco Múltiplo			Consolidado		
	Até 1 ano	Após 1 ano	Total	Até 1 ano	Após 1 ano	Total
Ativo						
Disponibilidades	25.529.489	--	25.529.489	28.366.355	--	28.366.355
Ativos financeiros	1.029.336.422	1.220.103.826	2.249.440.248	1.050.316.796	1.256.463.862	2.306.780.658
Depósitos no Banco Central do Brasil	114.515.317	--	114.515.317	114.515.317	--	114.515.317
Aplicações interfinanceiras de liquidez	359.799.358	1.857.658	361.657.016	361.034.009	2.526.828	363.560.837
Títulos e valores mobiliários	31.388.828	467.393.035	498.781.863	37.331.448	486.242.136	523.573.584
Instrumentos financeiros derivativos	6.302.111	2.074.581	8.376.692	6.302.186	2.074.581	8.376.767
Carteira de crédito	486.583.955	715.015.273	1.201.599.228	496.604.978	727.213.298	1.223.818.276
Outros ativos financeiros	30.746.853	33.763.279	64.510.132	34.528.858	38.407.019	72.935.877
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(37.986.926)	(49.412.655)	(87.399.581)	(38.476.996)	(50.388.528)	(88.865.524)
Carteira de crédito	(33.618.850)	(49.401.528)	(83.020.378)	(33.839.447)	(49.553.463)	(83.392.910)
Demais ativos financeiros	(4.368.076)	(11.127)	(4.379.203)	(4.637.549)	(835.065)	(5.472.614)
Ativos fiscais	31.977.254	52.594.929	84.572.183	33.923.242	54.184.433	88.107.675
Correntes	10.333.062	--	10.333.062	11.585.404	147.811	11.733.215
Diferidos (créditos tributários)	21.644.192	52.594.929	74.239.121	22.337.838	54.036.622	76.374.460
Investimentos	--	43.856.813	43.856.813	--	18.477.539	18.477.539
Investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto	--	43.745.960	43.745.960	--	18.340.185	18.340.185
Outros investimentos	--	145.596	145.596	--	145.596	145.596
Perdas por redução ao valor recuperável	--	(34.743)	(34.743)	--	(8.242)	(8.242)
Imobilizado	--	12.013.179	12.013.179	--	12.500.931	12.500.931
Imobilizações de uso	--	25.699.583	25.699.583	--	26.235.608	26.235.608
Direito de uso	--	426.796	426.796	--	711.075	711.075
Depreciação acumulada	--	(14.098.528)	(14.098.528)	--	(14.415.365)	(14.415.365)
Perdas por redução ao valor recuperável	--	(14.672)	(14.672)	--	(30.387)	(30.387)
Intangível	--	11.536.563	11.536.563	--	11.570.865	11.570.865
Ativos intangíveis	--	20.690.372	20.690.372	--	21.217.808	21.217.808
Amortização acumulada	--	(9.028.936)	(9.028.936)	--	(9.492.179)	(9.492.179)
Perdas por redução ao valor recuperável	--	(124.873)	(124.873)	--	(154.764)	(154.764)
Outros ativos não financeiros	9.304.550	30.802.484	40.107.034	12.918.062	31.135.419	44.053.481
Total do ativo	1.058.160.789	1.321.495.139	2.379.655.928	1.087.047.458	1.333.944.522	2.420.991.980
Passivo						
Passivos financeiros	1.578.686.519	532.067.103	2.110.753.622	1.600.654.261	527.926.352	2.128.580.613
Recursos de clientes	622.801.467	203.190.643	825.992.110	660.992.975	203.979.407	864.972.382
Recursos de instituições financeiras	722.781.963	49.505.870	772.287.833	704.950.618	44.614.737	749.565.355
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	126.551.884	218.472.704	345.024.588	127.763.082	222.269.671	350.032.753
Instrumentos financeiros derivativos	3.963.925	1.129.109	5.093.034	3.969.052	1.129.109	5.098.161
Outros passivos financeiros	102.587.280	59.768.777	162.356.057	102.978.534	55.933.428	158.911.962
Provisões	12.299.220	18.854.815	31.154.035	13.244.963	19.253.870	32.498.833
Cíveis, fiscais e trabalhistas	9.344.706	15.949.767	25.294.473	9.487.395	16.193.311	25.680.706
Outras provisões	2.954.514	2.905.048	5.859.562	3.757.568	3.060.559	6.818.127
Passivos fiscais	4.158.907	10.097.468	14.256.375	6.020.092	10.237.802	16.257.894
Correntes	1.560.714	--	1.560.714	3.317.973	4.895	3.322.868
Diferidos	2.598.193	10.097.468	12.695.661	2.702.119	10.232.907	12.935.026
Outros passivos não financeiros	31.919.134	16.929.879	48.849.013	37.210.164	22.255.071	59.465.235
Patrimônio líquido	--	174.642.883	174.642.883	--	184.189.405	184.189.405
Total do passivo e patrimônio líquido	1.627.063.781	752.592.147	2.379.655.928	1.657.129.480	763.862.500	2.420.991.980



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

34 – Outras informações

a) Administração de fundos de investimentos

Posição dos fundos de investimentos administrados pela BB Asset.

	Número de Fundos/Carteiras (em Unidades)	Saldo
	31/03/2025	31/03/2025
Patrimônio Administrado	1.198	1.753.952.995
Fundos de investimentos	1.192	1.736.267.716
Carteiras administradas	6	17.685.279

b) Informações de filiais, subsidiárias e controladas no exterior

	Banco Múltiplo	Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Ativo		
Grupo BB	81.268.119	80.646.614
Terceiros	109.131.383	162.607.201
Total do ativo	190.399.502	243.253.815
Passivo		
Grupo BB	43.368.859	41.899.856
Terceiros	130.084.424	174.179.991
Patrimônio líquido	16.946.219	27.173.969
Atribuível à controladora	16.946.219	25.939.682
Participação dos não controladores	--	1.234.287
Total do passivo	190.399.502	243.253.816

	Banco Múltiplo	Consolidado
	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2025
Lucro líquido	634.274	1.459.372
Atribuível à controladora	634.274	1.316.642
Participações dos não controladores	--	142.730

c) Recursos de consórcios

	31/03/2025
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	1.088.743
Obrigações do grupo por contribuições	78.302.316
Consoiciados - bens a contemplar	72.622.561
(Em Unidades)	
Quantidade de grupos administrados	440
Quantidade de consorciados ativos	1.806.029
Quantidade de bens a entregar a consorciados contemplados	243.749

	1º Trimestre/2025
Quantidade de bens (em unidades) entregues no período	74.166



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Cessão de empregados a órgãos externos

As cessões para o Governo Federal são regidas pela Lei nº 10.470/2002 e pelo Decreto nº 10.835/2021.

	1º Trimestre/2025	
	Quantidade de Empregados Cedidos ¹	Custo no Período
Com ônus para o Banco		
Entidades sindicais	219	13.965
Outros órgãos/entidades	8	1.535
Sem ônus para o Banco²		
Governos Federal, Estadual e Municipal	226	--
Órgãos externos (Cassi, Previ, Economus, Fusesc e PrevBep)	596	--
Entidades dos funcionários	72	--
Entidades controladas e coligadas	811	--
Total	1.932	15.500

1 - Posição no último dia do período.

2 - No 1º Trimestre/2025, o Banco foi ressarcido em R\$ 188.665 mil referente aos custos com empregados cedidos sem ônus.

e) Remuneração de empregados, dirigentes e conselheiros

Remuneração mensal paga aos funcionários, à administração e aos conselheiros do Banco do Brasil (Em Reais):

	31/03/2025
Menor Salário	3.963,90
Maior Salário	66.323,05
Salário Médio	12.092,40
Valor médio dos benefícios oferecidos	5.410,52
Presidente	78.435,95
Vice-presidente	70.205,94
Diretor	59.500,97
Comitê de Auditoria - Titular	53.550,87
Comitê de Riscos e de Capital	53.550,87
Conselho Fiscal	6.824,38
Conselho de Administração	6.824,38

f) Política de seguros de valores e bens

Não obstante o reduzido grau de risco a que estão sujeitos seus ativos, o Banco do Brasil contrata, para seus valores e bens, seguros considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros.

Seguros vigentes em 31/03/2025

Riscos Cobertos	Valores Cobertos	Valor do Prêmio
Seguro imobiliário para as imobilizações próprias relevantes	754.789	6.915
Seguro de vida e acidentes pessoais coletivo para a Diretoria Executiva ¹	131.950	333
Demais	460	--
Total	887.199	7.248

1 - Refere-se à cobertura individual dos membros da Diretoria Executiva.



35 – Eventos subsequentes

Não foram identificados eventos subsequentes no período.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
SAI/SO, Área 6580 - Bloco 02, 3º andar, sala 302 - Torre Norte
ParkShopping - Zona Industrial (Guará)
Caixa Postal 11619 - CEP: 71219-900 - Brasília/DF - Brasil
Telefone +55 (61) 3362 3700
kpmg.com.br

Relatório de revisão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Ao
Acionistas, Conselho de Administração e aos Administradores do
Banco do Brasil S.A.
Brasília - DF

Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco do Brasil S.A. ("Banco"), referentes ao período findo em 31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as principais políticas contábeis.

A Administração do Banco é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, acima referidas, não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada do Banco em 31 de março de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o período de três meses findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.



Ênfase – Valores comparativos

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação nas demonstrações contábeis referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BACEN). Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco cuja apresentação não é requerida para fins das práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essas demonstrações foram submetidas aos procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações contábeis, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros Assuntos - Demonstrações contábeis consolidadas

Essas demonstrações contábeis consolidadas para o período de três meses findo em 31 de março de 2025, que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, estão sendo apresentadas de maneira adicional, conforme faculdade prevista no Art. nº 77 da Resolução CMN nº 4.966/2021, às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas preparadas de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board – (IASB)*, que foram apresentadas separadamente pelo Banco do Brasil S.A, nesta data, e sobre as quais emitimos relatório de revisão, não contendo qualquer modificação, com data em 15 de maio de 2025.

Brasília, 15 de maio de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-0

João Paulo Dal Poz Alouche
Contador CRC 1SP245785/O-2



Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o artigo 27, § 1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29/03/2022, declaramos que revisamos as Demonstrações Financeiras do Banco do Brasil S.A. relativas ao período findo em 31 de março de 2025 e, baseados nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras correspondentes aos períodos apresentados.

Brasília (DF), 14 de maio de 2025.

Felipe Guimarães Geissler Prince
Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão de
Riscos no exercício das atribuições de Presidente

Ana Cristina Rosa Garcia
Vice-Presidência Corporativo

Carla Nesi
Vice-Presidência de Negócios de Varejo

José Ricardo Sasseron
Vice-Presidência de Negócios Governo e
Sustentabilidade Empresarial

Francisco Augusto Lassalvia
Vice-Presidência de Negócios de Atacado

Marco Geovanne Tobias da Silva
Vice-Presidência de Gestão Financeira e Relações
com Investidores

Luiz Gustavo Braz Lage
Vice-Presidência de Agronegócios e
Agricultura Familiar

Marisa Reghini Ferreira Mattos
Vice-Presidência de Negócios Digitais e Tecnologia



Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em conformidade com o artigo 27, §1º, inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29/03/2022, declaramos que, baseados em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os trabalhos realizados, concordamos com as opiniões/conclusões expressas no relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda., não havendo qualquer discordância.

Brasília (DF), 14 de maio de 2025.

Felipe Guimarães Geissler Prince
Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão de
Riscos no exercício das atribuições de Presidente

Ana Cristina Rosa Garcia
Vice-Presidência Corporativo

Carla Nesi
Vice-Presidência de Negócios de Varejo

José Ricardo Sasseron
Vice-Presidência de Negócios Governo e
Sustentabilidade Empresarial

Francisco Augusto Lassalvia
Vice-Presidência de Negócios de Atacado

Marco Geovanne Tobias da Silva
Vice-Presidência de Gestão Financeira e Relações
com Investidores

Luiz Gustavo Braz Lage
Vice-Presidência de Agronegócios e
Agricultura Familiar

Marisa Reghini Ferreira Mattos
Vice-Presidência de Negócios Digitais e Tecnologia



Membros da Administração

PRESIDENTE

Tarciana Paula Gomes Medeiros

VICE-PRESIDENTES

Ana Cristina Rosa Garcia
Carla Nesi
Felipe Guimarães Geissler Prince
Francisco Augusto Lassalvia
José Ricardo Sasseron
Luiz Gustavo Braz Lage
Marco Geovanne Tobias da Silva
Marisa Reghini Ferreira Mattos

DIRETORES

Alan Carlos Guedes de Oliveira
Alberto Martinhago Vieira
Antonio Carlos Wagner Chiarello
Carlos Eduardo Guedes Pinto
Eduardo Cesar Pasa
Euler Antonio Luz Mathias
João Francisco Fruet Júnior
João Vagnes de Moura Silva
Julio César Vezzaro
Kamillo Tononi Oliveira Silva
Larissa da Silva Novais Vieira
Luciano Matarazzo Regno
Lucinéia Possar
Marcelo Henrique Gomes da Silva
Mariana Pires Dias
Neudson Peres de Freitas
Paula Sayão Carvalho Araujo
Pedro Bramont
Rafael Machado Giovanella
Rodrigo Costa Vasconcelos
Rodrigo Mulinari
Rosiane Barbosa Laviola
Thiago Affonso Borsari

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Anelize Lenzi Ruas de Almeida
Elisa Vieira Leonel
Fábio Franco Barbosa Fernandes
Fernando Florêncio Campos
Márcio Luiz de Albuquerque Oliveira
Selma Cristina Alves Siqueira
Tarciana Paula Gomes Medeiros
Valmir Pedro Rossi

CONSELHO FISCAL

Andriei José Beber
Bernard Appy
João Vicente Silva Machado
Renato da Motta Andrade Neto
Tatiana Rosito

COMITÊ DE AUDITORIA

Aramis Sá de Andrade
Egídio Otmar Ames
Marcelo Gasparino da Silva
Rachel de Oliveira Maia
Vera Lucia de Almeida Pereira Elias

CONTADORIA

Eduardo Cesar Pasa
Contador Geral
Contador CRC-DF 017601/O-5
CPF 541.035.920-87

Pedro Henrique Duarte Oliveira
Contador CRC-DF 023407/O-3
CPF 955.476.143-00